

CLEIDE FERREIRA DA SILVA

**“TRADIÇÃO E RENDA”: O TRABALHO INFANTIL NA FUMICULTURA NO
MUNICÍPIO DE RIO AZUL, ESTADO DO PARANÁ NAS DÉCADAS DE 1950 A 2015**

IRATI

2016

CLEIDE FERREIRA DA SILVA

**“TRADIÇÃO E RENDA”: O TRABALHO INFANTIL NA FUMICULTURA NO
MUNICÍPIO DE RIO AZUL, ESTADO DO PARANÁ NAS DÉCADAS DE 1950 A 2015**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História, Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração “História e Regiões”, da Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO-PR.

Orientador (a): Prof. Dr. Ancelmo Schörner

IRATI

2016

Catálogo na Fonte
Biblioteca da UNICENTRO

SILVA, Cleide Ferreira da.

S586t “Tradição e renda”: o trabalho infantil na fumicultura no município de Rio Azul, Estado do Paraná nas décadas de 1950 a 2015 / Cleide Ferreira da Silva. – Irati, PR : [s.n.], 2016.

103f.

Orientador: Prof. Dr. Ancelmo Schörner

Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História. Área de Concentração: História e Regiões. Universidade Estadual do Centro-Oeste, PR.

1. História – dissertação. 2. Criança – desenvolvimento. 3. Fumo – lavoura. 4. Agricultura familiar. I. Schörner, Ancelmo. II. UNICENTRO. III. Título.

CDD 633.72



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE/UNICENTRO
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPESP
Programa de Pós-Graduação em História – PPGH
Área de Concentração – História e Regiões





TERMO DE APROVAÇÃO


Cleide Ferreira da Silva

“Tradição e Renda”: o trabalho infantil na fumicultura no Município de Rio Azul (PR):
1950 a 2010”

Dissertação aprovada em 20/12/2016, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em História e Regiões, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, pela seguinte Banca Examinadora:


Dr. Antonio Cesar de Almeida Santos
Universidade Federal do Paraná
Titular


Dr. Erivelton Fontana De Laet
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Titular


Dr. Angelma Schörner
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Orientador e Presidente da Banca Examinadora

Irati – PR
2016

Para Mário de Souza Martins

AGRADECIMENTOS

Se você está sendo lendo esta dissertação, é porque eu consegui! Contra todas as perspectivas, eu consegui! E só aqueles que acompanharam as horas incontáveis de leituras e estudos, as noites sem dormir tentando entender uma visão de mundo que não me foi apresentada na graduação, sabem, o quanto sinto orgulho de dizer que consegui! Mas não consegui sozinha, tive ajuda de muitos que acreditaram que este sonho era possível, que eu era capaz e em muitas vezes acreditaram mais em mim, que eu mesma e, é a estes meu eterno agradecimento.

Não poderia deixar de lado a minha fé e inicialmente agradecer a Deus, por ter colocado estas pessoas em minha vida, por ter construído meu ser da forma que sou.

Quero agradecer a você Ancelmo Schörner, meu orientador, mais que isso, meu amigo, que esteve ao meu lado diante das maiores dificuldades, sejam estas teóricas, sejam estas pessoais, seu apoio foi tão importante, que hoje mais do que nunca entendo porque chama a todos os estudantes de filhos, ou a mim mesma de “fia”, sim muito orgulho de saber que entre todos foi você quem em mim mais acreditou, desde a arguição, as orientações, o direcionamento e agora, a pessoa sempre presente, o amigo mais querido.

Agradeço a minha família, pelas noites em que deixei que ficassem sós, pelas brincadeiras que não tivemos, pelos sorrisos que não demos, pelas feridas que não curei, pois enquanto o tempo passava, por mais que eu quisesse estar ao lado de vocês, eu dividia o espaço com livros, com computadores, com o olhar de pesquisa! Agradeço imensamente a vocês por entenderem que em cada viagem de férias que fizemos, eu sempre levei o computador, eu sempre levei os livros e por mais que estivéssemos juntos, sempre dividi meu tempo com vocês e as leituras, com as leituras e vocês.

Agradeço aos meus professores e aos colegas, estes, desde a Educação Infantil até o Mestrado, pois a presença de todos foi muito importante, me ajudaram a caminhar, me ampararam, aconselharam e fizeram que enxergasse a possibilidade de conseguir.

Agradeço a você, minha querida Cibele Zwar, pelos momentos em que me acalmava e sempre me dizia com sua voz doce e encorajadora: “Calma, Cleide, acredite, vai dar tudo certo! Você vai ver que vai dar certo no final!”. Cibele, agora eu te digo: “Deu Certo!”.

Agradeço aos meus estudantes do Colégio Afonso Alves de Camargo e aos estudantes do Curso de Formação de Docentes do Colégio Estadual Chafic Curi, meus amores e minhas amoras, que sempre levarei comigo, para onde quer que vá.

Muito Obrigada!

Os filhos dos pobres são chamados de menores, os filhos dos ricos são chamados de crianças.

Marilena Chauí

RESUMO

O trabalho infantil na fumicultura no município de Rio Azul se apresenta como uma das formas mais prejudiciais ao desenvolvimento de crianças e adolescentes e conseqüentemente aos adultos que trabalham nesta forma de produção. Os danos provocados às pessoas pelo cultivo do fumo desde crianças são os mais diversos podendo afetar sua saúde, seu desempenho escolar, seu futuro profissional e sua qualidade de vida. O trabalho infantil não é uma especificidade de Rio Azul, no entanto a relação com a fumicultura, principal produto agrícola do município torna-o ainda mais agressivo diante da vasta utilização de agrotóxicos e da excessiva jornada de trabalho. Esta dissertação busca analisar como se deu o processo de utilização de mão de obra infantil no recorte temporal de 1950 a 2010, como se iniciou este processo e os rumos que tem tomado no município desde então. Para alcançar este objetivo, inicialmente reconstruímos o histórico do desenvolvimento econômico de Rio Azul, para compreender quando se inicia o cultivo do fumo, discutimos sobre o trabalho infantil e em geral e suas implicações para a sociedade e discutimos sobre a singularidade desta atividade no município. Nesta dissertação, foram utilizadas fontes documentais e orais, sendo realizadas entrevistas com seis famílias de agricultores de diferentes localidades do município de Rio Azul, sendo estas: Taquari, Rio Azul dos Soares, Rio Azul de Cima e Marumbi dos Ribeiros. Estas localidades foram escolhidas por serem nas mesmas que se encontram atualmente o maior número de crianças e adolescentes vinculados ao trabalho infantil no município.

Palavras-chave: trabalho infantil, fumicultura, Rio Azul, História.

ABSTRATC

Child labor in tobacco growing in the municipality of Rio Azul is one of the most harmful forms of child and adolescent development and consequently for adults working in this form of production. The damage caused to people by the cultivation of tobacco since children are the most diverse that can affect their health, their school performance, their professional future and their quality of life. Child labor is not a specificity of Rio Azul, but the relationship with tobacco farming, the municipality's main agricultural product, makes it even more aggressive due to the widespread use of pesticides and excessive working hours. This dissertation seeks to analyze how the process of use of child labor occurred in the time cut from 1950 to 2010, how this process was started and the directions it has taken in the municipality since then. To reach this goal, we initially reconstructed the history of Rio Azul's economic development to understand when we started smoking, we discussed child labor in general and its implications for society and we discussed the uniqueness of this activity in the municipality. In this dissertation, documentary and oral sources were used, and interviews were conducted with six families of farmers from different locations in the city of Rio Azul: Taquari, Rio Azul dos Soares, Rio Azul de Cima and Marumbi dos Ribeiros. These localities were chosen because they are the ones that currently have the largest number of children and adolescents linked to child labor in the municipality.

Keywords: child labor, tobacco farming, Rio Azul, History.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Localização geográfica do município de Rio Azul na Mesorregião Sudeste ... 23

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: percentual de pessoas com sinais/sintomas no Sistema Nervoso Periférico relacionados ao uso de agrotóxicos	46
Gráfico 02: percentual de pessoas com sinais sintomas do Sistema Nervoso Central associados ao uso de agrotóxicos	73
Gráfico 03: Percentual de pessoas com sinais/sintomas no Sistema Nervoso Periférico em relação ao total de entrevistados	74
Gráfico 04: Percentual de pessoas intoxicadas	74

:

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Safras de 2010 a 2015	35
Quadro 02: Agrotóxicos utilizados no plantio do fumo.....	45
Quadro 03: Piores formas de trabalho infantil	92

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I	22
O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO E ECONÔMICO DE RIO AZUL E A PRODUÇÃO DE FUMO	22
O trabalho com o fumo: o processo produtivo	36
Relações entre a produção do fumo e o trabalho infantil: termos contratuais?	39
CAPÍTULO II	47
TRABALHO INFANTIL E O ENTENDIMENTO DA SOCIEDADE	47
CAPÍTULO III	65
“MINHA ESCOLA FOI O CABO DA ENXADA E MEU PROFESSOR FOI O INSTRUTOR DE FUMO!”	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
LISTA DE FONTES	97
LISTA DE FONTES ORAIS	97
REFERÊNCIAS	98

INTRODUÇÃO

A produção do fumo no município de Rio Azul é sua principal atividade econômica e movimenta milhões de reais, seja direta ou indiretamente. Tal produção envolve as famílias no processo de plantio do fumo e as empresas que fazem a compra e o beneficiamento através do Sistema Integrado de Produção.

Esta forma de produção é em muitos casos criticada pelos males produzidos pelo fumo à saúde e os agricultores carregam em si este estigma, do qual muitas vezes não conseguem se desvencilhar, pois sua vida parece ligada a esta produção. Uma produção que segue critérios de comercialização impostos pelo Sistema Integrado de Produção, que será posteriormente explicado. Por tratar-se de uma forma de produção que é estabelecida na propriedade familiar, em pequenas extensões de terra e por envolver as famílias de uma forma geral, a utilização do trabalho familiar, mistura-se com o trabalho infantil que não é observado pelos agricultores como capaz de causar danos às crianças e adolescentes.

A sustentação das desigualdades sociais e estruturais da sociedade brasileira é condicionada principalmente pelos fatores culturais que envolvem não apenas a sobrevivência das famílias, mas ainda como a forma de vivenciar estas situações ocorrem. As situações de pobreza e de violação de direitos se agregam nas localidades mais pobres, cerceadas pela convivência com os mais distintos padrões econômicos. Em busca de ascensão social, ou ainda de conquistas por espaços com maior qualidade de vida, ou mesmo pela sobrevivência, a incorporação de crianças e adolescentes no trabalho inicia um movimento circular que reproduz nos filhos o que foi praticado com os pais, mesmo que esta não seja a intencionalidade.

Assim neste estudo procuramos investigar historicamente como o trabalho infantil foi se estabelecendo na agricultura camponesa de produção do fumo, para podermos entender se esta é uma situação, que vem sendo reproduzida ou se a exploração se estabelece de acordo com outros indicativos sociais. Como recorte temporal utilizamos a década de 1950 até o ano de 2015. Usamos estas datas pelo fato de que em 1950 começou a se utilizar o plantio do fumo para revenda e comércio junto às empresas integradoras e o ano de 2015.

Espera-se através desta dissertação delinear sobre quais condições históricas o trabalho infantil foi se constituindo no município de Rio azul e em que momento e sobre quais condições históricas deixou de ser realizado como ajuda familiar e se tornou exploratório. Sabemos que a participação da criança e do adolescente é benéfica quando voltada às práticas educativas e importante para o desenvolvimento da autonomia da criança. Assim, busca-se

descrever alguns aspectos históricos do trabalho infantil para poder contextualizar sobre o período histórico que delimitamos buscando entender a legislação pertinente e as transformações que sofreram com o passar dos anos, bem como as representações sociais e culturais sobre o trabalho infantil.

Como fontes desta pesquisa, além das fontes orais, utilizou-se ainda:

1. A ata de instalação do município de Roxo Roiz de 14 de julho de 1918;
2. As atas das sessões da Câmara de Marumby: de 18 de setembro de 1924 a 7 de outubro de 1930, o livro da administração de Nestor Martynetz, que trazem elucidações sobre a economia do município desde o início de seu povoamento esclarecendo de que maneira a economia se estabeleceu em Rio Azul antes da chegada da fumicultura.
3. A edição comemorativa de 50 anos da AFUBRA (1955 – 1995) que indica pormenorizadamente como era concebido o plantio do fumo e a negociação entre as empresas fumageiras e as famílias produtoras.
4. O livro “Rio Azul: 80 anos de emancipação política – 1918/1988 – de braços abertos para o Paraná”.

Como fontes orais, foram realizadas entrevistas com seis famílias de agricultores de diferentes localidades do município de Rio Azul, sendo estas: Taquari, Rio Azul dos Soares, Rio Azul de Cima e Marumbi dos Ribeiros. Estas localidades foram escolhidas por serem nas mesmas que se encontram hoje o maior número de crianças e adolescentes vinculados ao trabalho infantil, de acordo com as informações da Secretaria d Promoção Social.

O título deste estudo “Tradição e Renda” faz alusão à campanha publicitária do Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (Sinditabaco) De acordo com o site deste sindicato, ele teria sido criado a partir da necessidade das indústrias de tabaco se organizarem com os trabalhadores do setor e aos órgãos governamentais. Foi reconhecido como sindicato com a denominação de Sindicato da Indústria do Fumo em 24 de junho de 1947, mas sua história teria iniciado em 04 de dezembro de 1942, quando foi fundada a Associação Profissional da Indústria do Fumo, instalada junto à sede da Associação do Comércio, Indústria e Agricultura de Santa Cruz do Sul- RS. Quando foi reconhecida como entidade sindical, em 1947, sob a denominação de Sindicato da Indústria do Fumo de Santa Cruz, a base territorial abrangia somente os municípios de Santa Cruz do Sul, Candelária, Venâncio Aires, Lajeado, Cachoeira do Sul e Arroio do Meio- RS. Na data de 29 de dezembro de 1978, por despacho do Ministro de Estado do Trabalho, a denominação foi alterada para Sindicato da Indústria do Fumo de Santa Cruz do Sul e em 22 de junho de 1980, a base territorial do

Sindifumo foi estendida a todo o estado do Rio Grande do Sul. Posteriormente, a entidade passou a atuar também em Santa Catarina e no Paraná, onde a maioria de suas empresas associadas possui agricultores integrados, unidades de compra de tabaco (filiais) e de industrialização do produto. Em 2008, pensando em adequar a imagem da entidade a um produto destinado principalmente ao mercado internacional – atualmente 85% da produção é exportada – o SindiFumo passou a se denominar Sinditabaco (SINDITABACO, 2016). Como este tema e slogan são utilizados pelo Sinditabaco, pensou-se em estabelecer reflexões sobre a força que as tradições trazem ao trabalho do fumicultor considerando toda a família e de que forma esta renda vem realmente sendo produzida, se para os agricultores integrados ou às empresas integradoras?

É ainda pela denominação dada ao produto como tabaco, que neste estudo esta denominação só é admitida quando se trata de citações de outros autores, pois o fumo, como assim é chamado trata da planta que é produzida neste município pelos agricultores, o termo tabaco, surge quando as empresas assumem o mercado para exportação, tornando-o como um termo técnico e modificando sua produção.

Nas entrevistas realizadas, as indagações seguiram um roteiro que foi previamente construído. Os sujeitos que participaram deste estudo foram questionados como começaram a plantar fumo, em qual período, como se estabelecia esta nova produção, o que plantavam antes e como era o trabalho da família. Todos os nomes utilizados são fictícios pois o tema é muito polêmico. Foram destacadas treze entrevistas para embasar esta dissertação, sendo que duas delas apenas, não são produtores de fumo, trata-se de um técnico (instrutor) de fumo, Marcos¹, que desempenhou esta função no período de 1990 a 2010 que trouxe informações sobre como era instruído pela empresa a agir quando encontrava sinais de trabalho infantil nas plantações de fumo que tem sua história pessoal cerceada pelos danos causados pelo fumo, como doenças pulmonares e depressão crônicas e a professora Ana² que trabalhou como professora numa escola do campo em Rio Azul dos Soares no período de 1996 a 2002 e que vivenciou o trabalho infantil das crianças e adolescentes daquela comunidade, além de acompanhar posteriormente por mais de doze anos crianças em situação de exposição ao trabalho infantil no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Quanto aos fumicultores, tratam-se da vida de Antonio³ hoje com 54 anos, morador da localidade de Rio Azul de Cima, trabalhou na fumiicultura desde os sete anos de idade e continua seu trabalho até hoje pois não

¹ Entrevista concedida a Cleide Ferreira da Silva em 03 de junho de 2016.

² Entrevista concedida a Cleide Ferreira da Silva em 03 de setembro de 2015

³ Entrevista concedida a Cleide Ferreira da Silva em 03 de novembro de 2015.

“consigo imaginar como seria minha vida sem trabalhar com o fumo”, o seu filho mais velho também trabalhou desde criança, “começou cedo a ir pra roça junto com o pai, para aprender, mas nunca foi no “pesado” “nunca teve problema com o fumo na sua saúde”, mas faz severo tratamento para a depressão e para Síndrome do Pânico, permanecendo sozinho a maior a maior parte do tempo, desde criança, segundo Antonio; Sofia⁴, esposa de Antonio também trabalhou desde criança, mas atualmente tem seu estado de saúde debilitado em função do Mal de Parkinson e com apenas cinquenta anos de idade, quase não se locomove, mas isso “por causa da idade, não pelo fumo, nunca. O fumo sempre nos ajudou muito!” (Sofia), Rosa⁵, filha do casal que também trabalhou desde criança fazendo o trabalho no fumo e as atividades domésticas, mas hoje, com 23 anos saiu do campo não desejando “uma vida dessas para ninguém, uma escravidão que vou sair porque fui estudar, não quero pro meu filho”, afirma; Paulo⁶ veio morar em Rio Azul, mais especificadamente em Marumbi dos Ribeiros, quando criança aos cinco anos de idade, quando seu pai faleceu, veio com a família do Mato Grosso, buscando seu sustento e uma proximidade maior com a família paranaense, viajou com seus dois irmãos, a uma irmã e a mãe, moravam com o tio fumicultor, e acabou por conhecer o algoz de sua infância tendo que, como todos de sua família, já abalados com a perda do pai, iniciar os trabalhos com a fumicultura. Nenhum deles frequentou a escola, hoje, Paulo, com 35 anos não sabe ler nem escrever, morador do Rio Azul dos Soares, João⁷ é fumicultor desde menino, aos seis anos já trabalhava no fumo, fazendo bonecas e ajudando a enfardar, hoje trabalha com o fumo juntamente com sua esposa e seu filhinho de quatro anos que já estava aprendendo a enfardar o fumo no dia da entrevista. Paulo tornou-se um promissor empresário pois passou a investir em outra área e é dono de um pesqueiro, mas nada disso conseguiu com o fumo, que apenas o conduziu a “dívidas e dívidas” as quais ainda precisa trabalhar com o fumo para poder quitar os financiamentos dos insumos; e Lucinda⁸ hoje com 41 anos é cadeirante, pois sofreu de uma intoxicação generalizada pelos agrotóxicos utilizados no fumo, que adquiriu após assumir os trabalhos da fumicultura com a mãe após a morte do pai com apenas nove anos de idade; Pedro⁹ professor da rede estadual do ensino foi fumicultor e morador de Rio Azul de Cima; José¹⁰ morador do Taquari, plantou fumo desde os quatro anos de idade, tendo na figura do pai sua pior lembrança pois este o obrigou a

⁴ Entrevista concedida a Cleide Ferreira da Silva em 03 de novembro de 2015.

⁵ Entrevista concedida a Cleide Ferreira da Silva em 03 de novembro de 2015.

⁶ Entrevista concedida a Cleide Ferreira da Silva em 17 de novembro de 2015.

⁷ Entrevista concedida a Cleide Ferreira da Silva em 02 de março de 2016.

⁸ Entrevista concedida a Cleide Ferreira da Silva em 30 de junho de 2016.

⁹ Entrevista concedida a Cleide Ferreira da Silva em 26 de julho de 2015.

¹⁰ Entrevista concedida a Cleide Ferreira da Silva em 02 de fevereiro de 2016.

trabalhar sem deixar que frequentasse a escola, expulsando-o de casa posteriormente; Catarina¹¹ atualmente com 68 anos de idade, moradora do Taquari, também com a vida desenhada a partir do trabalho infantil, mora como agregada no faxinal do Taquari, dependendo de uma aposentadoria conseguida com blocos de produtor para sua sobrevivência; Roberto¹², morador do Rio Azul dos Soares, que cresceu vendo seus irmãos e pais trabalhando com o fumo e que por ter problemas de saúde desde criança ajudava muito pouco e Marta¹³, moradora do Marumbi dos Ribeiros que trabalhou desde criança e seus filhos trabalham desde criança também “desde que gatinhavam, já era em cima das folhas de fumo”, sua residência atual é um pequeno rancho de chão batido e seus filhos ela sequer sabe onde estão todos, pois foram “fazer a vida” desde os dez anos de idade.

Quanto a estas famílias que participaram da pesquisa, é necessário descrever que buscamos encontrar indivíduos nascidos na década de 1940, pois estes teriam vivenciado ainda crianças o processo de desenvolvimento da fumicultura. Procuramos também que estas famílias tivessem filhos e netos e que todos estivessem envolvidos até a data de 2015 com o plantio do fumo. Esta metodologia foi necessária para evidenciar se o trabalho infantil na fumicultura vem ocorrendo de forma cíclica e se realmente os pais vem reproduzindo estas relações de trabalho em seus filhos e ainda se o mesmo está se naturalizando.

Procurou-se nestas entrevistas, observar a memória das famílias que a partir das lembranças que as mesmas possuíam. Assim, pode-se perceber como estas iam/foram se construindo e comprovando uma mudança do individual ao coletivo, como coloca Maurice Halbwachs tendo a memória individual como um ponto de vista sobre a memória coletiva e tendo as lembranças individuais edificando-se a partir das relações onde integram-se com a sociedade (HALBWACHS, 1990, p. 51). Para Paul Ricoeur esta concepção de memória coletiva pode ser destacada como elemento essencial para que possa compreender o próprio fenômeno da memória. (RICOEUR, 2010)

Para Maurice Halbwachs a memória é um elemento fundamental da identidade individual ou coletiva, sendo sua busca uma característica dos indivíduos e das sociedades, pois se guarda aquilo que tem sentido, tanto na memória individual como na coletiva. Como destaca Maurice Halbwachs:

Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha

¹¹ Entrevista concedida a Cleide Ferreira da Silva em 02 de fevereiro de 2016.

¹² Entrevista concedida a Cleide Ferreira da Silva em 04 de setembro de 2015.

¹³ Entrevista concedida a Cleide Ferreira da Silva em 02 de março de 2016.

deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum (HALBWACHS, 2006, p. 39).

Através das narrativas é possível refletir sobre a memória e explorar diversas situações do passado, buscando compreender quem foram os sujeitos e como estes atuaram na construção da própria história. Para se ter acesso a estas narrativas utilizou-se história oral, onde as entrevistas foram gravadas e depois transcritas para sua análise. Acerca da história oral, aponta-se, segundo Vanessa Alberti:

A história oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo (...) Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas, etc. à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam (ALBERTI, 2005, p.18).

Ao pensar na história de vida como fonte histórica é necessário se trabalhar em as histórias que se ouve e pensar que ao lembrar, recupera-se o eu, sendo a história de vida uma interpretação do passado, mas revivida pelo sujeito ao recontar sua história. As pesquisas com história de vida são classificadas em dois grupos distintos: quantitativo e qualitativo, sendo que a investigação quantitativa age nos níveis de realidade onde os dados se apresentam aos sentidos, tendo como campo de práticas e objetivos os fenômenos, indicadores e tendências que podem ser observados. A investigação qualitativa atua com, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e busca se aprofundar com a subjetividade de fatos e situações específicos a indivíduos e grupos.

Para Maria Ângela Paulilo “do ponto de vista metodológico, não há contradição assim como não há continuidade entre investigação quantitativa e qualitativa. Ambas são de natureza diferente. Considera ainda que, do ponto de vista epistemológico, nenhuma das duas é mais científica do que a outra”. (PAULILO, 2010).

Para Ana Terence, o método qualitativo é favorável e imperativo para identificar e explorar a significação dos fenômenos e a integração dos mesmos que se estabelecem, possibilitando instigar novas compreensões sobre a multiplicidade dos fenômenos sociais, destacando assim algumas características da pesquisa qualitativa:

Objetivação do fenômeno, hierarquização das ações descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em

determinado fenômeno, observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural, respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos, busca de resultados os mais fidedignos possíveis, oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências. (TERENCE, 2006)

Entretanto, os dois métodos não necessitam estar excluídos, mesmo que se distingam quanto à forma e à ênfase, para Luis José Neves são os métodos qualitativos uma contribuição ao trabalho de pesquisa como uma combinação de procedimentos racionais e intuitivos capazes de contribuir para a melhor compreensão dos fenômenos, assim como destaca autor:

O desenvolvimento de um estudo de pesquisa qualitativa supõe um corte temporal-espacial de determinado fenômeno por parte do pesquisador. Esse corte define o campo e a dimensão em que o trabalho desenvolver-se-á, isto é, o território a ser mapeado. O trabalho de descrição tem o caráter fundamental em um estudo qualitativo, pois é por meio dele que os dados são coletados. (NEVES, 1996)

Pode-se entender que a pesquisa qualitativa possibilita que os dados sejam coletados situação natural e constituídos com outras informações que foram recolhidas através do contato direto com os sujeitos na forma de entrevistas transcritas, anotações de campo, documentos, fotografias, imagens e mesmo registros oficiais, além de dados que possam ser adquiridos através da observação direta, do estudo de caso e da história de vida.

Para Célia Toledo Lucena, a história de vida é um relato de um sujeito sobre sua própria existência através do tempo e através do qual se descrevem as interações sociais com seu grupo, de forma livre e espontânea. O relato oral, por sua vez, necessita da abordagem do narrador em determinados aspectos de sua vida. (LUCENA, 1999),

Para Spindola e Santos, a questão principal na história de vida é o relato “é o ponto de vista do sujeito. O objetivo desse tipo de estudo é justamente apreender e compreender a vida conforme ela é relatada e interpretada pelo próprio ator” (SPINDOLA E SANTOS, 2003, p.121). Com base nesse relato, o pesquisador analisa a prática social de um grupo.

Para Maria Ângela Paulilo através da história de vida que se pode obter as especificidades que ocorrem quando o indivíduo se mistura com o meio social, fundindo elementos do presente com a realidade outrora vivenciada, como destaca Maria Ângela Paulilo:

(...) a história de vida no quadro amplo da história oral que também inclui depoimentos, entrevistas, biografias, autobiografias. Considera que toda a história de vida encerra um conjunto de depoimentos e, embora tenha sido o pesquisador a escolher o tema, a formular as questões ou a esboçar um roteiro temático, é o narrador que decide o que narrar. A autora vê na

história de vida uma ferramenta valiosa exatamente para se colocar justamente no ponto no qual se cruzam vida individual e contexto social. (PAULILO, 2010)

Segundo Marluza Harres ao trabalhar com histórias de vida tem-se a possibilidade de examinar os significados captados pelo passado em termos individuais, mas considerando a inserção e interação social com distintos momentos da vida do depoente:

A história de vida é apenas uma das formas pelas quais podemos trabalhar dentro do que se convencionou chamar de história oral. Essa talvez não seja a mais usada pelas dificuldades que envolve, inclusive em termos operacionais, considerando o tempo necessário para a coleta de depoimentos e o envolvimento necessário na realização da transcrição. (HARRES, 2004, p. 145)

Esta dissertação está dividida em três capítulos distintos. Inicialmente, este estudo procurou traçar, a partir das fontes, o histórico do município de Rio Azul, baseando-se no aspecto econômico de seu desenvolvimento. Buscou-se ainda analisar como o fumo foi trazido para o município e como se deram os primeiros contatos com esta forma de plantio. No segundo capítulo apresentam-se reflexões sobre o que é o trabalho infantil, como o mesmo é legalmente concebido e a forma como é representado no município de Rio Azul. No último capítulo deste estudo decidiu por utilizar as histórias de vida de pessoas que tiveram sua vida determinada pelo trabalho infantil na fumicultura e que esta experiência causou transformações na vida destas pessoas para toda sua existência.

Estas narrativas foram coletadas considerando vários fatores, como apontados por Lucília Delgado que declara ser o depoimento de história de vida podendo ser composto de entrevistas, que devem ser combinadas com antecedência entre o entrevistador e o entrevistado, considerando: “1) As características do narrador (mais prolixo ou menos prolixo); 2) Tempo disponível do entrevistado e do entrevistador; 3) Idade e saúde do entrevistado; 4) Condições emocionais que o mesmo se encontra; 5) Estágio de vida ou situação institucional do depoente (DELGADO, 2006). Desta forma, o objetivo de utilizar este método foi acessar uma realidade que ultrapassasse estes narradores e buscasse compreender todo o universo do qual ele é participante. Nessas narrativas percebem-se os traços mais fortes e marcantes do trabalho infantil na fumicultura que foram descritos nesta pesquisa.

CAPÍTULO I

O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO E ECONÔMICO DE RIO AZUL E A PRODUÇÃO DE FUMO

Para entender como se configuram as construções pessoais e sociais com a fumicultura é necessário que se detenha na percepção de como se estabelecem as relações produtivas do fumo, assim inicialmente buscou-se compreender como historicamente este tornou-se o principal produto da agricultura no município de Rio Azul.

Para responder este questionamento buscou-se refletir sobre a própria história do município. Os dados que são apresentados a seguir baseiam-se na história oficial do município de Rio Azul e seguem a forma escrita desses documentos. Grande parte destes textos é referente à pesquisa encomendada por Ansenor Valentin Girardi, prefeito municipal da época (1986-1990) e que originou o livro “Rio Azul: Oitenta anos de emancipação política”, escrito por Reynaldo Valascki e Ceslau Wzorek¹⁴, no ano de 1988 e que é uma das principais fontes deste capítulo.

Ressalta-se que até então este documento é a maior fonte escrita sobre os dados históricos do município. Segundo este documento, nem sempre a produção do fumo foi a predominante no município. Nos primeiros anos do povoamento, o fumo era sim plantado, mas para uso¹⁵, sem objetivo de venda ou lucro, na economia nessa época havia outras perspectivas. Estes dados serão complementados por outras fontes históricas descritas e também pelas informações extraídas do Plano Municipal de Educação (RIO AZUL, 2015), que descreveu o histórico do município de forma romanesca.

Segundo esses documentos foi nos fins do século XVII, que se iniciaram as bandeiras nessa região. Atualmente o município de Rio Azul se encontra na Mesorregião Sudeste do Estado do Paraná, cuja localização destacamos:

¹⁴Ceslau Wzorek era funcionário público, foi professor dos antigos cursos de administração, por trabalhar na prefeitura é detentor de vasta documentação escrita e fotográfica da história do município, considerado pela academia como memorialista; pela população ele é conhecido como “historiador” do município.

¹⁵ Fumo de corda ou de rolo usado para consumo com o cigarro feito com a palha de milho

Figura 01: Localização geográfica do município de Rio Azul na Mesorregião Sudeste



Fonte: Paraná (2010)

Admite-se neste momento o conceito de região geográfica com sua divisão de acordo com a Geografia Política, sendo a região definida como uma porção territorial determinada pelo senso comum de um determinado grupo social, cuja permanência em uma determinada área foi suficiente para estabelecer características muito próprias na sua organização social, cultural e econômica. Um espaço socialmente criado que vai diferenciar de outros espaços próximos ao apresentar determinadas especificidades resultantes das experiências vividas e historicamente produzidas pelos seus próprios membros (FREMONT, 1980).

Outra definição importante de região é definida por Pierre Bourdieu, que destaca que o que faz uma região não é o espaço, mas sim, o tempo, a história, os mecanismos de ação humana. Uma região é o produto das modificações, das lutas políticas, econômicas e sociais que legitimam a existência de uma região. Independentemente das fronteiras naturais, elas são caracterizadas, como lembra Pierre Bourdieu, por uma imposição arbitrária:

Ninguém poderia hoje sustentar que existem critérios capazes de fundamentar classificações “naturais” em regiões “naturais”, separadas por fronteiras “naturais”. A fronteira nunca é mais do que o produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na “realidade” segundo os elementos que ela reúne, tenham entre si semelhanças mais ou menos numerosas e mais ou menos fortes (BOURDIEU, 2000, 112).

Reynaldo Valascki e Ceslau Wzorek citando Igor Chimys e Oldemar Blasi e seus estudos, afirmam que este local outrora foi habitado pelos índios cainguanges, guaranis e xetás. Devido a essas influências constatam-se no município vários nomes a acidentes geográficos locais, além da culinária e da tradicional medicina. Remanescentes destes grupos encontram-se atualmente aldeados em reservas, assim, já seria conhecido pelos ameríndios pré-colombianos em andanças por trilhas e pelos europeus que por aqui passaram em meados do século XVI (VALASCKI E WZOREK, 1988).

Segundo Reynaldo Valascki e Ceslau Wzorek, em 1863, a região geográfica teria a presença dos primeiros bandeirantes luso-brasileiros sobre as bandeiras de Afonso Botelho de Sampaio e Souza, sendo uma delas sob o comando do capitão das milícias Estevão Ribeiro Rayão, natural de São José dos Pinhais, Paraná e os pelotões do tenente Inácio Mota, destaca-se a forma como os indígenas eram tratados ao observar o “título” conferido ao então comendador como “amansador de índios”, como destacam:

Seria assim conhecida toda a região de Guarapuava, passando a ser parte destes campos. A colonização foi iniciada pelo Comendador Norberto Mendes Cordeiro, amansador de índios e fazendeiro de Guarapuava e que percorria toda a região procurando estabelecer colônias. Durante muitos anos a região onde hoje se localiza o município de Rio Azul foi habitada por poucos moradores, que vivam de produtos nativos. (VALASCKI e WZOREK, 1988, p.33)

De acordo com o Plano Municipal de Educação de Rio Azul, com o desenvolvimento de 1877, Guarapuava, passa a perder parte de seu território, desencadeando a criação de outras cidades, como Palmas e Prudentópolis. Por volta de 1885, se estabelecem as primeiras colonizações do município, objetivando em geral a busca por pedras e metais preciosos e a caça ao indígena. No território então conhecido como Sertão do Jararaca¹⁶, fundaram-se as primeiras colônias: Rio Azul dos Soares e Butiazal, primeiros núcleos de formação de pioneiros e uma vez que o Brasil dessa época era um país essencialmente agrícola o grande impulso no sul se caracterizou pelo estabelecimento da pequena propriedade (RIO AZUL, 2015).

Segundo Reynaldo Valascki e Ceslau Wzorek, este movimento imigratório decorre do povoamento sistemático do local que se iniciou em 1902, com a passagem da estrada de ferro São Paulo/Rio Grande do Sul, pois os trabalhos da construção da estrada de ferro em Rio

¹⁶ Denominação dada pela grande quantidade de cobras dessa espécie encontrada no local. Segundo Silva e Schörner (2016) em pesquisa que trata da origem do faxinal de Resistência dos Surmacz, uma das narrativas apontou que em apenas um alqueire de terra foram encontradas quarenta e quatro jararacas na época do início da colonização do município.

Azul iniciaram-se em 1894, na qual trabalharam muitas pessoas, inclusive imigrantes e estes requereram muitas terras junto ao Presidente da Província do Paraná, começando assim, as primeiras construções de residências e casas comerciais. (VALASCKI e WZOREK, 1988).

De acordo com o Plano Diretor do Município de Rio Azul, posteriormente à construção da Estação Ferroviária e as facilidades trazidas com a instalação da ferrovia em 1902, inicia-se uma apreciável soma de benefícios e melhoramentos à povoação. Foi com as facilidades do transporte trazidas pela ferrovia que começaram a instalarem-se atividades comerciais e industriais no povoado, entre estas as madeiras e o plantio e beneficiamento da erva-mate, além destes havia ainda o transporte feito pelo rio Potinga que na época era navegável e que utilizava barcos a vapor (RIO AZUL, 2009).

Para Nestor Martynetz, soma-se a isso a exploração da erva-mate, que “desencadeia um surto progressista, que aliado à extração madeira e às atividades agropastoris, com as produções escoadas pela estrada de ferro”, faz com que a região seja favorecida na questão econômica, “havendo um elevado aumento populacional com o influxo de imigrantes” (MARTYNETZ, 1973, p.13).

Ainda para Reynaldo Valascki e Ceslau Wzorek, outro fator que desencadeou o avanço foi a presença das madeiras que se estabeleceram nas proximidades dos rios navegáveis e dos portos existentes que eram o Porto Soares, o Porto Mineiros, na comunidade de Barra do Rio Azul, ao leste vila de Roxo Roiz, e o Porto Cortiça, próximo às comunidades de Charqueada e Cortiça, na divisa com o Município de São Mateus do Sul (VALASCKI e WZOREK, 1988).

Segundo Joécio Soares, as madeiras operavam tanto na pequena vila quanto na zona rural utilizando os meios de transporte que eram oferecidos, pois havia mercado para a madeira juntamente com a erva-mate, o que gerava movimento de renda e pessoas. É importante destacar ainda que as terras do município nos anos de 1870 e 1900 poderiam estar classificadas como “terras sem limites¹⁷” e, como nestas terras poucas pessoas residiam e havia pequena quantidade de animais à solta, permitiu-se uma dinâmica de uso da terra em forma de faxinal (SOARES, 2012).

Como faxinal entende-se uma forma de organização camponesa com criação extensiva de animais em áreas comuns; extração florestal dentro do criadouro comum e policultura alimentar de subsistência (CHANG, 1988); ou ainda como uma manifestação cultural, como coloca José Adilçom Campigoto e Hélio Sochodolak: “Chamam-se sistemas de Faxinais a

¹⁷ Terras que não precisavam ser cercadas para que os moradores soubessem a quem pertencia.

certo modo de utilização de terras em comum, delimitada por cercado, para a criação de animais, existente na região sul do Brasil e que tem se classificado como manifestação cultural dos povos tradicionais” (CAMPIGOTO e SOCHODOLAK, 2008, p.193).

Basicamente, a organização do faxinal é dividida em espaços que compreendem as terras de plantar e as terras de uso comum. As terras de plantar são localizadas fora do cercado e podem pertencer a quem as cultiva ou serem arrendadas. Destinam-se à plantação e os benefícios oriundos destas terras são privados sendo que a terra de uso comum é destinada a criação de animais e desfrutada por todos em regime de compáscuo¹⁸. Estas terras são chamadas de criadouro comum e abrigam os animais de todas as famílias do faxinal, além disso, as moradias do faxinalense localizam-se dentro do espaço do criadouro, em geral delimitadas por uma cerca pequena. É nesse espaço comum que as famílias faxinalenses desenvolvem seu modo de vida mesmo que as pessoas que compõem esse sistema nem sempre são donos das terras, mas participam da manutenção do criadouro.

De acordo com o Plano Municipal de Educação de Rio Azul, o crescimento na movimentação do povoado contribuiu para que as residências e casas de comércio comessem a surgir e ter seu número ampliado e com este crescimento o povoado atraiu imigrantes que procuraram as áreas rurais do município em busca de madeira e erva-mate sendo que foram estes imigrantes que adentraram nos territórios das matas os responsáveis por iniciar o processo de origem das comunidades rurais atuais. (RIO AZUL, 2015).

Reynaldo Valascki e Ceslau Wzorek descreveram que a maioria dos imigrantes só chegou ao povoado a partir de 1908 em busca de extrativismo e exploração da agricultura, estes juntam-se aos migrantes que já haviam se estabelecido como negociantes e aos outros imigrantes que também haviam chegado em número menor anteriormente (VALASCKI e WZOREK, 1988).

De acordo com Joélcio Soares, todas as comunidades de Rio Azul tiveram o faxinal em sua gênese de povoamento, fato este percebido quando da necessidade de se instituir no Código de Posturas Municipais, orientações sobre a forma de uso da terra e da criação dos animais, quando os moradores começam a ter conflitos envolvendo os mesmos como consta na Ata de Instalação do Município de Roxo Roiz (primeira denominação oficial dada a Rio Azul, quando da criação do município em catorze de julho de 1918, sendo que Rio Azul só

¹⁸Compáscuo é o regime de criação de animais a solta, onde os donos fornecem suplementação alimentar nas épocas de maior escassez de alimentos e durante todo o ano também, para que o animal crie vínculos com a propriedade de seu dono, e por mais longe que possa ir dentro do criadouro, sempre terá um lugar a retornar, isto é, o lugar onde recebe a suplementação alimentar, que é basicamente composta de milho e sal. (CARVALHO, 2015).

seria assim denominado em 1929) quando trata do Código de Posturas que:

Art. 4. As propriedades rurais são de agricultura e de criar; as primeiras constituem matas especialmente destinadas a cultura, as segundas em faxinais e campinas para criar.

Parágrafo 1. São consideradas terras de culturas propriamente ditas as cobertas de matas em costas de serra ou margem de rio, na extensão mínima de seis quilômetros quadrados.

Art. 5. Havendo dois terrenos limítrofes, um de agricultura outro de criar, serão os seus proprietários obrigados a fechá-los de acordo com a lei de mão comum em toda a extensão que se limitarem; ao infrator pena de 30.000 de multa, além de ser a parte que tocar no fecho feito a sua custa. Parágrafo Único: Os contraventores serão responsáveis pelo logar que lhe pertencer o fecho.

Art. 6. É proibido recolher e conservar animais de qualquer espécie em terras lavradas sem serem cercadas, de forma a poder danificar plantações dos vizinhos; pena de 20.000 de multa e obrigado a pagar os danos causados. Parágrafo Único: No caso de serem encontrados animais nas roças os donos destas poderão prendê-los e conduzi-los ao inspetor ou fiscal, para serem recolhidos à mangueira municipal. (ROXO ROIZ, 1918, p.10-11)

Para Joélcio Soares, a criação do Código de Posturas veio ao encontro da organização do uso da terra e resolução de conflitos pois na época, as terras de plantações eram poucas quando comparadas às terras de criar e se mantinham resguardadas por valas ou cercas e os conflitos que surgiam era a partir da forma de organização da terra, neste caso o faxinal. (SOARES, 2012)

Reynaldo Valascki e Ceslau Wzorek destacaram que para buscar a resolução dos conflitos, o primeiro trabalho administrativo do prefeito substituto Capitão Joaquim Luiz dos Santos foi iniciar a divisão do município em quarteirões e a separação com cercas de arame das terras de plantar do faxinal, desse modo, para que não houvesse mais conflitos envolvendo estas questões, nomeou Inspectores Municipais de Quarteirão.

Ser inspetor de quarteirão era ser digno de grande respeito e admiração por todos. O inspetor era a pessoa mais próxima dos vereadores e prefeito e quem trazia as necessidades da comunidade. Pedro fala com orgulho sobre seu avô que era inspetor de quarteirão e de como ele comparava que apesar de Pedro ser professor, ser inspetor de quarteirão trazia muito mais reconhecimento, era muito mais importante.

Meu avô foi Inspetor de quarteirão. Era a pessoa mais importante da comunidade, lá no Cambau¹⁹. Me lembro quando ele dizia pra mim que eu

¹⁹ Antigo nome dado à comunidade rural de Rio Azul de Cima no município de Rio Azul

podia até ser professor, mas ele, ele tinha sido inspetor de quarteirão. Eram os inspetores de quarteirão que ficavam mais próximos das autoridades do município. Eram mais respeitados que o delegado da cidade. (Pedro)

Os inspetores sempre estavam próximos da vida social dos agricultores colaborando com todo o processo da agricultura, que sempre foi para todos de importância na subsistência e sobrevivência do povoado. Pensando nesse aspecto, não há como entender a chegada da fumicultura sem antes entender como funcionava a economia local. Assim, achou-se pertinente descrever as principais atividades econômicas que eram desenvolvidas no período de 1930 a 2010.

Para tratar das atividades econômicas, utilizaram-se as informações descritas por Joélcio Soares que organizou um quadro do qual extraíram-se os dados sobre as principais atividades econômicas que ocorreram no município desde a década de 1930 a 2010 e que são complementados por outras fontes²⁰.

Até 1930 a organização mantida em faxinal proporcionava a todos diversidade de produtos plantados além da extração da erva-mate e criação de animais, bem como as indústrias madeireiras e o comércio local. Segundo Joélcio Soares, na década de 1930 a 1940, foi o período áureo de plantio de batata, sendo que o município era grande produtor deste tubérculo, e nessa década ocorreu um grande crescimento desta lavoura pela alta procura do produto no mercado, tinha-se também o plantio de trigo, feijão e milho, além da criação de animais em faxinal, principalmente de suínos; a atividade ervateira com os barbaquás²¹ e madeireira com as serrarias também permaneceu muito forte nesta década (SOARES, 2012).

Reynaldo Valascki e Ceslau Wzorek destacaram que neste período, com a crise de 1929 e a Revolução de 1930, o prefeito municipal não acatou o “Código dos Interventores²²” e favoreceu certos contribuintes, o que reduziu significativamente as receitas e determinou a extinção do município de Rio Azul pelo então Interventor Manoel Ribas que anexou Rio Azul ao município de Mallet: “Esta situação aborrece a todos os rio-azulenses, pois, por motivos

²⁰ O quadro foi elaborado com base nas seguintes fontes: LLIIPRR (1919-1938), Martynetz (1973), Valascki e Wzorek (1988), Zub (2009) e PDRA (2010).

²¹ É um método antigo de produção de erva-mate. Consiste em "sapecar" (expor a altas temperaturas em curto espaço de tempo) a erva-mate, a fim de retirar umidade da folha, dando um aroma e sabor diferenciado a erva-mate semelhante a uma defumação

²² Nome dado ao Decreto nº 20.348, de agosto de 1931, pelo qual o presidente Getúlio Vargas regulamentou o controle a ser por ele exercido sobre as interventorias federais nos Estados. O Código dos Interventores, entre outras coisas proibia os Estados de contrair empréstimos sem a prévia autorização do governo federal e restringia os recursos que cada Estado poderia destinar às suas forças policiais, impedindo-as de rivalizar com o Exército nacional. Tratava-se, em suma, de um instrumento de centralização do poder.

políticos, Rio Azul passa a pertencer ao município de Mallet!” (VALASCKI e WZOREK, 1988, p. 156). Só retorna ao *status* de município em 1934 apoiado nas futuras fontes de receita que apresentaria:

Rio Azul conheceu sua idade áurea. O progresso atingido em consequência do cultivo e grande procura da batata foi excepcional. As terras eram propícias para o cultivo e sua cultura aumentou extraordinariamente em virtude do preço. O município era um dos maiores produtores de batata da época. (VALASCKI e WZOREK, 1988, p. 156).

Segundo Joélcio Soares, entre 1941 a 1950, começa a decair o plantio da batata mas a produção continuou, apesar do plantio do trigo começar a ser mais evidente, manteve-se o plantio de feijão, milho e as atividades de criação de animais no faxinal, principalmente de suínos, assim como, as atividades ervateira e madeireira com os barbaquás e serrarias também continuou (SOARES, 2012). Entretanto o cultivo da batata foi crescendo também em outros centros, como em São Paulo o que para Reynaldo Valascki e Ceslau Wzorek , estagnou a economia do município, pois não havia como escoar a produção de batata (VALASCKI e WZOREK, 1988).

A produção de batatinha é lembrada por José, que lembra de como esse período foi importante para os agricultores, pois era de Rio Azul que ia a produção de batata para São Paulo. E como ocorreu o processo reverso, quando caminhões passam a trazer batata para o município, ainda, José compara com a atualidade, falando que hoje, essa produção tem que vir de São Paulo.

É, antigamente era tudo diferente. Naquela época a gente produzia só planta e batatinha. Rio Azul começou a produzir batata, aí vinha caminhões e caminhões de batatinha pra beneficiar em Irati, depois ia pra São Paulo. Agora gente tem que comprar de São Paulo. E o ano que plantava e dava bastante, o preço ia lá embaixo e quando não dava nada o preço, ia lá em cima. (José)

Reynaldo Valascki e Ceslau Wzorek, relataram que além das dificuldades próprias da agricultura, assim como definiu José, surgem novas situações como o ataque de gafanhotos que o município sofreu em 1947 (VALASCKI e WZOREK, 1988).

A vinda dos gafanhotos foi um fato que trás à lembrança dos moradores como uma situação inesquecível. Os gafanhotos assustaram os moradores. Devoravam o que tinha e nada restava, nem para colher, nem para semente, Catarina relata que nunca viu os gafanhotos, mas que sua mãe contava que tinha muito medo de acontecer novamente, pois onde eles passavam não sobrava nada:

Eu não sabia que tinha tido gafanhoto aqui no Taquari mas a minha mãe que hoje está com 102 anos contava que eram uns bichos bem grandes que por onde passavam, eles comiam tudo que tinha pela frente. Não ficava nada... (Catarina).

A professora Ana também comenta que um dia encontrou um gafanhoto no quintal de sua casa e seu pai ficou desesperado, achando que a “praga” tinha voltado:

Eu e meu irmão estávamos brincando e achamos um bicho bem grande parecido com um grilo. Era um gafanhoto, imenso. Nós chamamos meu pai e ele se desesperou, lembrou da praga que havia desolado Rio Azul e até foi mandar rezar uma missa de tanto medo. (Ana).

Mais que apenas no psicológico, o ataque de gafanhotos foi sentido principalmente na produção do trigo, pois não mais haveria a possibilidade de venda de excedentes. Segundo Rosenaldo de Carvalho²³ foi ainda neste momento que ocorreram várias “tragédias”²⁴ aos agricultores de Rio Azul, além da peste dos gafanhotos, surgiu a peste do tifo nos porcos e a infestação de Aftosa em todos nos animais e ainda em meio a esta crise, surge o declínio da erva-mate (CARVALHO, 2015)

Para Joécio Soares, de 1951 a 1960 a produção agrícola passou por um período muito difícil. Continuou o plantio da batata, feijão e milho, assim como as atividades de criação de animais em faxinal, aumentou a venda de suínos e começou o plantio de cebola, mesmo assim, a economia não evolui pois começam a fechar as serrarias na área rural do município, decaindo a indústria madeireira (SOARES, 2012).

Rosenaldo de Carvalho destaca que ao considerar todas as “tragédias” que aconteceram, ainda se evidenciou uma crise de produção por esgotamento das terras, colocando os agricultores em uma situação econômica difícil o que contribuiu para que muitos deles, desesperançosos fossem para as cidades maiores em busca de sobrevivência, mas nenhum dos que partiram tiveram melhora de vida e a situação se tornou extremamente difícil, pois os que partiram, retornaram e tornou-se extremamente necessário a busca por alguma alternativa para a agricultura e para melhorar a situação de vida e sobrevivência dos agricultores (CARVALHO, 2015)

²³ O autor trata em sua pesquisa especificadamente dos faxinais. Considerando que nesta época os faxinais não estavam desagregados, todos os camponeses ainda eram faxinalenses.

²⁴ Termo utilizado por Rosenaldo.

Na busca pela melhoria e manutenção da vida no campo, já que a cidade grande não trouxe progresso, ao findar a década de 1950 começou em Rio Azul, tentativas de empreendimentos como destacaram Reynaldo Valascki e Ceslau Wzorek quando apontaram que em 1955 foi instalada uma fábrica de farinha de milho que era produzido em Rio Azul e a farinha era consumida em toda a região. Mas a principal novidade surge nas plantações: o fumo (VALASCKI e WZOREK, 1988).

Para Rosenaldo de Carvalho esse fumo era diferente dos fumos que o agricultor conhecia, havia um processo distinto para sua fabricação, era preciso fazer mudas, estufas para secagem e colher em várias etapas. Alguns agricultores, seduzidos pelo discurso da nova possibilidade de permanecer no campo, sabedores de todas as situações negativas que haviam ocorrido e dos fracassos daqueles que haviam partido, aceitam o desafio e em poucos anos o fumo realmente foi um sucesso e colaborou com os agricultores para que pudessem não apenas sair da crise que estavam enfrentando, mas ainda passaram a possuir novos bens de consumo, como jipes, por exemplo, o que era grande novidade naquela década (CARVALHO, 2015).

Reynaldo Valascki e Ceslau Wzorek enfatizaram que foi entre 1958 e 1959, que foram são fundadas as primeiras estufas de fumo de propriedade de Miguel Rymsza, dos Senhores Wrytycki, Kruk e José Zem na localidade de Cachoeira, estas estufas eram contratos da empresa Souza Cruz e a primeira secagem de fumo que ocorreu no município foi na propriedade de Miguel Rymsza (VALASCKI e WZOREK, 1988).

É importante destacar que se trata um período onde a sobrevivência estava difícil, a produção de alimentos comprometida pelas pragas e pestes, um êxodo fracassado acontecendo e de repente, surgem pessoas representando as empresas de fumo, falando sobre uma realidade possível, onde o dinheiro estaria novamente nas mãos dos agricultores. Sem contar a estratégia das empresas em construir as estufas de fumo nos locais mais centrais da propriedade, onde pode ser vista de diferentes ângulos. Um verdadeiro templo na propriedade para aqueles que buscavam sua salvação financeira:

Sem condições de ser como fora nos “tempos de dantes”, mas sem saber que caminho seguir, o homem faxinalense busca novas alternativas de vida com a plantação do fumo. O desprender-se custa caro ao homem, e muitos mesmo em crise não plantaram fumo. Com o tempo todos se viram quase obrigados a aderir ao novo sistema produtivo. (CARVALHO, 2015, p. 68).

As estufas pareciam ser a solução para os problemas que se alarmavam, inclusive no declínio econômico que se iniciou em 1959. Para Reynaldo Valascki e Ceslau Wzorek, os

problemas também afetaram a área urbana, onde fecha a fábrica de palhões, que atuava desde a década de 1920 e que comprava palhas dos agricultores que plantavam milho e outras empresas também fecham ocorrendo um período de decadência do município, mas se mantem ainda o plantio de milho, arroz, feijão, mandioca e batata para consumo próprio e venda do excedente, além destes, muitos moinhos coloniais da área rural são fechados (VALASCKI e WZOREK, 1988).

A década que seguiu, entre 1961 a 1970 foi descrita economicamente por Joélcio Soares como um período de dificuldade no município, onde manteve-se as atividades na área rural de agricultura com o plantio de milho, arroz, feijão, mandioca e batata para consumo próprio e para venda do excedente, persistindo a extração de erva-mate e criação de animais no faxinal. Outro fato que surpreendeu foi que as serrarias que operavam na área urbana, cortando remanescentes de Mata com Araucária, estando já em decadência, tem seus locais de mata, ocupados gradativamente pelas plantações de fumo e ainda com substituição dos plantios de alimentos. (SOARES, 2012)

O espaço tomado pelo fumo na melhoria de vida dos camponeses foi tão evidente, que eles começaram a deixar o plantio de alimentos e passaram a viver quase exclusivamente do plantio do fumo. Sofia coloca que essa substituição acabou por garantir uma vida melhor: “Depois que eu casei teve um ano só que nós plantamos batatinha, depois só plantamos fumo. E o fumo nunca deixou nós fazer uma compra fiado e sempre deu pra viver bem.”(Sofia)

Os primeiros pés de fumo não eram como os da atualidade e sim chamados de fumo “amarelinho²⁵” pelos entrevistados. A promessa sedutora de plantar fumo foi difundida pelas pessoas interessadas e pelas empresas que apresentam uma nova perspectiva a agricultores cansados da vida difícil, assim, palestras, conversas e até o cinema foi utilizado para o convencimento do camponês de que a riqueza chegaria com o fumo, como nos fala Antônio sobre quando ele foi começar a plantar fumo e ainda tinha medo da mudança: “Quando foi para a gente começar a plantar fumo, todos estavam com medo porque nunca tínhamos visto esse tipo de plantação.” Também fala sobre a forma como o cinema, também uma moderna forma de difusão de ideias alicerçou e determinou o plantio do fumo:

Aí veio um pessoal das empresas que compravam fumo e reuniram todo o povo de Rio Azul para fazer uma palestra e foi passado um filme. Filme aquele tempo era coisa chique, não era sempre que se via e esse filme que passaram mostrava a história de um agricultor. Na história o agricultor vivia passando dificuldade, não tinha dinheiro para nada, andava tudo sujo com as roupas rasgadas, aí ele resolvia de começar a plantar fumo. A vida dele mudava, porque ele saía para vender o fumo e voltava com os bolsos cheios

²⁵Fumo utilizado na produção do fumo de corda, do fumo de rolo ou do fumo amarelo de estufa.

de dinheiro, derrubando dinheiro dos bolsos, com roupa limpa, dirigindo carro até. Era bonito de se ver. (Antônio).

Um método convincente que mostrava em imagens como a vida difícil do campo e os estereótipos do camponês sujo, maltrapilho, tinha uma mudança total em sua vida. E filme, nessa época realmente convenciu. Como declara José ao falar sobre ter sua ideia mudada pelo mesmo:

Esse filme me ajudou bastante a decidir plantar o fumo. Comecei a plantar fumo depois de 1958 e nunca mais parei e até hoje o fumo nunca deixou faltar uma compra em casa. Graças ao fumo nunca mais passamos necessidade, porque você vende um fardo de fumo já tem compra na casa e dinheiro na mão. (Antônio)

A garantia da venda do fumo para suprir as necessidades de casa, apontada por José é ainda forte princípio na comercialização do fumo no município e a cultura do fumo prosperou nas décadas que seguiram, de acordo com Joélcio Soares, de 1971 a 1980, pois já havia cerca de 500 produtores com estufas em operação. O empenho dado ao fumo, propiciou que muitos barbaquás fossem desativados, aliado ao interesse do beneficiamento da agora pouca quantidade de erva-mate por empresas das cidades vizinhas (SOARES, 2012).

Também foram diminuindo as áreas dos criadouros comuns dos faxinais, pois iniciou-se um processo de desarticulação pela grande necessidade de áreas para o plantio do fumo. Essa nova divisão territorial diminuiu a criação dos animais em várias comunidades, mesmo se mantendo o plantio de milho, arroz, feijão, mandioca e batata para consumo próprio e venda do excedente e se iniciando o plantio da soja, a principal preocupação com o espaço passa a ser com o fumo. O grande fortalecimento do fumo teve seu início no período de 1981 a 1990, tanto que passou a tomar conta de quase toda a extensão rural, sendo em 1987, o número de 1.300 agricultores, com uma produção de 3.750 toneladas, com previsões para 1988, de aumento da produção para 10.000 toneladas, com 2.000 produtores (SOARES, 2012)

Segundo Joélcio Soares foi entre 1991 e 2000, que o município ficou conhecido como a capital do fumo pela alta produção e pela instalação de empresas compradoras. O plantio de cereais começou a ser praticado por agricultores que possuíam maiores extensões de terra, ou seja, começaram a surgir os monocultivos em diversas comunidades (soja e milho) e também reflorestamentos (pínus e eucalipto). A erva-mate passou a ser vendida para as empresas “no

pé”²⁶, o que contribuem com a quase extinção dos barbaquás e ainda muitos agricultores, abandonam a produção de alimentos para plantar fumo em áreas maiores e vem comprar na cidade o que antes produziam (SOARES, 2012).

Joélcio Soares destaca ainda que de 2001 a 2010, o plantio do fumo se a principal atividade na área rural, mesmo com plantações de soja e milho predominando entre os grandes proprietários de terra. Os pequenos proprietários também aderem ao plantio da soja em pequenos espaços de terra que não são ocupados com o plantio do fumo e os reflorestamentos passam a ser parte da paisagem das comunidades, com o plantio de eucalipto que é cortado para servir como lenha na secagem do fumo e o pínus que também é plantado e vendido às laminadoras existentes na área urbana. A erva-mate continua sendo comprada pelas empresas, mas representa uma pequena parcela de renda para as comunidades, já que grande parte das matas foi cortada, restando poucas com erva-mate que seja de interesse das empresas de beneficiamento (SOARES, 2012).

Com esse delineamento histórico, afirma-se que como sendo a principal atividade econômica de Rio Azul na agricultura, o fumo financia a sobrevivência de muitas famílias. Sua produção é fortemente alicerçada através do Sistema Integrado de Produção (SIP) que também é responsável pelo fornecimento dos insumos que garantem serem necessários à produção do fumo e através do marketing gerencial da empresa, subordinam os fumeiros a um sistema que os impede de agir livremente e, isso tudo de forma bastante sutil, como declaram Sebastião Pinheiro e Dioclécio Luz:

As fumageiras, hoje, não precisam obrigar o produtor a absorver insumos, optar por seguro ou construções de investimento, pois o fumeiro já está irremediavelmente atrelado ao esquema e seus instrutores controlam a fidelidade. Os fumeiros reconhecem que estão intoxicados e com suas vidas e a de seus filhos seriamente comprometidas. Também não acreditam que seja possível produzir sem esta relação opressiva, e nem sequer acreditam que existam alternativas. Submetem-se. E a ideologia do dominador passa a ser a visão do dominado. Infelizmente, este é o auge da servidão (PINHEIRO e LUZ, 1998, p. 155).

Os autores Sebastião Pinheiro e Dioclécio Luz colocam a produção do fumo como condição de servidão dos produtores às empresas fumageiras, destacando que a cultura do fumo é a mais arcaica forma de servidão que existe. Embora, paradoxalmente, seja a mais monetizada (o produto tem valor, mas o trabalho para o produzir, não).

²⁶ As empresas passam a comprar a erva-mate na própria propriedade, sendo responsável por todo o processo. Em alguns casos os próprios proprietários das terras que possuem o produto o extraem, e as empresas vão e compram na localidade

Para Guilherme Eidt Gonçalves de Almeida quando a liberdade de negociar o fumo é tirada do agricultor e impede a concorrência entre as empresas, se realiza uma reserva de mercado favorecendo a formação do “cartel do tabaco” e com ele inicia-se o controle do processo de endividamento dos agricultores, que é ferramenta das empresas para garantir que nas próximas safras estes agricultores estejam integrados às mesmas tentando pagar suas dívidas, oferecendo assim segurança aos contratos de exportação que foram firmados com o mercado internacional. (ALMEIDA, 2005, p.43)

Rogério Leandro Lima da Silveira e Mizael Dornelles definem o Sistema Integrado de Produção:

Esse sistema foi criado em 1921 pela *British American Tobacco*, em Santa Cruz do Sul. (...) nesse sistema os agricultores familiares fumicultores, por meio de contrato firmado com as empresas agroindustriais, comprometem-se em produzir tabaco na quantidade e de acordo com as instruções técnicas de qualidade definidas pelas empresas e repassar a elas integralmente sua produção em troca da garantia pelas empresas do fornecimento de insumos, de assistência técnica, da intermediação de financiamento junto aos bancos, do transporte do tabaco das propriedades rurais até as usinas ou postos de compra das empresas e da compra integral do tabaco. (SILVEIRA e DORNELLES, 2013, p.30).

Sobre como este sistema afeta o agricultor, descrevem Rogério Leandro Lima da Silveira e Mizael Dornelles:

Na comercialização do tabaco, o controle unilateral exercido pelas empresas na definição das classes do tabaco entregue pelos fumicultores nas unidades de compra e nas usinas de tabaco, acaba sendo decisivo para garantir margens significativas de lucratividade nas empresas, ao mesmo tempo em que amplia o grau de subordinação econômica das famílias de fumicultores (SILVEIRA e DORNELLES, 2013, p.30).

No município de Rio Azul, a movimentação financeira com o fumo é relativamente alta sendo que os valores das safras dos últimos anos estão expressos no seguinte quadro:

Quadro 1: Safras 2010 a 2015

Ano	R\$
2010	64.883.741,98
2011	38.665.865,10
2012	38.062.297,82
2013	78.873.718,98

2014	90.243.367,59
2015	97.520.589,18

Fonte: Rio Azul (2016)

Vale destacar que destes valores correspondem a geração de aproximadamente 75% da renda do município.

O trabalho com o fumo: o processo produtivo

Percebemos que o plantio de fumo no município de Rio Azul tomou espaço produtivo nos últimos cinquenta anos, ou seja, desde que iniciou no final da década de 1950 e ainda ganhou força com o declínio da extração da madeira e da erva-mate, bem como com diminuição da produção de alimentos. Atualmente é considerado como uma das poucas culturas capazes de oferecer rentabilidade para os pequenos proprietários rurais²⁷ e assim manter o agricultor no campo. No entanto a valorização do monocultivo do fumo desvalorizou as agriculturas familiares voltadas à subsistência, obrigando que muitos agricultores deixassem de produzir no campo e buscassem sua alimentação de forma industrializada, ou seja, viessem comprar na cidade aquilo que antes produziam.

A produção do fumo é um processo diferenciado que exige esforços contínuos durante o período de plantio e safra, exigindo dessa forma esforço e trabalho ininterrupto de todos os envolvidos no processo, de toda a família, envolvendo inclusive crianças e adolescentes que orienta, financia e compra a produção mantendo relações financeiras e pessoais com os produtores.

O Sistema Integrado de Produção fascina aos produtores de fumo por oferecer previsibilidade e segurança de que a produção será comprada. Assim, fica claro ao fumicultor que toda sua produção tem venda garantida²⁸, não terá que procurar mercado nem se preocupar com o escoamento de sua safra pois as empresas necessitam da produção para cumprir seus acordos com a exportação do produto, o que também já é uma própria exigência do Sistema Integrado de Produção.

A empresa subsidia toda a plantação de fumo, desde as sementes, os insumos, os agrotóxicos que serão utilizados, os equipamentos de proteção individual e se necessário, a

²⁷ De acordo com a classificação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária (INCRA), a pequena propriedade é caracterizada de acordo com os números de módulos fiscais, sendo estes entre um a quatro para a caracterização de pequena propriedade. No município de Rio Azul, cada módulo fiscal equivale a dezesseis hectares.

²⁸ A empresa se compromete em comprar toda a safra do fumicultor, obviamente que essa compra é efetuada mediante o pagamento de todas as dívidas que o agricultor tenha feito para custear sua produção.

própria estufa de fumo é financiada com a participação da empresa. Em troca de todas estas “oportunidades” o produtor assina um contrato se dispondo a pagar os altos preços destes produtos, os seguros da propriedade, o “instrutor”²⁹ que fará o acompanhamento técnico, o transporte da safra e ainda, como um dos principais termos contratuais, o fumicultor é obrigado a negociar seu produto unicamente com a empresa contratada segundo o preço que é estabelecido pelo Sinditabaco³⁰, mas considerando a classificação que é feita pelo técnico da empresa no momento da venda que ocorre no “barracão” da empresa.

Sebastião Pinheiro e Dioclécio Luz colocam que a presença do chamado “barracão” na atividade produtiva do fumo ocorre com conhecimento do Estado que se omite diante da exploração que as empresas determinam sobre os pequenos proprietários rurais. A presença do barracão, segundo estes autores é tão importante para a subordinação que os fumicultores se tornam cada vez mais presos ao sistema e sequer dão conta disso. Para Sebastião Pinheiro e Dioclécio Luz o barracão do Sistema Integrado de Produção se assemelha aos barracões dos seringueiros³¹, com a diferença de que agora existem as garantias contratuais (PINHEIRO e LUZ, 1988).

Para Antônio, negociar no barracão tira a liberdade de vender sua produção para quem ele quiser, pois todo o escoamento de sua safra vai ser analisado e contabilizado por um técnico dentro da empresa, num local que não há como fazer nenhuma reivindicação, como destaca Antônio: “Esse é o pior problema que nós sempre enfrentamos e olha que eu planto fumo há mais de trinta anos. Veja: a gente não tem liberdade pra vender pra ninguém senão for pra eles.” Ainda nas palavras de Sofia, a preocupação com a saúde, com o esforço físico, com a possibilidade de maior rentabilidade, mas os termos contratuais impedem qualquer concorrência.

Nós temos muita dificuldade com a saúde, tem o esforço físico e as empresas, elas pagam o que eles querem e não pode vender pra outro, eles

²⁹ Os instrutores são funcionários das empresas fumageiras, que dão orientação técnica aos fumicultores, sua presença nas plantações de fumo é muito importante para o sucesso da relação do Sistema Integrado de Produção. É comum encontrar relações de compadrio entre os instrutores e os fumicultores.

³⁰ Sindicato dos fumicultores cujas intervenções possibilitam a negociação com as empresas

³¹ Um grupo de seringueiros é instalado numa área, no meio da selva. As seringueiras são individualizadas e sangradas periodicamente para obtenção da borracha. Tudo, de que o seringueiro precisar, ele retira do barracão e debita em sua conta. Lá estão os apetrechos para a sangria e para vida na selva: material para coleta da borracha, coagulação, munição, querosene, roupas, remédios, ferramentas, perfumes... O que ele pega é anotado. Quando o seringueiro entrega as “bolas” de borracha ao seringalista, é feito o acerto de contas no barracão. Para o seringueiro novato geralmente o patrão faz com que sobre algum dinheiro, é o chamariz. Depois, com o tempo, as coisas começam a apertar e as contas não fecham, ele está sempre devendo no barracão. Neste momento os capatazes e gerentes do seringalista fazem um trabalho de marketing para manter boas relações, de tal forma que o caboclo culpa a “panema” (azar da floresta) por sua situação e agradece pela “ajuda” de quem o explora (PINHEIRO e LUZ, 1998, p.155).

fazem o preço deles e não querem saber de nada, tem que negociar com eles.
(Sofia)

Entre os meses de abril, maio, mais tardiamente em junho, os pequenos agricultores são procurados em suas propriedades pelos orientadores das indústrias, os instrutores. Em geral pessoas que já mantêm um contato bem familiar e próximo dos fumicultores e que mantêm a relação positiva entre a empresa e os produtores, como para Marcos que sequer consegue contabilizar os compadres e comadres que sua profissão permitiu ter: “Imagine, trabalho como instrutor há mais de vinte anos. Nem sei quantos afilhados eu tenho aí por este Rio Azul afora”.

Com a presença do instrutor é assinado um contrato de prestação de serviço já digitalizado pois assim, não há possibilidade de negociar as cláusulas, restando apenas aos fumicultores especificar o tipo de fumo que será produzido, no caso de Rio Azul, o fumo Virgínia³², o tamanho da área que será utilizada, a variedade de semente, a estimativa dos pés de fumo que deverão ser cultivados e quanto isso irá gerar em termos de quilograma de fumo. Em contrapartida, a empresa integradora se obriga a comprar do agricultor toda sua produção de fumo cultivado, dando-lhes assim a garantia de mercado, a certeza da comercialização da safra.

Como tática, os agricultores tentam negociar sua safra escondidos, com os chamados picaretas³³, no entanto acabam sofrendo maiores explorações do mesmo, a única certeza de negociação com eles vem da garantia do dinheiro rápido nos momentos de necessidade, mas que muitas vezes são necessários, pois se tem pressa em conseguir dinheiro, mesmo quando são enganados, como afirma Antônio: “Tem outros por aí, mas são “picaretas”, né. Aí eles pagam menos ainda que as empresas e enganam no peso, na qualidade.” Mas o imediatismo precisa ser considerado, como destaca Marta: “Os picaretas exploram mais ainda que as empresas. Só que a gente não precisa esperar pra pegar um dinheiro, eles pagam na hora, tipo quando gente precisa de dinheiro para ir ao médico, comprar um remédio” e entre estas estratégias das empresa e táticas³⁴ dos fumicultores, se estabelecem suas práticas culturais.

³² Espécie de fumo tipo Virgínia (curado em estufa) é muitas vezes denominado "tabaco vivo" pela cor entre amarelo-dourado e laranja intenso que adquire durante a cura. O fumo Virginia é curado em estufas aquecidas (por isso o nome curado em estufa). O processo de cura demora uma semana.

³³ Tipo específico de intermediários, entre os fumicultores e as empresas integradoras, que compram o fumo e vendem picado às próprias empresas, quando essas se defrontam com demandas não previstas.

³⁴ Sob a perspectiva de Michel de Certeau, as estratégias se relacionam aos esforços empreendidos pelos sujeitos que detem uma forma de poder e que por este viés: “(...) postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta” (CERTEAU, 1994, p. 46). As táticas, por sua vez, são destacadas por Certeau como ações realizadas por aqueles que não detem nem uma forma de poder a não ser realizar ações desvianistas, que geram efeitos imprevisíveis. As táticas se opõem às estratégias – que visam produzir, mapear e impor – as táticas originam

Como forma de controlar a venda de fumo aos chamados “picaretas” a estimativa da produção é realizada com a variação máxima de 5% para mais ou menos e desse modo não há como comercializar com outras pessoas ou empresas, sendo este controle previsto como termo contratual da empresa no mesmo contrato que chega pronto nas mãos dos fumicultores.

Ainda em termos contratuais, a empresa se compromete a revender e/ou recomendar os insumos agrícolas básicos e as sementes que serão utilizadas de acordo com as indicações da empresa quanto aos volumes e especificações, sendo que os valores desses insumos são convertidos em quilogramas de fumo que deverão ser entregues à empresa.

Da mesma forma todos os débitos do fumicultor com a empresa são convertidos em peso do fumo, inclusive com os juros, mesmo que o agricultor resolva pagar antecipadamente em dinheiro, não o pode fazer. A orientação técnica, o “instrutor” também é pago pelo fumicultor por peso do fumo no final da safra, também é de responsabilidade do produtor o uso de EPI’s³⁵ na aplicação dos agrotóxicos, a tríplice lavagem das embalagens e o acondicionamento em lugar seguro, assim a responsabilidade pelo meio ambiente e a não utilização de madeira que não seja reflorestada, também é termo contratual.

Relações entre a produção do fumo e o trabalho infantil: termos contratuais?

O cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA em vigor, notadamente no que se refere à não utilização, sob qualquer meio ou forma, exceto pelas hipóteses permitidas na Portaria nº 20/2001 do Ministério do Trabalho e Emprego, e demais legislações em vigor, mão-de-obra infantil e/ou adolescente é exigido e os produtores precisam cumprir, sendo assim, as empresas não podem ser culpadas se os pais utilizam o trabalho infantil na produção do fumo.

Sobre a utilização do trabalho Infantil, Guilherme Eidt de Almeida destaca:

Foi a partir da safra 2001/2002, sob orientação do Sindifumo – Sindicato das Indústrias do Fumo, que se introduziu no modelo dos contratos de compra e venda de fumo em folha, em comum acordo com os representantes dos agricultores reconhecidos pelas integradoras, a cláusula que proíbe o emprego de mão-de-obra infantil na produção de fumo. A orientação para redação, em termos gerais, baseou-se no seguinte texto: “O Produtor, além

diferentes maneiras de fazer. São o resultado da sabedoria e astúcia dos consumidores e de suas capacidades de inventar e fugir do controle das estratégias.

³⁵ Equipamento de proteção individual que faz parte da compra da empresa e que os produtores são obrigados contratualmente a utilizar, eximindo assim a responsabilidade da empresa e culpabilizando o agricultor por quaisquer acidentes.

do atendimento de qualquer outra regra relativa à proteção da saúde e do meio ambiente, não empregará mão-de-obra infantil na atividade decorrente deste contrato” (ALMEIDA, 2005, p. 50).

Valendo-se desta faculdade contratual, as empresas compram a safra de todos os produtores mesmo sendo conhecedores de que os mesmos utilizaram mão de obra infantil, não fizeram uso de EPI's, queimaram madeiras de bracatinga ou qualquer outra situação que estava prevista no contrato, mesmo sendo de conhecimento das empresas que isso acontece, que nada faz para modificar a situação, responsabilizando o agricultor por tudo, como se expressa Marcos, ao afirmar que havia feito a orientação

Mas é claro que a gente sabe como as coisas são. A gente conhece cada um dos produtores, visitava toda semana. Eu cansei de ver eles fazendo a coisa errada, passando veneno de qualquer jeito. Eu orientava, mas quem tinha que usar era ele. Eu orientei.

Nesse aspecto, é como se a empresa integradora não tenha responsabilidade de como o fumo está sendo produzido e essa postura empresarial é repassada a todos os instrutores de fumo e os mesmos passam a utilizar no seu trabalho, na forma como se colocam em frente aos produtores de fumo. Os instrutores recebem treinamento para trabalhar com os fumicultores e para “fazer vista grossa” sobre alguma ocorrência que não fosse aconselhada, como coloca Marcos ao falar sobre as visitas no horário de escola para que não precisasse ter que falar aos pais sobre o Trabalho Infantil: “A gente sabe bem quem são os pais que tem ajuda das crianças. O que a gente fazia era ir visitar a família no horário em que as crianças estão na escola. Aí não tinha problema nem pra eles e nem pra nós.”

No que se refere à saúde, aos cuidados como com o uso do Equipamento de Proteção Individual – EPI, a orientação para utilização acontecia, no entanto, a empresa se desresponsabiliza no momento em que esta orientação ocorre, a partir deste momento a responsabilidade é do fumicultor, como coloca Marcos, ao afirmar a mesma coisa: “Nós ensinávamos como utilizar o EPI, porque usar o protetor solar e essas coisas, mas não podemos fazer nada se longe da gente o agricultor não usa, aí é problema deles.”

Mas o EPI e seu uso nem sempre é garantia que está sendo bem utilizado, como destaca Lucinda, que fala que depois que ficou doente e começou a estudar é que viu que o EPI fornecido era falho, a máscara que era fornecida não era específica para a pulverização de agrotóxico e que as informações passadas aos fumicultores não trazem esclarecimento:

Se eu soubesse teria ido de livre e espontânea vontade, mais hoje eu sei que sofreria com o uso do agrotóxico. Veja, desde a máscara que eu usava quando estava pulverizando, era falha, depois que eu fui e vi as pesquisas que eu entendi o tipo de máscara que deveria usar, porque até o EPI que eles entregam é falho, não protege nada, é uma farsa. (Lucinda)

Também não se concebe que a empresa tenha cuidados especiais com a saúde dos agricultores. A professora Ana que atuou muitos anos no campo na localidade de Rio Azul dos Soares conta que certa vez tiveram uma palestra sobre o uso de EPI, tríplice lavagem e os perigos dos agrotóxicos para as gestantes, mas quando voltavam para sala de aula, os estudantes, brincavam, rindo de sua utilização.

Certa época veio um pessoal de fora para fazer uma palestra sobre o uso de EPI, tríplice lavagem e os perigos dos agrotóxicos para as gestantes. Foi o primeiro contato que nós professores tivemos com esse tema. Isso foi no ano de 1997. Eu nunca mais participei de nada parecido. Havia imagens fortes, chocantes. Levamos essa discussão para sala de aula, mas virou motivo de risos para os instrutores e pais, conseqüentemente para os alunos que diziam para mim: “Daonde, professora, acha que a gente aqui na roça vai ter tempo de ficar fazendo tudo isso?”; “o pai falou que conversou com o instrutor de fumo e ele disse que isso aí nem dá problema assim, é coisa que ficam falando, esse povo da saúde” (Ana).

A professora Ana ainda coloca que mesmo as palestras ou qualquer informação era silenciada pela voz imponente, na época dos instrutores técnicos: “O fato é que nunca mais houve uma palestra assim para os professores, que não houve mais discussões e as que começaram a existir foram silenciadas pelos interessados, pelas pessoas de grande confiança: os instrutores.”

Os agrotóxicos utilizados na plantação de fumo são altamente tóxicos e seus efeitos podem ser sentidos a longo prazo, como destaca Lucinda que na atualidade está com seu corpo paralisado e que acredita que os agrotóxicos que sua filha inalara são também responsáveis pelas doenças que ela apresenta, nos ovários e trompas, sendo que para a utilização do agrotóxico, nunca recebeu orientação dos instrutores.

Mas como não havia uma orientação uma indicação de que faz mal, eu plantei sem opção nenhuma. Eu nunca imaginei que condenaria minha vida a isso ou ainda minha filha. Veja, eu nunca deixei ela trabalhar no fumo, porque tive outros sonhos para ela, mas até hoje ela tem uma doença de origem desconhecida que precisou tirar a trompa o ovário do lado direito, tenho certeza que isso é culpa dos agrotóxicos. (Lucinda)

Quanto ao contato com o fumo e seu ciclo produtivo, pode-se afirmar que este ciclo se estende o ano todo, apesar de iniciarem-se os preparativos para as mudas na primavera e a secagem ocorrer no verão e durante todo esse tempo o contato com os agrotóxicos é intenso. Depois do processo de plantio e colheita, inicia-se a classificação, período este em que a presença de crianças e adolescentes é mais evidente. Em seguida vem o trabalho de enfardar e preparar-se para o ano vindouro. A professora Ana fala sobre como era a época de pré-classificação do fumo, momento em que as crianças ficam com o contato direto com as folhas depois da secagem, era nessa época que as lesões nas pontas dos dedos provocadas pelo contato com o fumo era mais evidente: “Eu lembro que quando chegava a época de embonecar o fumo, os alunos sempre se atrasavam para copiar porque a ponta de seus dedos estavam todas feridas pelo contato com as folhas do fumo quando faziam as chamadas bonecas³⁶”.

A professora Ana também descreve a importância das crianças nessa parte do processo, caso, que na época ocasionava faltas dos alunos, principalmente pelo horário de verão prejudicar os trabalhos: “Eles não gostavam do horário de verão, porque as crianças faziam falta na classificação do fumo.” A professora Ana não tinha conhecimento do que era o processo do fumo, nem sabia o que era uma boneca de fumo e nem o porquê deste nome, mas as crianças explicavam: “Eu não entendia nada, não sabia o que era “boneca”, imaginava que era algum brinquedo, aí as crianças me diziam que era sim, uma bonequinha, ficava igual uma cabecinha de boneca e dava até para pôr no colo. E faziam os gestos.”

Em uma das visitas que a professora fez para saber o porquê das faltas dos alunos, encontrou as crianças fazendo as “bonecas”. Ela afirma que ficou desesperada ao ver o contato de seus estudantes e a forma como a produção era passada para as crianças como uma forma de brinquedo, como se lhes fosse realmente tirada a infância em troca de um trabalho.

A primeira vez que visitei uma família na época de classificar e fazer bonecas, quase tive um colapso. Era aquele cheiro forte de nicotina, aquelas folhas todas esparramadas, as crianças brincando com aquelas folhas como se fossem realmente bonecas que ficariam “dormindo” em um fardo. A mãe dizia: “Coloque as bonequinhas ali para elas descansarem. Isso, agora faz mais uma para ela não ficar sozinha. Foi horrível.

É visível neste relato como o contato das crianças com o fumo e sua produção ocorre desde a mais tenra idade e como as próprias famílias estimulam que o mesmo ocorra, mesmo

³⁶ A boneca de fumo é conjunto de folhas de fumo presa pela ponta mais saliente de outra folha de fumo.

mascarando se necessário o trabalho em uma brincadeira, como a professora descreve quando fala das bonecas de fumo. Isso sem considerar os danos que este contato poderia ocasionar na saúde destas crianças, pois como a professora cita os dedos tinham feridas nas pontas.

O uso de agrotóxicos no fumo de forma indiscriminada ocasiona diversos males aos produtores, no município de Rio Azul, utiliza-se o sistema *floating*³⁷ para o preparo das mudas, mesmo sendo a utilização deste sistema bastante polêmica, pois o destino da água das piscinas e a sua localização próxima das casas é perigoso, como aponta Virgínia Etges:

Embora se reconheça o avanço tecnológico advindo da implementação do sistema *float*, como a eliminação do gás brometo de metila identifica-se uma alta toxicidade da água do sistema *float* para os organismos testes. Essa água utilizada neste sistema, na maioria das vezes é descartada, pura ou misturada com calcário, diretamente no solo, ou, fica dentro do sistema até evaporar por completo ou ser carregada pelas águas das chuvas. Importa destacar, nos resultados obtidos das análises de resíduos no sistema *float*, o fato das amostras terem sido coletadas de novembro a fevereiro, ou seja, 4 a 7 meses após as mudas terem sido transplantadas, o que demonstra a alta persistência dos agentes tóxicos na terra. (ETGES, 2000, p.41).

Para os agricultores, no entanto é como se estivesse diminuindo o uso dos venenos, como na afirmação de José de que agora entende não ter mais veneno no fumo, de que apenas se põe um pouquinho na muda de fumo e não precisa mais nada, desconhecendo por completo que tal é o concentramento das misturas dos venenos colocada nas raízes do fumo que acaba por interferir em toda a existência deste.

Antigamente era polêmica sobre o veneno do fumo, só que antigamente era complicado, hoje em dia não. Agora a gente prepara os canteiros nas piscinas usa os remédios pra não “pestiá”. Põe um pouquinho de veneno na piscina, depois que vai replantar ele tem um produto que a gente passa por cima das mudas de fumo, um veneno de faixa verde a mais fraca que tem, a gente planta na roça e ele abastece a raiz e não põe nem um pó de veneno mais. Hoje não tem mais problema pra plantar o fumo nem pega mais no veneno. (José).

Assusta a forma como o senhor José chama o agrotóxico de “remédio”, saliento que esta tem sido a nova terminologia utilizada pelos instrutores para falar sobre o agrotóxico. A

³⁷ No sistema *floating*, o produtor preenche bandejas de poliestireno expandido (conhecido como isopor, designadas pela sigla EPS e que possuem vida útil de cinco anos, com um substrato específico comercializado pelas empresas e as dispõem em piscinas de lona onde diluem os venenos, fungicidas e fertilizantes em água, formando um concentrado de químicas buscando reduzir a quantidade de agrotóxicos requeridos na produção de mudas mais fortes, permitir o transplante para a lavoura independentemente de chuvas e reduzir a mão-de-obra. (FURLANI et al, 1999)

faixa verde que seu José se refere é considerada como de baixa toxicidade, no entanto os efeitos do uso de agrotóxicos foi evidenciado no Relatório do Plano de Reconversão do Tabaco³⁸, segundo este estudo realizado nos municípios paranaenses produtores de fumo, a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, tem cadastrado e autorizado para a comercialização e utilização na cultura do fumo um total de 58 agrotóxicos, conforme descrito no quadro 02 e todos estes são utilizados no plantio do fumo e seu uso, quantidade e inclusive marca são indicados pelos instrutores de fumo:

Quadro 02: agrotóxicos utilizados no plantio do fumo

INFORMAÇÃO	QUANTIDADE
CADASTRO NA SEAB	58 PRODUTOS COMERCIAIS
INGREDIENTES ATIVOS	20 GRUPOS QUÍMICOS + 2 BIOLÓGICOS
TOXICOLOGIA	26% EXTREMAMENTE TÓXICO 14% ALTAMENTE TÓXICO 36% MEDIANAMENTE 24% POUCO TÓXICO
FINALIDADE/USO	01 FEROMÔNIO 02 REGULADORES DE CRESCIMENTO 05 HERBICIDAS 06 FUNGICIDAS 44 INSETICIDAS/ACARICIDAS/LESMICIDAS

Fonte: SEAB, 2015

Quanto aos males que os agrotóxicos produzem, estão os mais diversos, sendo que o Plano de Reconversão do Tabaco indicou diversas situações em Rio Azul, sendo que o objetivo deste documento foi identificar os principais riscos à saúde dos fumicultores em face da sua exposição aos agrotóxicos e a nicotina proveniente da folha verde do fumo e também avaliar as condições sócio-ambientais das propriedades.

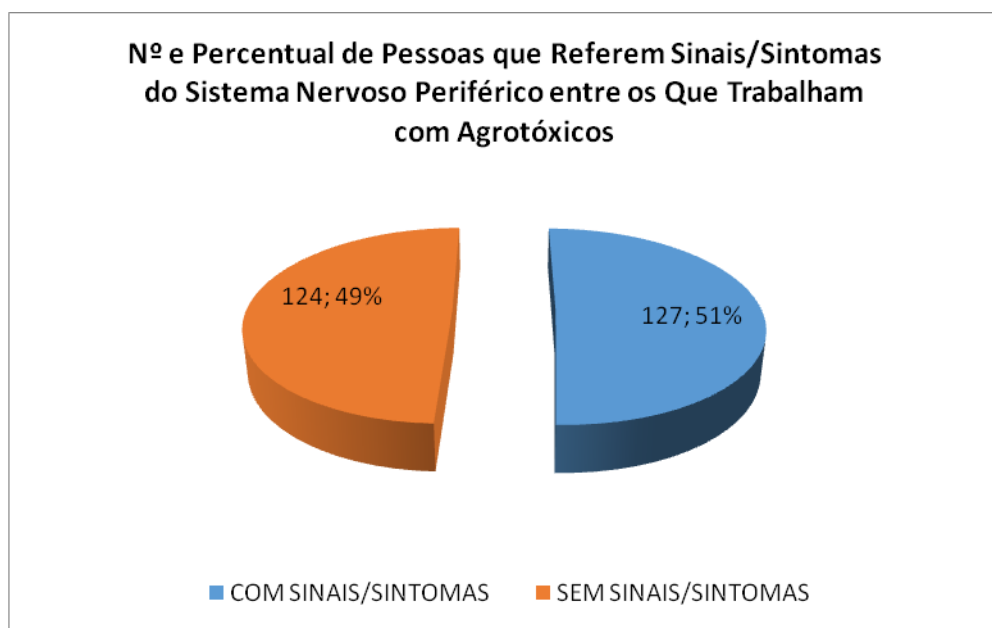
A metodologia utilizada foi o acompanhamento em 15 famílias de cada um dos 10 municípios considerados prioritários: Ipiranga, Ivaí, São João do Triunfo, Guamiranga,

³⁸ Estudo realizado em Parceria com a Universidade Federal do Paraná que buscou evidenciar a situação de saúde dos fumicultores da região produtiva de fumo.

Imbituva, Irati, Mallet, Rio Azul, Prudentópolis e São Mateus do Sul. Foram validados questionários e no período de 02/10 a 30/10/2013 as 150 famílias selecionadas foram regularmente visitadas pela equipe de saúde e os resultados sobre a saúde dos fumicultores é alarmante, principalmente no que se refere aos problemas neurológicos.

O índice destes problemas segue no gráfico:

Gráfico 01: percentual de pessoas com sinais/sintomas no Sistema Nervoso Periférico relacionados ao uso de agrotóxicos



Fonte: SEAB, 2015

A forma como estes problemas neurológicos se apresentam também é apontada no estudo e o que mais assusta é que muitos dos sintomas incluem, depressão, tristeza, pesadelos, ansiedade, déficit de memória, instabilidade emocional, irritabilidade e ideias suicidas. Suicídio, aliás com grande ocorrência no município, sendo muitos casos por enforcamento e que não aparecem contabilizados nos dados oficiais.

O caso mais grave que se tem notícia de intoxicação por agrotóxicos ocorre com a Lucinda que hoje é paraplégica pois sofre de intoxicação crônica por agrotóxicos. Nascida e criada na roça, Lucinda viu a morte prematura do pai transformá-la em uma das chefes da família. Aos nove anos, passou a ajudar a mãe diretamente no plantio de fumo em suas palavras sente-se a dor de ver sua vida afetada pela produção do fumo, de perder sua identidade, de não mais entender quem se é: “Teve época que não conseguia sair da cama.

Tem dia que fica pior, que não consigo fazer nada, me paralisa as pernas, me paralisa os braços. Fiquei quase dois anos sem dormir direito. Com dor nos braços, nas pernas. Era um fantasma dentro de casa.” (Lucinda)

As necessidades de incluir os filhos no trabalho com o fumo, assim como aconteceu com Lucinda se estabelece pela forma como o trabalho infantil ocorre e como foi historicamente construído na região e em todo o território brasileiro, para melhor compreender tal situação, no próximo capítulo fazemos a discussão sobre o trabalho infantil, suas causas e consequências e trazemos esta temática mais especificadamente para o cultivo do fumo.

CAPÍTULO II

TRABALHO INFANTIL E O ENTENDIMENTO DA SOCIEDADE

A exploração do trabalho infantil é infelizmente uma ocorrência diária em todo o Brasil, onde milhares de crianças em todo o país são obrigadas a deixar sua infância para colaborar financeiramente com sua família, buscando sua própria sobrevivência.

Analisando os dados mais recentes sobre o número de crianças e adolescentes no país que estão em situação de trabalho infantil, observamos que há certa diminuição. Em 2002, havia 5.546.738 crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e em 2014 este número está em 3.331.378 crianças e adolescentes. No Estado do Paraná as expectativas acompanham o número percebido no Brasil, inclusive na redução do mesmo, sendo em 2002 eram 354.238 crianças e adolescentes e em 2014 este número é de 190.570 crianças e adolescentes em situação de exposição ao trabalho infantil (ABRINQ, 2015).

As formas de trabalho diferem, dependendo da região, mas todas são exploratórias e acabam por diminuir as oportunidades de crianças e adolescentes em todos os setores de sua vida. No Paraná temos um grande número de crianças e adolescentes ligados às atividades agrícolas, em 2005 este número era 158.210 no Estado do Paraná e no ano de 2014 temos 42.126 crianças e adolescentes no trabalho infantil agrícola, nas lavouras e plantio diversos. (ABRINQ, 2015).

No município de Rio Azul, que é o foco desta dissertação, não há nenhum dado de trabalho infantil registrado nos canais oficiais atuais, como se o trabalho das crianças e adolescente fosse invisibilizado pela sociedade³⁹.

Levantar questionamentos sobre o trabalho infantil não ocorre distante de controvérsias e discussões, pois muitos são os que defendem esta prática, principalmente quando ligada ao trabalho familiar. Quando se trata da agricultura o tema se torna ainda mais controverso, pois se associa à ideia de que realizar o trabalho no campo manterá lá os agricultores que de outra forma partirão para as cidades.

Quando se trata da fomicultura pois envolve municípios de pequeno porte, onde esta é a principal base econômica, ainda, a fomicultura tem um aspecto específico: desenvolve-se em pequenas propriedades, em qualquer tipo de relevo e permite que mesmo nestes locais restritos sua rentabilidade seja alta e possibilite a sobrevivência dos agricultores.

³⁹ O Sistema para Infância e Adolescência – SIPIA, é um site específico onde o sistema precisa receber informações dos órgãos responsáveis (conselhos tutelares) sobre violação de direitos de crianças e adolescentes. O município de Rio azul não mantém esse sistema atualizado.

De acordo com os dados da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Rio Azul (2015), Rio Azul tem na atualidade 2.775 estufas e 2.660 famílias envolvidas no processo de cultivo do fumo, destas famílias, 90% têm filhos menores de 18 anos, que conseqüentemente “ajudam seus pais nos serviços do campo. Mas como observar estas relações de trabalho infantil e diferenciar a forma como se torna penosa para as crianças e adolescentes ou quando ela é educativa?

De um lado observamos o trabalho infantil caracterizado pela exploração imediata de mão de obra no sentido mais terrível da palavra e de outro as práticas estabelecidas do trabalhador camponês que ensina e busca a formação plena de seus filhos, principalmente por Rio Azul, como observou-se em seu histórico, ser um município que outrora foi em sua totalidade uma área de faxinal. Obviamente existe grande rejeição à participação de crianças e adolescentes em qualquer forma de trabalho infantil, mas não pode-se deixar de considerar as questões culturais que o envolvem na fumicultura no município de Rio Azul, visto sua extensão territorial ter sido oriunda de um grande faxinal, com população oriunda de povos tradicionais e tais questões precisam ser abordadas⁴⁰.

Assim, é imperativo buscar compreender quando o trabalho infantil pode ser considerado como educativo e quando torna-se exploratório, inclusive historicamente se constituindo, para tal partimos de estudos que tragam a discussão para a necessidade de reprodução cultural, ou seja do repasse do conhecimento camponês para seus filhos e que receberam de seus pais e passarão a seus netos, como forma da *habitus*⁴¹. Aponta-se assim, a própria importância do trabalho na formação plena dos sujeitos e também as dinâmicas sociais que se reproduzem e assinalam para a função integradora do trabalho infantil como forma de socialização e dependência ao grupo. Para, Maria da Graça Jacintho Setton existem segmentos na sociedade, como os povos tradicionais dos faxinais, neste caso, que perpassam a ideia entre o moderno e o tradicional e acabam por traduzir sua essência em forma de *habitus* e seria dessa forma que as comunidades transmitem seus mecanismos de socialização, constituição e reprodução do seu modo de vida (SETTON, 2009). Talvez por estes fatos, seja

⁴⁰ Em 2011, Luis Fernando Cardoso e Jaime Luiz Cunha de Souza realizaram um estudo sobre o comportamento cultural de crianças e adolescentes em uma comunidade tradicional de pescadores onde enfatizaram a importância do repasse educativo do saber tradicional da pesca aos mais jovens e sua reprodução enquanto prática social.

⁴¹ Para Pierre Bourdieu, o *habitus* é definido pelo conjunto de esquemas gerativos, através dos quais os sujeitos contêm o mundo e atuam sobre ele. Tais esquemas estão socialmente estruturados: formados ao longo da história de cada sujeito e supõem a interiorização da estrutura social do campo concreto de relações sociais, no qual o agente se configurou enquanto tal. Juntamente são estruturantes, pois a partir das estruturas que se produzem os pensamentos, as percepções e as ações do agente, assim é a partir do *habitus* que os sujeitos produzem suas práticas. (BOURDIEU, 2000)

tão difícil no município de Rio Azul a aceitação do trabalho infantil como ilegal. Pensamos assim, que para se compreender o trabalho infantil é preciso contextualizar como ele foi construído historicamente no Brasil e como foi tratado pela sociedade e pela legislação.

Para André Viana Custódio no início do povoamento do Brasil, as crianças vieram nas embarcações e ocuparam inicialmente os navios como grumetes⁴² ou pajens da nobreza⁴³, além dos nobres, obviamente que tinham tratamento elitista. Aos grumetes eram negados qualquer direito, sendo tratados apenas com a alimentação e abrigo em troca dos trabalhos que realizavam. Também se tem conhecimento que estas crianças recebiam castigos corporais e em muitos momentos sofriam violência sexual (CUSTÓDIO, 2007). Vale ressaltar que de acordo com Philippe Ariès, nesta época a sociedade tinha a concepção de que a criança era um “adulto em miniatura” e precisava desempenhar os mesmos papéis que estes na sociedade, inclusive nas relações de trabalho, sendo comum que os próprios pais entregassem seus filhos como mão de obra para minimizar a pobreza das famílias e garantir a sobrevivência dos mesmos (ÀRIES, 1978).

André Viana Custódio destaca também que a legitimação do trabalho infantil pela Igreja no início da colonização brasileira evidenciou fortemente o caráter moralizador do trabalho, sendo que este foi trazido pelos padres jesuítas e posteriormente reafirmado pela criação da Santa Casa de Misericórdia que atendia as crianças deixadas na “Roda dos Expostos”⁴⁴, sendo que estas crianças eram responsáveis por diversos serviços remunerados às santas casa de Misericórdia e estas lhes ofereciam casa e comida (CUSTÓDIO, 2007).

Mary del Priore enfatiza que no século XIX a criança brasileira ainda se expõe através da escravidão, mas ressalta que de certo modo, escravos e livres viviam em espaços comuns até os sete anos, depois isso se alterava: “enquanto pequeninos, filhos de senhores e escravos compartilhavam os mesmos espaços privados: a sala e as camarinhas. A partir dos sete anos, os primeiros iam estudar e os segundos trabalhar” (PRIORE, 1999, p. 101). Coloca ainda que com o fim da escravidão, a situação das crianças não sofreu alteração, apenas colocou uma forma de legitimar o processo de inclusão das crianças e adolescentes no trabalho infantil de forma reconhecida pela sociedade. No entanto, com a ocorrência da

⁴² Os grumetes eram crianças que realizavam as tarefas mais perigosas e penosas, sendo submetidos a diversos castigos nos navios.

⁴³ Os pajens da nobreza ficavam encarregadas de realizar os serviços menos árduos que os prestados pelos grumetes, tais como arrumar os camarotes, servir as mesas e organizar as camas.

⁴⁴ A roda dos expostos ou roda dos enjeitados tratava de um mecanismo utilizado para abandonar (expor ou enjeitar na linguagem da época) os recém-nascidos que eram deixados ao cuidado das instituições de caridade. Tinha a forma de um tambor ou uma porta giratória imbutida na parede de forma que quem deixava a criança e quem a recebia não podiam ser visualizados (FERREIRA, 2009).

pequena propriedade, estas relações foram se transformando e surgiu o trabalho familiar tradicional das crianças nas “novas⁴⁵” terras.

Esmeralda Moura descreve que ainda no século XIX, iniciam-se as atividades industriais no Brasil e com elas a necessidade de trabalhadores, sem haver importância com a idade destes, o que trouxe uma infinidade de enfermidades a estes e muitos tiveram morte prematura devido ao trabalho e à falta de cuidados (MOURA, 1999). Vale ressaltar que nesta época, o discurso que predominava era aquele de que o trabalho dignificava o homem. Assim, todas as explicações eram utilizadas para garantir que as crianças pudessem trabalhar. Ainda haviam os valores positivistas adotados naquele momento, e o discurso de que o trabalho era capaz de curar as pessoas que não apresentavam normalidade ou que eram degenerados, indicando que o trabalho seria o remédio para estas situações, para piorar, a legislação que regulamentava o trabalho infantil era a mesma dos adultos:

Neste momento, a criança, então, passa a ser regulamentada através do Código Penal da República de 1890, onde este previa o crime da vadiagem como modo de inserir a pequena parcela das crianças que ainda não estavam trabalhando, no interior das fábricas, contribuindo para o desemprego dos adultos (MOURA, 1999, p. 96).

Delimitando legalmente, se observa que era também comum associar a ideia de pobreza e degradação, havia o sentimento de que as crianças deveriam ser corrigidas, curadas dos vícios que rodeavam os pobres aos olhos da sociedade. Este período está regulamentado pelo Código de Menores da República, escrito por José Cândido de Mello Mattos em 1927. Edson Passeti argumenta que a Constituição da República de 1934, trouxe uma novidade ao campo do trabalho infantil, mesmo assim o código de menores ainda vigorou:

Em 1934, o Brasil adota uma nova Constituição, na qual prescrevia a proteção contra a exploração do trabalho infanto-juvenil no Brasil, trazendo a proibição do trabalho aos menores de quatorze anos, de trabalho noturno a menores de dezesseis e em indústrias insalubres a menores de dezoito (PASSETI, 1999, p.354)

Este código passou a não mais punir os menores, mas voltou-se ao reeducar, tirando as crianças do tratamento recebido pelo Código Penal. Ainda vale ressaltar que a cura de todos males estava associada à educação para o trabalho como destaca Josiane Veronese:

⁴⁵ Forma de denominar as terras que foram destinadas aos imigrantes.

Sob a vigência do Código de Menores de 1927, é criado o Serviço de Atendimento ao Menor (SAM), que visava amparar os menores desvalidos através do atendimento psicossocial mediante internação, pois desse modo, haveria a recuperação dos jovens já que estes estariam longe das más influências da sociedade (VERONESE, 1999, p. 32).

Ainda segundo Edson Pasetti, o Serviço de Atendimento ao Menor (SAM) entendia que as crianças eram sujeitos influenciáveis com incapacidade de tomar decisões o que deveria ser feito por adultos. Este serviço fracassa dando lugar para, em 1941, a criação da Política Nacional do Bem Estar do Menor que trouxe o campo de periculosidade do trabalho infantil como preocupação para a Medicina (PASSETI, 1999).

Com a Constituição de 1946, houve uma flexibilização em relação à idade mínima para o trabalho, atribuindo aos juízes o poder de autorizar sua realização abaixo dos limites de idade mínima, e ampliando para os dezesseis anos o trabalho noturno. Era o Judiciário que detinha o poder de quem poderia ou não trabalhar sendo menor, como coloca a professora Ana quando fala de seu irmão já falecido que trabalhava por ordem do juiz.

Eu lembro que criança antigamente trabalhava, porque eu tinha um irmão que vivia dando problemas na escola e brigava muito, então meu pai foi pedir ordem pro juiz e ele pode trabalhar, mas não era um serviço igual esse que eu vi as crianças aqui, ele era engraxate. Ana

Eram assim as crianças atendidas, até que em 1960, ocorre uma alteração na forma como o atendimento aos adolescentes e crianças. Surge a FUNABEM (Fundação Nacional do Bem Estar do Menor) e em sequência a FEBEM (Fundação Educacional do Bem Estar do Menor) em muitos estados brasileiros. A Emenda constitucional nº1 de 1969, que trouxe alterações à Constituição de 1967, que modificou a idade mínima para o trabalho infantil para apenas 12 anos de idade. Em 1979 foi criado o segundo Código de Menores, que assim como o anterior apenas legitimava a exploração de crianças e adolescentes. (PASSETTI, 1999).

Foi a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 5 de outubro de 1988, que indicou novas abordagens aos direitos de crianças e adolescentes, trazendo entre seus princípios a democracia participativa e a formulação de políticas públicas para a garantia destes enquanto direitos humanos. A Constituição Federal trouxe em seu artigo 6º os direitos sociais, tais como o direito à educação, à saúde, ao trabalho, à segurança, à previdência social, à proteção a maternidade e à infância, bem como à assistência aos que

estejam em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, o artigo 227 dispõe:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 2008, s/d).

A criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, através da Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990, trouxe um conjunto de normas disciplinadoras dos direitos fundamentais de meninos e meninas, destinando-se a implantação do sistema de garantias. Este conceito decorre da Promulgação da Constituição Federativa do Brasil e de legislações posteriores que foram voltando-se ao tema, mas desde seu estabelecimento nesta Constituição, o trabalho infantil passou a ser considerado como ilegal, vergonhoso e insustentável.

Buscando descrever este conceito, observamos o que está contido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu Artigo 60: “é proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos” (PARANÁ, 2010, p. 48). Assim, neste estudo, o termo “trabalho infantil” se refere às atividades de sobrevivência com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 anos, independentemente de sua condição ocupacional. Esta conceituação aparece ainda de forma intrínseca no Artigo 04 do ECA, que declara:

ART. 4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (PARANÁ, 2010, p.13).

Essa colocação tem caráter de enfatizar a proibição, reafirmando o propósito de que o trabalho infantil não ocorra e da mesma forma, o texto constitucional traz indicações sobre os direitos da criança e do adolescente, principalmente ao apontar a questão do trabalho infantil, com a Emenda constitucional nº 20 de 1988, descrevendo em seu Artigo 07, Inciso XXXIII, a: “proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”.

Ressalta-se que este termo aparece específico nesta Constituição, pois os referenciais constitucionais anteriores voltavam-se para os modelos sociais da época, já citados, mas que reafirmam-se, como se observa:

As primeiras Constituições – a do Império, em 1824, e a da República, em 1891 – não trouxeram qualquer referência ao assunto. (...) Embora, naquele ano de 1891, o Decreto nº 1.313 – que restou sem cumprimento – tenha feito referência ao trabalho infantil, apenas em 1927 seria aprovado o Código do Menor. Em 1934, a nova Constituição estabeleceu a proibição do trabalho infantil para os que contassem idade inferior a 14 anos, salvo permissão judicial. Em 1943, com o advento da Consolidação das Leis do Trabalho, houve a previsão de que a criança de 14 a 18 anos que trabalhasse deveria ganhar um “salário de menor” – metade do salário mínimo. Na Constituição de 1967, a idade mínima foi reduzida a 12 anos, (...) Permaneceu a proibição do trabalho insalubre ou noturno aos menores de 18 anos (VILANI, 2007, p.84).

Segundo as Orientações técnicas sobre o serviço de fortalecimento de vínculos para crianças de 6 a 15 anos os limites de idade mínima que se estabelecem na legislação atual, fundamentado em alguns preceitos:

- a) a garantia do desenvolvimento pleno de crianças e adolescentes que não podem ser prejudicados pelas consequências provocadas pelo trabalho infantil;
- b) a garantia de conclusão de escolaridade obrigatória no nível básico com tempo livre para estudar, brincar, acessar as variadas formas de lazer, arte, cultura e esporte, bem como a proteção contra as vulnerabilidades sociais (BRASIL, 2010, p. 21).

Coloca-se que estes limites se adaptam em geral com o contexto econômico e histórico do país e as situações culturais que decorrem das relações sociais e acabam ainda por ser referendados pelas causas do trabalho infantil.

Vale contemplar que a situação do trabalho infantil não é uma peculiaridade do município de Rio Azul, não vem sendo observada apenas em Rio Azul, ou apenas no Estado do Paraná, é, na verdade um problema mundial, que ocorre nas mais distintas formas e aspecto, subjulgando crianças e adolescentes a esta forma de exploração, assim, passamos a destacar formas de trabalho infantil que ocorrem com outras atividades, além da fumicultura e em outras áreas do país.

Segundo Bernardete Wrublesvski Aued, em São João Batista, Estado de Santa Catarina o trabalho infantil não se restringe apenas a agricultura, mas sobretudo ocorre nas fábricas e indústrias de calçados, onde a autora relaciona a exploração do trabalho infantil com a pobreza das famílias, com renda extremamente baixa. A indústria calçadista de São

João Batista apresenta uma estrutura organizacional ditada pelos moldes de tradição japonesa, onde muitos processos são baseados em trabalhos artesanais e, nesses trabalhos a mão de obra infantil é amplamente utilizada, principalmente nos ateliês onde as crianças e adolescentes realizam os trabalhos antes de chegarem nas grandes indústrias ou nas fábricas. Os ateliês são espaços domiciliares, onde a mão de obra infantil é mascarada sobre a égide “ajudar os pais” que foram se formando antes do município se tornar um grande centro de produção atacadista, nos fundos dos quintais das casas (AUED, 2009).

Nas fábricas, o trabalho infantil é proibido, mas nos ateliês ele ocorre regularmente, onde a produção está assentada num trabalho complexo e simples: “Complexo, pois durante a concepção o calçado necessita de programas e máquinas digitais, porém outra parte necessita ser executada de maneira simples e manual, como a costura a mão” (AUED, 2009, p.70).

Nessa execução simples é que adentra o trabalho infantil, como se as crianças e adolescentes fossem invisíveis, pois não há como ser fiscalizado, por ocorrer em âmbito fechado, numa residência e o resultado deste processo está na fragilidade das relações laborais entre crianças e suas famílias, pois as mesmas não recebem nenhum direito trabalhista e não se tem notícias sobre possíveis remunerações. (AUED, 2009).

Para José Kauling Sobrinho em Santa Catarina também é evidente o trabalho infantil na produção de cebola, onde na cidade de Bom Retiro, crianças e adolescentes tem uma rotina voltada para a escola, o cultivo da cebola e a família. Em Bom retiro, além de prática constante, o trabalho infantil é naturalizado e aceito pelas famílias e sociedade, onde o plantio requer que a família trabalhe como um todo, sendo o pai que vai preparando a terra, seguido da mãe, dos filhos mais velhos jogando as sementes e dos filhos mais novos que carregam as sementes que serão lançadas. Toda a produção de cebola utiliza grande quantidade de agrotóxicos para controle de pragas e doenças e durante a colheita e armazenamento, as crianças e adolescentes são estimulados ao trabalho precoce em nome do trabalho simples e manual (separar/ensacar cebolas devido a sua estatura) (SOBRINHO, 2009). Para os pais esta inserção é natural:

Os pais vêem a inserção de crianças e adolescentes no mundo do trabalho como um processo natural e educativo. Eles não desconhecem a lei, mas contestando-a, atribuem muitas qualidades à inserção precoce de crianças e adolescentes ao trabalho que muitas vezes acabam trabalhando mais que os adultos, sendo que os pais valorizam o trabalho infantil como uma tradição. Desde pequenos os agricultores escutam de seus pais e avós que trabalho faz bem à criança, dizem que para produzir cebola, não há como abrir mão do trabalho infantil e pelo menos ainda não descobriram um jeito de fazê-lo. (SOBRINHO, 2009, p.83)

Nesse modo de vida, as crianças seguem com seus instrumentos de trabalho, suas ferramentas: as enxadinhas de cabo curto, sacolas onde cabem menos mudas e recebendo desde muito novas, diversas atividades para serem realizadas no campo, mas sempre sem reflexão sobre seu trabalho, acomodando sua vida no reproduzir tarefas simples de submissão no cultivo da cebola. (SOBRINHO, 2009).

Uma das piores formas de trabalho infantil e infante juvenil é a prostituição, trata-se de um problema socioeconômico presente em todas as partes do país, tendo suas causas variadas, mas frequentemente ligadas a situação de pobreza e/ou abandono, aliada, infelizmente à impunidade dos adultos pedófilos que procuram (e pagam) por esse tipo de trabalho. A prostituição infantil tem gerado o chamado turismo sexual, onde pedófilos do mundo todo podem visitar cidades turísticas a procura de garotas e garotos com idade entre 9 e 17 anos para praticar sexo, o que movimenta milhões de reais por ano, tendo entre aqueles que estimulam tal prática empresários de redes hoteleiras e mesmo do turismo, concebendo ainda outro crime, a exploração sexual de crianças e adolescentes (FEITOSA, 2011).

Para Eliseu Feitosa, as principais causas da Prostituição Infantil no Brasil são a pobreza e os fatores derivantes dela: famílias mal estruturadas, miséria extrema, falta de acesso à educação, uso de drogas ou ainda consumismo exagerado. Segundo o autor, as consequências são as piores possíveis:

As consequências da prostituição são, em sua grande maioria, mais graves para os menores, que podem apresentar transtornos psíquicos como: baixa auto-estima, fadiga, confusão de identidade, ansiedade generalizada, medo de morrer, uso de drogas; e orgânicos como atraso no desenvolvimento e problemas na garganta. Além da degradação moral, risco de DSTs e contaminação pelo vírus da AIDS, já que, por estarem em uma situação de inferioridade, não podem exigir de seus parceiros o uso de preservativos. (FEITOSA, 2011, p. 3).

Segundo Eliseu Feitosa, essa forma de trabalho infantil, humilhante e degradante, não tem uma solução em curto prazo e talvez uma legislação mais rígida contra os abusadores, a oferta de uma educação de qualidade e acessível a todos, efetivas políticas de combate e prevenção às drogas, programas sociais de transferência de renda direta de auxílio às famílias de baixa renda, conscientização do problema através de campanhas e propagandas possam ser algumas das tentativas, mas infelizmente, não há sinais que esse problema termine. (FEITOSA, 2011).

O tráfico de entorpecentes no submundo do crime organizado, mais especificadamente no tráfico de drogas, tem sido uma das mais violentas expressões do trabalho infantil, pois

acaba por destruir infância como um todo, inclusive encurtando a existência dos envolvidos, pois essa forma de trabalho se encerra muito cedo, e geralmente de forma trágica. As crianças e adolescentes são aliciadas pelos criminosos pela crença de que na menoridade, não responderem inteiramente por seus crimes (BEZERRA, 2012).

Desde muito que se utiliza desse estratagema: o uso de crianças por adultos em atos delituosos, por diversos motivos, dentre outros, a lei é mais flexível com menores do que com adultos infratores, destacando também fatores relacionados às vantagens do custo reduzido das crianças, tanto para o pagamento de fianças, quando presas, como para o pagamento de propinas à polícia. Além disso, menores de 18 anos não podem ser julgados como adultos pela lei brasileira, o que facilita o retorno do menor para a rede social do tráfico. (BEZERRA, 2012, p.11).

Para Wandelson Bezerra, o crime organizado, não teme a lei e ainda se prevalece dela para realizar seus planos, agindo de forma a utilizar mão de obra infantil para a realização de crimes, ainda uma mão de obra farta, pois a participação destas crianças e adolescentes é motivada pelo fator socioeconômico, oriundo de um quadro de miséria, onde as crianças complementam, quando não são os provedores da renda familiar. Nesse processo, as crianças ingressam e permanecem nas atividades de narcotráfico em busca além da renda, como forma de adquirir status no crime ou vivenciar fortes emoções, mantendo seu círculo social mantido no âmbito das atividades do narcotráfico e uma forte ligação com o grupo. Outro fator determinante para a permanência de crianças e adolescentes nesse tipo de atividade é que quando se adentram no narcotráfico, se tornam conhecidos dos grupos rivais e da polícia, sendo impossível sair dessa situação, expondo sua vida pessoal e de seus familiares (BEZERRA, 2012).

Os maiores receios das crianças são a prisão, a morte e a traição pelos amigos, o que pode deixá-las em uma situação difícil no grupo. O principal desejo da maioria das crianças é comprar uma casa fora da comunidade. Ao deixarem a área, suas famílias ficariam expostas a menos riscos. De acordo com as crianças, a forma mais provável de deixar o narcotráfico seria por meio do acúmulo de uma grande quantidade de dinheiro, o que permitiria que se mudassem para um outro estado e comesçassem algum tipo de negócio. (BEZERRA, 2012, p.13).

Diante deste quadro, a triste realidade do trabalho infantil no narcotráfico, mantém-se como forte indicadora da realidade social de muitas crianças e adolescentes, sendo que esta realidade precisa ser reconstruída para que haja esperança de qualidade de vida a muitos que

tiveram sua infância roubada, para isso, surgem algumas situações que poderiam ser utilizadas como tentativas de minimizar esta prática, como destaca Wandelson Bezerra:

- Geração de emprego e renda para as famílias das crianças dos setores populares, com atenção especial para as famílias sob risco social;
- Investimento em educação e criação de instrumentos para proteção social relacionados com a educação (como programas de bolsa-escola), com a segurança social, bem como outras políticas similares;
- Realização de ação integrada em espaços populares, provisão de produtos educacionais, culturais, de lazer e urbanização;
- Criação de medidas na área jurídica. Em particular as drogas devem ser discriminadas, com ênfase na prevenção frente ao mundo das drogas no lugar da repressão;
- Criação de uma polícia comunitária e ampliação dos instrumentos de proteção às testemunhas. (BEZERRA, 2012, p.15)

A busca por soluções, entretanto encontra-se cada vez mais distante de findar e o tráfico de drogas continua aliciando menores, de origem humilde e tirando-lhes qualquer tentativa de uma vida longe da criminalidade e da exploração.

Segundo Adriana Gomes Medeiros de Macedo o trabalho infantil por trás das atividades artísticas é uma das mais expressivas violações dos direitos humanos de crianças e adolescentes, principalmente ao que se refere à aplicabilidade da doutrina da proteção integral seguida no ordenamento brasileiro em detrimento da Convenção dos Direitos da Criança. O trabalho infantil artístico configura-se como a atividade exercida em circos, teatros, publicidade de um modo geral, na televisão e cinema, expondo crianças e adolescentes a uma rotina exaustiva de ensaios, decorar de falas, apresentações e gravações, que é muitas vezes observados pela sociedade em geral como benéfico ao desenvolvimento de crianças e adolescentes (MACEDO, 2013).

Para a autora, o trabalho infantil artístico não é comparado pela sociedade da mesma forma que é visto o trabalho infantil em carvoarias, minas, agricultura, fábricas, entre outros, considerados como piores formas de trabalho infantil pela Convenção nº 182 da OIT. Acrescenta-se que esta situação se iniciou a partir de meados do século XX, um século marcado pelo consumismo e capitalismo resultantes do grande processo de industrialização, onde começou-se o questionamento sobre a finalidade da cultura e da arte nas sociedades, se a atividade cultural e artística continuava firmada no indivíduo ou teria se tornado parte do processo de produção, tornando-se no final do século o mesmo que uma mercadoria, tornando-se produto de massificação, coisificação dos bens e das coisas. (MACEDO, 2013), sendo inclusive estimulados pelos pais a ingressarem nessa vida:

Ao final do século XX foi clara a mudança de comportamento, principalmente na classe urbana e dentro da própria família, passando agora, a sociedade não mais a reagir com críticas, mas, inclusive, incentivando e, muitas vezes, obrigando seus filhos a ingressar no mundo artístico. Tal afirmação é perfeitamente comprovada na atualidade. Basta observarmos o comportamento do ser humano diante de uma possibilidade de ficar famoso, e na seara infantil isso não é diferente. Inúmeras são as agências de modelo, em busca de belos rostos e corpos perfeitos. Empresários em busca dos “Neymar” da vida. E, na televisão, temos um exemplo bem recente dessa corrida em busca da fama, entre tantos outros - Ídolos Kids na Rede Record. (MACEDO, 2013, p.06)

Para Sandra Regina Cavalcante estas opções surgem para os pais em decorrência do deslumbramento das opções de fama e dinheiro e rápido, levando os pais a verem em seu filhos a possibilidade de ascensão social:

Vejamos: tais opções não são feitas por acaso: não é a vida do cientista ou do artista plástico que é repetidamente exposta em revistas populares e na própria mídia televisiva, mas sim a vida “deslumbrante” e bem remunerada da atriz, modelo, cantor ou jogador, que é tomada como único ideal de futuro bem – sucedido para crianças e adolescentes, bem como por seus pais. (CAVALCANTE, 2011, p. 47).

Adriana Gomes Medeiros de Macedo ainda salienta no mundo contemporâneo pós globalizado há uma cultura de valorização da mídia, de modo que a exposição nos diversos meios de comunicação é visualizada como extremamente positiva, valorizando as pessoas que conseguem fama e sucesso, assim, naturalmente a grande maioria da população entende que o emprego de crianças e adolescentes em atividades artísticas só lhes pode trazer benefícios, podendo propiciar que tanto os menores quanto os seus familiares tenham ascensão social. Por isso, muitas vezes o trabalho infantil no meio artístico sequer é considerado trabalho, “seja pela projeção social que representa, seja pelas possibilidades econômicas que propicia” (MEDEIROS NETO, 2011, p. 65).

Entretanto, a exploração do trabalho infantil artístico, assim como todas as formas de trabalho infantil, representa uma violação dos direitos humanos da criança e adolescente, porque retira i da criança e do jovem parcela irreversível de sua formação pessoal, seu tempo de brincar, aprender como as outras crianças e passa a exigir destes as responsabilidades de adulto, força de adulto, submissão de adulto, maturidade de adulto, para o cultivo dos primeiros trabalhos, sendo, que este acaba por ser um dos mais difíceis exemplos de trabalho infantil, pois a sociedade em geral o estimula (MACEDO, 2011).

Ari Cipola traz um relato assustador, pois com o alto nível de mortalidade infantil na cidade de Teotônio Vilela, município alagoano, onde em cada criança nascida, uma morria antes de completar um ano de vida, pela falta de comida, sendo que em 1994 esse era o maior

índice de mortalidade no país, os enterros estavam tão banalizados, pois as crianças morriam mesmo antes do batismo. Era comum que os pais sequer fossem levar os corpos até o cemitério, sendo os próprios irmãos responsáveis mais velhos de sete a catorze anos os responsáveis por carregar os bebês até a cova, sem dores, lágrimas ou ressentimentos. Neste cenário de miséria, se desenrolou uma das mais repulsivas situações de trabalho infantil pelo agente funerário local, diante da demanda de 150 caixões pequeninos por mês, pois ele atendia as outras cidades próximas e, pelo bom preço que vendia tinha exclusividade do negócio. O bom preço era devido a fabricação e o atendimento, na qual trabalhavam seus dez filhos:

A mais nova, Aldira, de oito anos tinha a função de encapar os caixões com plástico; Aldo além de ajudar no serviço de carpintaria, vestia as crianças mortas e as arrumava nos caixões. Os outros filhos trabalhavam na carpintaria. O pai, certo de estar sendo convincente, justificava a presença dos filhos nessas funções abomináveis dizendo que estava pensando no futuro deles, pois os profissionalizava desde cedo. (CIPOLA, 2001, p.17).

Muitas outras formas de trabalho infantil ainda poderiam ser citadas, como o trabalho nas minas, nas carvoarias, no beneficiamento da mandioca, ou mesmo o trabalho doméstico, entre outros, todos colocando em condições de exploração crianças e adolescentes, entretanto, passamos a questionar nesta dissertação quantos estudos ocorrem no Brasil sobre esta temática, visto a mesma ser rodeada de polêmicas. Sabemos que o trabalho infantil gera controvérsias ao ser estudado, pois tem suas raízes historicamente constituídas nas famílias e sociedade, que o visualizam como positivo ao desenvolvimento de crianças e adolescentes, assim, decidimos visualizar como os estudos sobre trabalho infantil vem ocorrendo no meio acadêmico e realizamos uma revisão de literatura na base de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), uma das mais utilizadas no Brasil. Para esta revisão de literatura, utilizamos o recorte temporal do período de 2006 a 2016, onde foram utilizados os seguintes descritores: trabalho infantil, trabalho infanto juvenil, trabalho infantil e erradicação.

Foram encontrados a princípio em toda a base de dados, apenas vinte e dois artigos sobre trabalho infantil sendo dezesseis escritos no Brasil, três na Colômbia e três em Portugal, destes apenas onze foram escritos no Brasil e estavam no recorte temporal de 2006 a 2016, o que claramente demonstra que exista necessidade de trabalhos acadêmicos que tragam a discussão do trabalho infantil, pois o número de apenas onze artigos escritos no Brasil, nesta base de dados, indica que poucos tem sido os estudos a respeito, assim estes artigos foram lidos, analisados e resumidamente descritos, como destacamos.

O estudo apresentado por Maria de Fatima Pereira et al, analisou as contribuições do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) pela perspectiva dos educandos e familiares, sendo que deste estudo participaram da pesquisa 359 crianças e adolescentes e 153 familiares. Como metodologia seguiu uma entrevista semi-estruturada, cujas questões abordavam o significado do PETI, os motivos de inserção dos educandos, os aspectos positivos e negativos sobre o programa e o que mudou em suas vidas após tornarem-se beneficiários do programa, utilizou a Análise de Conteúdo Temática e o SPSS, como recurso para analisar os dados. Os resultados deste estudo mostram que a contribuição do PETI se dá fundamentalmente na necessidade de retirar crianças e adolescentes de situações de risco, com menor ênfase no combate ao trabalho infantil. As atividades ofertadas pelo programa voltam-se mais no nível assistencial do que em processos educativos, pois tratam-se de brincadeiras e lazer, mostrando que a inexistência de um projeto pedagógico no programa descaracteriza o fazer didático. Ainda, aponta-se a necessidade de capacitação dos educadores que atendem estes programas, pois em geral os educandos são atendidos por estagiários, sem formação como educador social, o que traz abordagens de modo geral a partir do senso comum, deixando a qualidade do atendimento limitada (PEREIRA et al, 2016).

Marinel Mór Dall' Agnol et al associou o trabalho infantil e com transtornos de comportamento, tendo por objetivo especificadamente analisar a introversão e extroversão de alunos que realizam atividades laborais. Para este estudo, realizou entrevistas domiciliares para 1.608 jovens de 10 a 13 anos e 1.530 jovens de 14 a 17 anos da área urbana de Pelotas, Sul do Brasil, tendo concluído que a prevalência do trabalho foi de 7,3% entre os mais jovens e de 20,7% entre os de mais idade, e a de transtornos de comportamento, de introversão, 25%, e de extroversão, 22%, sem diferença por idade. Compreendeu neste estudo que a associação entre extroversão e trabalho ocorre com prevalência maior entre os mais novos e menor entre os mais velhos, assim, associou a extroversão diretamente, nos mais novos, com serviços domésticos e construção civil, e inversamente, nos mais velhos, com serviços não domésticos, também nenhum dos entrevistados apresentaram introversão. Marinel observa que o prejuízo ao comportamento na faixa de 10 a 13 anos indica a necessidade de erradicação do trabalho infantil, com atenção especial ao serviço doméstico e à construção civil entretanto o trabalho de adolescentes mais velhos em serviços não domésticos pode trazer benefícios ao comportamento.(DALL' AGNOL et al, 2015).

Luis Eduardo Cobra Lacorte et al, traz a reflexão sobre o trabalho infantil com a produção de jóias e bijuterias na cidade de Limeira, sendo esta idade um dos pólos comerciais de terceirização do setor, sendo que o trabalho infantil é realizado sob condições nocivas para

as crianças e adolescentes, sendo que foi necessária a intervenção de uma rede de proteção intersetorial para amenizar o problema. O estudo de Lacorte traz a descrição das ações, destacando os limites e potencialidades de seu processo de formação e consolidação, para este estudo de caso, que utilizou a análise documental e a participação direta dos pesquisadores nas atividades no período de 2007 a 2011. Durante este período, analisaram-se aspectos culturais, ideológicos e institucionais que determinavam a situação e as ações que propiciaram mudanças, cabendo destaque à construção do Termo de Ajustamento de Conduta, que assegurou a implantação de ações coordenadas, a realização de diversos eventos de sensibilização, a mobilização da população, a implantação do Programa de Saúde do Trabalhador e a criação de grupos de trabalho que discutem a temática constantemente com a finalidade de articular a rede intersetorial. Concluiu-se que a governança em rede possibilita o estabelecimento de processos de transformação cultural e institucional para o enfrentamento do trabalho infantil. É imperativo que se realizem intervenções na forma de atuação em rede para colocar o empresariado em um processo de mudança. (LACORTE et al, 2013)

Segundo Soraya Franzoni Conde as atuais políticas públicas destinadas à eliminação do trabalho infantil no país – legislação, políticas de transferência de renda e de escolarização – analisando os dados do IBGE demonstram a persistência da exploração do trabalho infantil. A autora destaca a necessidade de reflexão sobre as soluções encontradas para o problema da exploração do trabalho infantil no país, pois apesar das políticas públicas para a erradicação do trabalho infantil serem importantes, o problema persiste, pois as medidas para seu enfrentamento não atingem as suas origens, pois partem dos princípios que a escolarização é a solução para a pobreza (motivo do trabalho infantil), e os estudantes qualificados e escolarizados, podem encontrar emprego e conseguir um melhor rendimento no futuro, assim, a legislação proíbe o trabalho de crianças, a escola torna-se obrigatória e as políticas de transferência de renda tentam resolver o problema ignorando suas origens estruturais, no entanto as causas podem ter origens bem mais profundas e estarem atreladas ao próprio comportamento familiar (FRANZONI, 2013).

Para Rita de Cassia Marchi as representações sociais sobre "escola", "trabalho infantil" e os significados de "criança" e "infância" precisam ser apreendidas, principalmente junto a crianças e adolescentes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e a seus pais e professores. Para autora existem dicotomia entre "razões econômicas" e "culturais" na compreensão do trabalho infantil, pois para as crianças e pais, o trabalho infantil é uma necessidade inerente ao sistema de ajuda e troca intrafamiliar e da educação para a vida adulta, sendo que este não é o entendimento dos educadores do PETI. Com a inserção do

PETI, algumas atividades foram implantadas demonstrando melhor aproveitamento escolar, novas experiências e aprendizados (esportes, cursos), mais tempo para brincar e alteração na percepção da responsabilidade com o sustento familiar por parte das crianças, obviamente a autora destaca que este fenômeno necessita de maiores investigações, pois encobre realidades distintas sob uma aparente homogeneidade socialmente construída (MARCHI, 2014).

Elisiane Sartori e Carlos Henrique Menezes Garcia apresentaram uma experiência de extensão desenvolvida por estudantes e professores de Psicologia nos Núcleos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) da cidade de João Pessoa. Esta extensão tinha por objetivo desnaturalizar o trabalho infantil, contribuindo para a formação da cidadania, desenvolvendo o protagonismo e formando profissionais em Psicologia social. Os autores salientam que o PETI é um programa do Governo Federal que objetiva retirar crianças e adolescentes de 7 a 15 anos e 11 meses de idade do trabalho perigoso, penoso, insalubre ou degradante, e fundamenta-se nos aportes teóricos da história da criança, dos direitos das crianças e adolescentes, do protagonismo juvenil e da educação popular. Para o desenvolvimento de sua pesquisa utilizaram uma metodologia que visou à construção conjunta e considerou as experiências dos diferentes atores, foram utilizadas oficinas de literatura, escrita, música, filmes, fotografia, gibis, desenhos, Estatuto da Criança e do Adolescente, conversas em círculos, jogos e brincadeiras. Como resultado deste estudo, os autores destacaram surpresa ao observar aspectos que sequer estavam previstos nos objetivos do trabalho, como perceber que as crianças e os adolescentes do PETI não se vêem como sujeitos de direitos, naturalizam a violência e não acreditam em mudanças, mas apresentam ímpetos de resistência, de participação e de ações coletivas (SARTORI e GARCIA, 2012).

Laura Souza Fonseca, problematiza a relação trabalho e educação e as possibilidades do ser social criança e adolescente, ainda investiga uma política de erradicação do trabalho infanto-juvenil e uma rede de proteção inseridas na finalidade da proteção integral. Destaca a relação trabalho e formação do infanto-juvenil e dos trabalhadores de políticas sociais que integram as condicionalidades para a bolsa do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Para a autora, o trabalho infanto-juvenil ainda é observado como produto e motor da acumulação que permanece funcional ao capital, sendo que as sucessivas reestruturações produtivas associadas aos modos de gestão do Estado enfraquecem os movimentos na legislação trabalhista em nível internacional e, no caso brasileiro, os avanços representados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sendo esta a responsável pela manutenção do que a autora desta como “chaga social”.

Joel Orlando Bevilaqua Marin identificou e analisou as razões que levaram alguns setores do agronegócio a engajarem-se pela erradicação do trabalho infantil no Brasil, um trabalho que foi iniciado por organismos internacionais de defesa dos direitos da infância e da adolescência. Joel Orlando destaca que globalização da economia e a internacionalização dos direitos das crianças trouxeram a discussão sobre o trabalho infantil de modo mais aberto e acabou por exigir certa mobilização dos setores empresariais vinculados às cadeias produtivas do agronegócio no Brasil. Neste estudo, evidencia-se a interferência de problemas sociais e trabalhistas no âmbito das atividades econômicas de setores do agronegócio, diante da globalização, apresentou os principais investimentos da Organização das Nações Unidas (UNICEF) e da Organização Internacional do Trabalho para internalizar os direitos da infância e as políticas de combate ao trabalho infantil, analisou as estratégias adotadas por empresas vinculadas ao agronegócio para evitar a exploração da mão-de-obra infantil em suas cadeias produtivas e buscou compreender as motivações que levaram os empresários do agronegócio a ingressarem na luta contra o trabalho infantil, entendendo que estas aderiram aos propósitos de combate ao trabalho infantil em virtude da internacionalização dos direitos das crianças e adolescentes, da inclusão de cláusulas sociais nos mercados internacionais, da intensificação da fiscalização do poder público, do crescimento de ações de responsabilidade social empresarial e do aumento da consciência dos consumidores (MARIN, 2010).

Muitos discursos se realizam sobre o trabalho infantil em vários âmbitos, alguns abordando o tema a partir referências morais negativas apoiadas na ideia de que a realização destas atividades laborais por parte das crianças e adolescentes tem um efeito negativo sobre sua qualidade de vida. Maria Eugenia Rauski analisa um dos discursos sobre o trabalho infantil, particularmente aquele que tem sido construído pelos organismos não governamentais, revisando os desenvolvimentos conceituais como as propostas de políticas públicas e as posturas assumidas com relação ao trabalho dos menores. Deste modo, destaca quais considerações são elaboradas com respeito às atividades laborais dos meninos e das meninas, que concepções se apresentam de infância, as linhas de ação diante deste problema e de que forma os discursos são carregados de conflitos ideológicos sobre o que se considera apropriado para as crianças? Para realizar esta análise, a autora pesquisou distintos órgãos que atuam contra o trabalho infantil, como a Organização Internacional do Trabalho e o Fundo das Nações Unidas para a Infância, em contraposto ao Instituto de Treinamento para Educadores de Jovens, Adolescentes e Crianças Trabalhadoras da América Latina e o Caribe (IFEJANT), uma instituição que apoia e promove o trabalho infantil, para buscar compreender como se dão as contradições na compreensão da temática (RAUSKY, 2009).

Inaiá Maria Moreira de Carvalho analisa o panorama atual do trabalho infantil na sociedade brasileira, abordando a sua origem, trajetória recente, efeitos sobre as crianças e adolescentes e políticas que vêm sendo desenvolvidas para combatê-lo. Tem por base tabulações especiais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2006, onde destaca a dimensão do fenômeno e como a atividade precoce se diferencia conforme a idade, o sexo, a residência rural e urbana e as grandes regiões, assinalando suas condições de atividade e seus impactos sobre a educação e a saúde dos pequenos trabalhadores. Considerando tanto os determinantes econômicos como os valores e representações simbólicas que estão na base da sua reprodução, o texto conclui destacando como, nas condições do desenvolvimento brasileiro, esse é um fenômeno de difícil erradicação (CARVALHO, 2008).

O estudo de Elisiane Sartori propõe uma reflexão sobre o processo de conscientização e mobilização em torno do trabalho infantil, das lutas sociais no combate à sua eliminação e o processo de implementação de um dos programas mais atuantes na área – o IPEC (Programa Internacional de Eliminação do Trabalho Infantil). Descrevendo um breve retrospecto histórico sobre a entrada do tema trabalho da criança na agenda nacional e internacional, a autora destaca a atuação dos atores sociais que fizeram parte da discussão e da criação de projetos e de programas de erradicação do trabalho infantil, discutindo a consolidação dos movimentos sociais em defesa das crianças e dos adolescentes. Ainda salienta a questão de gênero, como é observada nas falas das crianças e adolescentes, bem como de suas famílias, nas representações do trabalho infantil (SARTORI, 2006).

CAPÍTULO III

“MINHA ESCOLA FOI O CABO DA ENXADA E MEU PROFESSOR FOI O INSTRUTOR DE FUMO!”

De acordo com as Orientações técnicas sobre o serviço de fortalecimento de vínculos para crianças de 6 a 15 anos existem três causas principais que fortalecem o surgimento do trabalho infantil. Estas causas são: “a necessidade econômica de manutenção da família; a reprodução dos “mitos”⁴⁶ sobre trabalho infantil e a falta de universalização das políticas públicas de atendimento aos direitos de crianças, adolescentes e suas famílias” (BRASIL, 2010, p. 24).

Cleide Ferreira da Silva e Mario de Souza Martins consideram que a necessidade econômica da manutenção da família decorre da pobreza inerente às famílias brasileiras, o desconhecimento sobre o trabalho infantil prejudicial e a tentativa de economizar usando uma mão-de-obra barata, docilizada e disciplinada. Quanto à reprodução dos mitos, esta é a base que acaba por se manifestar de forma a justificar a existência e a manutenção do trabalho infantil. Como exemplos desses mitos temos: “O trabalho da criança/adolescente ajuda a família!”; “É melhor trabalhar do que ficar nas ruas!”; “É melhor trabalhar do que roubar!” e “Quem começa a trabalhar cedo garante o futuro!”. Sobre a falta de universalização de políticas os autores apresentam o papel do Estado que determina a proibição mas não oferece subsídios para que as famílias possam retirar as crianças e adolescentes do trabalho, ou seja, que as políticas públicas ofertadas são pouco atraentes para as famílias ou mesmo às crianças e adolescentes (SILVA e MARTINS, 2012).

Observando estes mitos e vinculando os mesmos ao trabalho infantil realizado na fumicultura, nos deparamos com situações evidentes de exploração e que podem ser observadas na forma que as narrativas vão ocorrendo e torna-se muito presente as diferenças do que era o trabalho infantil e no que ele representa hoje.

O primeiro mito se refere a “O trabalho da criança/adolescente ajuda a família!”. Este mito compreende a criança como parte integrante da geração de renda familiar, como se quando uma família encontra-se em dificuldades financeiras, a criança seria responsabilizada por contribuir financeiramente. Ao desfazer este mito, observamos que em, via de regra, o

⁴⁶ Esta é a terminologia utilizada para designar certos jargões assumidos pela sociedade quando tentam justificar a defesa que fazem da realização do trabalho infantil quando não encontram preceitos legais que os realizem, mas tentam através do senso comum, apresentar uma defesa para a realização.

trabalho da criança e do adolescente é desproporcional ao trabalho do adulto em termos de remuneração. Um número grande de crianças sequer é remunerado, outros têm sua remuneração passada aos progenitores e há ainda aqueles que recebem, mas em valor menor que o dos pais, também não se apresentam direitos trabalhistas às crianças e não há equipamentos adaptados a estas. Ademais, o empregador não se posiciona como uma pessoa que quer ajudar a manutenção de uma família, mas assume o papel de explorador da mão de obra infantil pela sua docilização e disciplina.

Na agricultura fumageira vemos a reprodução desse mito sendo muito comum ao encontrar plantações onde parte desta é da criança ou do adolescente, como fala Antonio: “aqueles mil pés de fumo são do meu filho, o que der de lucro é dele, pra comprar as coisinhas dele”. Incentivando assim que a criança ou adolescente trabalhe juntamente na produção, correndo todos os riscos suscetíveis à mesma (perdas, secas, chuvas intensas, granizo, venda a preço baixo) para receber seu “salário” apenas na safra, fato que já ocorre com a família e lhe agrega os valores de dependência da empresa.

Marta destaca outra relação, ela tem um filho surdo, que segundo ela não conseguiria outro emprego além da fumicultura, então foi desde cedo para a lavoura, com o tempo recebeu seus dois mil pés de fumo e comprou sua moto, um bem de consumo que seria impossível ser adquirido de outra forma, com apenas catorze anos:

Tenho um filho surdo, quem vai dar emprego pra ele? Ninguém! Então ele aprendia a plantar fumo ou ia morrer de fome quando eu e o pai dele morrermos. Então desde piazzinoho⁴⁷ eu levava ele na roça, mesmo porque na escola ele não aprendia nada, então foi aprendendo tudo na roça de olhar a gente fazer, de acompanhar e fazer também. Com catorze anos já comprou uma moto, hoje eu sei que se ele precisar do fumo, vai saber sobreviver.

Segundo o relato de Roberto, esta situação de dar parte da safra às crianças e adolescentes, se tornou presente a partir do ano de 2000, quando as empresas fumageiras perceberam que os filhos dos fumicultores não aceitavam mais o trabalho árduo do fumo, sem receber nada em troca, o que futuramente, incidiria sobre a produção total da própria empresa, ora se não houverem pessoas para continuar o trabalho com o fumo, quem irá plantar, então é necessário que esta mão de obra não esteja apenas disponível, mas também, aceite o próprio Sistema Integrado de Produção, como vimos. A justificativa dada era para que a produção fosse também de alimentos, mas programas assim, nunca surgiram das empresas integradoras.

⁴⁷ Termo que se refere regionalmente aos meninos.

Que eu lembro, foi a partir dos anos 2000 que começaram a dar pés de fumo para os filhos da casa. Essa orientação partiu dos instrutores de fumo que aconselhavam os produtores a dividir a produção entre os filhos para evitar que eles fossem trabalhar na cidade e a ideia era de que eles ficassem no campo, produzindo o alimento necessário, mas até onde eu sei, fumo não se come. (Roberto)

As palavras de Marcos confirmam o que fala Roberto, admitindo ter orientações para que os mais jovens também aprendessem ganhando os pés de fumo: “(...) a gente falava que era para eles darem os pés de fumo para os mais jovens já irem tendo um incentivo para trabalhar”.

As Orientações Técnicas da Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) desvela o mito de que trabalhar ajuda a família, caracterizando as diversidades territoriais brasileiras e a forma como cada qual organiza seu trabalho e facilita ou dificulta o trabalho infantil:

No Brasil, a configuração territorial apresenta uma diversidade muito particular, comportando grande complexidade em relação às características regionais, contextos políticos, sociais, econômicos e culturais variados. Comparando-se territórios distintos, sabe-se que a incidência do trabalho infantil e o seu enfrentamento ocorrem de forma diferenciada, não cabendo afirmações que justifiquem essa prática apenas com o argumento da rentabilidade familiar, já que também são decisivas as motivações culturais e a ausência da atuação das políticas públicas, facilitando a incidência de trabalho infantil (BRASIL, 2010, p. 24).

Mas também não podemos pensar isoladamente, pois nosso estudo está se realizando em um município que há pouco tempo era um grande faxinal, onde o trabalho era realizado com a ajuda de todos, inclusive nos puxirões⁴⁸. O que nos remete novamente ao estudo de Luis Fernando Cardoso e Jaime Luiz Cunha de Souza que caracteriza a necessidade do saber tradicional repassado através do trabalho e das características que assume ao pensar na ajuda familiar. Para os autores, o problema está na “inexistência de uma delimitação clara entre a exploração do trabalho infantil e o papel do trabalho enquanto aspecto cultural e elemento importante no processo de socialização das novas gerações, dimensão esta especialmente importante nas comunidades tradicionais” (CARDOSO e CUNHA, 2011, p. 166). Assim, a indefinição destes limites acaba por permitir que a exploração do trabalho infantil e a

⁴⁸ Os puxirões eram combinados entre os moradores do faxinal para a realização de trabalhos em coletivo, como arrumar as cercas do criadouro comunitário.

dimensão socializadora das atividades que as crianças realizam junto com seus pais tornem-se ambas ilegais.

Quanto ao mito que enuncia “É melhor trabalhar do que ficar nas ruas!” podemos observar os processos históricos que envolveram a higienização das ruas, onde quem era visto nelas, estava sujeito a cometer ilicitudes.

Cleide Ferreira da Silva e Mário de Souza Martins colocam que este mito legitima a insuficiência de responsabilidade do Estado em realizar políticas públicas eficientes ao atendimento de crianças e adolescentes (SILVA e MARTINS, 2012). Este mito também contradiz os preceitos definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), entendendo que qualquer alternativa é viável para “tirar” uma criança ou adolescente da rua, ou seja, o trabalho é a cura de todos os males sociais, como já anteriormente visto no Código de Menores. Aponta ainda que se os menores estão trabalhando não haveria pobreza e nem doenças e tudo estaria “limpo e higienizado”, esquecem, no entanto das profundas diferenças sociais que existem em nosso país.

Esquecem-se também que trabalhar não é ficar fora das ruas, em qualquer situação de trabalho que não seja familiar, a criança deixa a segurança de seu lar e passa a frequentar lugares onde podem encontrar riscos. O espaço público da rua deveria ser consumido pelas crianças e adolescentes como forma de socialização, integração social e lazer, preservando seus direitos e garantindo a estas, tais locais como de seu próprio consumo. Na fumicultura é comum encontrar crianças e adolescentes nas estradas operando máquinas pesadas das quais não tem habilitação ou ainda executando diversas atividades nas plantações dos vizinhos onde realizam “trocas de dias⁴⁹” para que a safra seja efetuada mais rapidamente.

Vale destacar que é fora de casa que as maiores explorações são cometidas, principalmente na fumicultura. O sistema de troca de dias por exemplo, é muito explorador, pois enquanto se trabalha com os pais, você pode descansar e brincar, mas quando vai “pagar o dia”, o trabalho tem que render, esperar “encher a estufa”⁵⁰, como coloca Antonio:

Eu até gostava de ir pra roça quando era com a mãe e o pai, mas quando estava pagando o dia a história era outra. Quando estava com a mãe a gente até se divertia, brincava um pouco, ela sorria. Mas pagar dia é como se tivesse com patrão, é diferente, tinha que trabalhar duro até encher a estufa, enquanto não enchesse a estufa, não dava pra parar.

⁴⁹ Troca de dia é quando uma família colhe o fumo do vizinho e depois na seqüência o vizinho ajuda na colheita do fumo dos primeiros, nos mesmos moldes do puxirão faxinalense.

⁵⁰ A estufa de fumo precisa ser carregada para começar a cura e secagem das folhas de fumo. Assim, é necessário que se colham as folhas e preencham todo o espaço da estufa.

Um dos jargões mais ouvidos é que se refere a “É melhor trabalhar do que roubar!” entende-se que a resolução para os problemas sociais, para a violência e criminalidade estariam no trabalho. Como se apenas trabalhar fosse suficiente para resolver os problemas sociais. Historicamente sabemos que isto é irreal, pois no Brasil, desde o tempo da colonização crianças e adolescentes realizam atividades laborais, assim se o trabalho resolvesse a criminalidade não existiria mais violência no país. Para piorar, este mito associa criminalidade e pobreza e traz a representação de que quem não trabalha é criminoso, está pronto para cometer um crime, então precisa trabalhar. Para a Organização Internacional do Trabalho:

Esse argumento é expressão de mentalidade vigente segundo a qual, para crianças e adolescentes (pobres, pois raramente se refere às das famílias ricas), o trabalho é disciplinador: seria a “solução” contra a desordem moral e social a que essa população estaria exposta. O roubo – aí conotando marginalidade – nunca foi e não é alternativa ao trabalho infantil. O argumento que refuta esse é, “antes crescer saudável que trabalhar”. O trabalho infantil marginaliza a criança pobre das oportunidades que são oferecidas às outras. Sem poder viver a infância estudando, brincando e aprendendo, a criança que trabalha não é preparada para vir a ser cidadã plena, mas para perpetuar o círculo vicioso da pobreza e da baixa instrução (OIT, 2001, p. 16).

É importante considerar que não há tempo ocioso quando se é criança, todo o tempo precisa ser destinado ao pleno desenvolvimento do indivíduo e trabalho não pode ser ofertado como substituição de tempo livre, como se nesse tempo livre, as crianças fossem fazer coisas erradas, é preciso dar tempo para o brincar, assim, o que deve ser oferecido são atividades que oportunizem seu desenvolvimento, facilitando o estudo, o lazer e a formação.

Na fumicultura as famílias relatavam que trabalhavam tanto que não dava tempo nem para brincar, na escola não havia repasse de tarefas escolares para fazer em casa, porque os alunos precisavam ter tempo para “auxiliar” os pais, como dizia José: “Brincar era só com a enxadinha”, ou como afirmou Sofia e será discutido adiante: “Boneca?? Só se fosse de fumo??!!”.

Eram constantes as tentativas de mudanças de turnos para a escola quando em época de safra e as faltas aumentavam nessa época, sendo que muitas fichas FICA⁵¹ eram encaminhadas ao Conselho Tutelar do município. A professora Ana relata que quando era época de colheita os números de violação de direitos aumentavam: “na época de colheita era

⁵¹ Ficha de Acompanhamento do Aluno Ausente.

pior, as crianças iam colher “baixeiro⁵²” porque eram menores e depois ficavam muito cansados para aprender qualquer coisa.”

Também é importante considerar qual educação e formação recebem as crianças e adolescentes que se tiverem tempo livre irão cometer algum crime, que forma estão sendo educados? Será que recebem educação para cometer crimes?

Cleide Ferreira da Silva e Mario de Souza Martins apontam o mito que define: “Quem começa a trabalhar cedo garante o futuro!” e descrevem que: “Trabalhar na infância nunca foi garantia de uma vida digna, nem de ascensão social. Assumir responsabilidades inadequadas à sua idade antecipa fases do desenvolvimento e rouba das crianças seus direitos fundamentais” (SILVA e MARTINS, 2012, p. 8).

Não é certeza que trabalhar desde criança traga perfeição à vida profissional adulta, mesmo porquê o trabalho da criança e do adolescente não é determinado por ela, é aquele que se apresenta, aquele que o patrão determina. Assim, além de não qualificar, esta forma de trabalho pode ser danosa à saúde e ao desenvolvimento da criança. Para Jane Vilani: “o trabalho precoce é árduo e nunca foi estágio necessário para uma vida bem-sucedida – ele não qualifica e, portanto, é inútil como mecanismo de promoção social” (VILANI, 2007, p. 89).

Marta fala sobre levar seus filhos desde cedo para trabalhar no fumo, por não ter terreno próprio e morar como agregado⁵³ no faxinal e assim ter necessidade de aprender o trabalho desde cedo.

Eu já levava as crianças no fumo desde que engatinhavam, porque a gente tinha que amarrar o fumo na mão aquele tempo, aí eles já iam aprendendo desde pequenininho. Mesmo que a gente nunca teve estufa, a gente sempre trabalhou pros outros, aí tinha que começar bem cedo, né. (Marta)

Pensando em uma vida futura profissionalmente, consideramos que o trabalho infantil é responsável por um grande número de repetências e evasões nas escolas, o que afasta de qualquer visualização de futuro profissional, mantendo apenas a reprodução das condições precárias que iniciaram no trabalho infantil, por mais que esse caminho parecesse sedutor às crianças de antigamente, como na época de Marta que descreve estar indo para a escola e após ver um puxirão, resolver abandonar os estudos, pois já não morava mais com a família e ainda assim gostando da escola:

⁵² É o primeiro fumo a ser colhido, se refere àquelas folhas que ficam mais próximas ao chão, assim a criança ao colher está mais próxima que o adulto que precisa se abaixar.

⁵³ Agregado é o termo designado aos moradores dos faxinais que não tem propriedade privada mas mesmo assim residem no faxinal.

O homem que criou nós, tinha uma “terrenada” sem fim, nós estávamos na escola, porque ele era bem de vida, estava aprendendo que era uma beleza, eu ia ajudar as professoras me lembro tão bem. O falecido fazia puxirão de arança⁵⁴, tinha 14 arado plantando. Eu peguei e quando vi todos aqueles arados pensei...é hoje, e saí da aula. (Marta)

Uma escola que fez falta na vida de Marta, que agora, nascida em 1960, precisou aprender a escrever seu nome no cartório na cidade: “Agora tive que aprender fazer meu nome no cartório, porque agora eu sei fazer o meu nome, as meninas do cartório me ensinaram, já sei o meu nome, por que tinha que trabalhar, não dava para estudar” e que ela mesma repetiu em seus filhos como afirma ao declarar que o interesse deles vem apenas do objetivo de conseguir dinheiro imediato, não vendo a escola como uma possível melhoria de vida futura, pensando apenas em trabalhar: “Os meus filhos tão trabalhando desde que se conhecem por gente e não querem saber de estudar. Só pensam em trabalhar” (Marta).

O abandono escolar é percebido também na fala de José, que via na escola não apenas o lugar para aprender, mas também um lugar para brincar, pois depois que voltava para sua casa, só havia o trabalho, pois “(...) brincar a gente brincava na escola. Estudar nós estudava, mas brincar tinha que antes de chegar na casa, porque depois que chegava da escola, pegava as enxadinha punha nas costas e se mandava pra roça. (José) E complementa que precisou sair da escola para cuidar dos trabalhos porque seu irmão mais velho, que provavelmente era o responsável anterior, precisou servir no exército:

Antes não tinha problema trabalhar, o meu pai me tirou da aula, que tirei só o quarto ano, porque eu tinha que arar a terra, eu já tinha força e meu irmão mais velho foi servir o exército e eu tinha que tomar conta da lavoura, eu tinha de treze a catorze anos e andava lá no meio dos cavalos. (José)

Admite também que começou a trabalhar mais cedo, exatamente porque não havia legislação que impedisse seu trabalho, principalmente ao se referir ao Conselho Tutelar:

Eu comecei trabalhar com 10 anos, trabalhava como podia, né, pesado mesmo foi com vinte anos. É porque antes não tinha esse conselho tutelar,

⁵⁴ Puxirão de arança era a reunião de vários arados que se utilizava no faxinal para as terras de plantar. Reuniam-se as pessoas e faziam o trabalho juntas, depois no fim do dia havia um jantar com festas e danças.

que não deixa as criança trabalhar, né, não ficavam atentando a gente. Ninguém proibia a gente de trabalhar, agora que o conselho não quer que trabalhe. (José)

Vale ressaltar que os fumicultores seguem uma das normas contratuais que não permite que os estudantes faltem na escola, por isso os instrutores vão até às escolas e buscam a declaração de presença que é fornecida para garantir que os mesmos estão frequentando o espaço escolar. O problema está ao chegar em casa e no limite de faltas que em geral é esgotado pelos estudantes para que os mesmos possam ajudar nos diversos serviços isso até hoje. José relembra que desde criança os filhos o acompanhavam na roça depois que vinham da escola, mas os trabalhos eram mais leves: “Os filhos iam junto pra roça, desde pequenos e faziam uma coisinha e outra, depois da aula, mas trabalhar forçado, não” (José).

Entretanto sua filha não relembra do período com o mesmo sentimento, pois teve que assumir, além do serviço na roça, os serviços domésticos depois que voltava da escola, principalmente nos sábados, que era dia de faxina, ou seja, trabalhava na roça e quando chegava na casa havia ainda a faxina, que era responsabilidade feminina.

Eu comecei mais pesado mesmo depois dos nove anos, porque a mãe quebrou a perna e não podia mais fazer o serviço. Aí eu chegava da escola e via que ficava mais serviço pra quem ficava em casa e eu tinha que ajudar também, depois que fazia tudo o serviço de casa, a gente ia pra roça, mas na verdade a faxina da casa era no sábado, primeiro era o serviço da roça. (Rosa)

O trabalho infantil doméstico também é condicionante ao gênero feminino, que além de ajudar na roça é responsável pelo preparo dos alimentos, limpeza das casas e lavagem das roupas e ainda o trabalho na roça, Rosa, declara que foi criada pela irmã enquanto a mãe e o pai trabalhavam com os irmãos na roça e que depois que ela dormia, sua irmã ajudava no fumo.

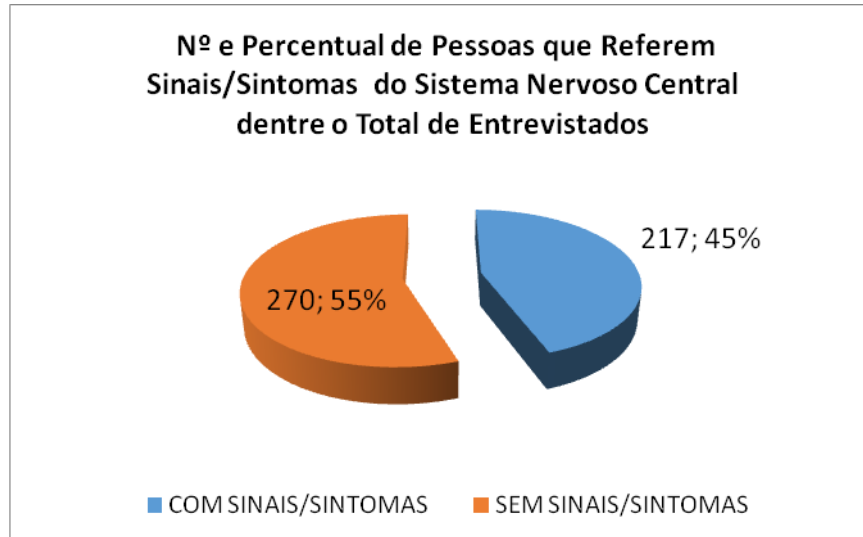
Minha irmã foi quem me criou. Ela cuidava de mim, fazia comida, todo o serviço de casa. Depois quando eu dormia, ela me levava perto da estufa para poder acompanhar meu sono e ia ajudar no serviço da roça, sempre de olho em mim. Ela ajudava amarrar fumo, classificar e tudo que podia fazer. (Rosa)

Sofia também fala do serviço da roça e da casa, alegando que não havia nenhum descanso para as mulheres e meninas, pois era muito serviço para fazer: “Até no domingo a gente tinha que lavar roupa porque o serviço da roça era demais” (Sofia).

Ainda quando falamos da produção do fumo temos que considerar a saúde destes trabalhadores. Se os adultos sofrem dos diversos males apontados no Relatório da Reconversão do Tabaco no município de Rio Azul (2014), como problemas de saúde pelo ostensivo uso de agrotóxicos, como podemos nos desvencilhar de que os altos índices de câncer, depressão e suicídio que são observados neste documento e que ocorrem em Rio Azul também não acometam as crianças e adolescentes?

O gráfico 02 mostra o número e o percentual dos entrevistados no Plano de Reconversão do Tabaco que durante o acompanhamento realizado pelos pesquisadores relataram ter problemas de saúde como cefaléia, convulsões e vertigens.

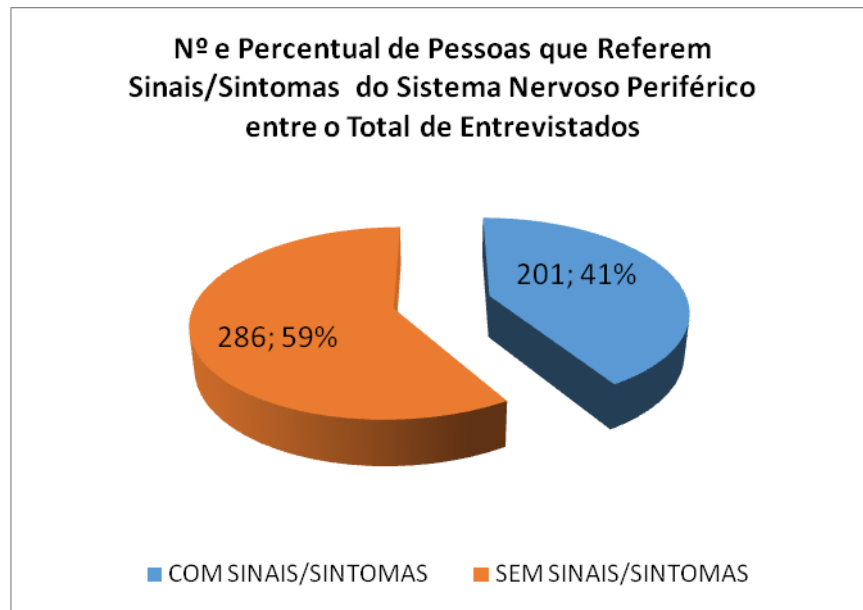
Gráfico 02: percentual de pessoas com sinais sintomas do Sistema Nervoso Central associados ao uso de agrotóxicos



Fonte: Plano de Reconversão do Tabaco (2014)

O gráfico 03 traz o número e percentual de pessoas que apresentaram problemas no sistema nervoso periférico, como câimbras, dores musculares, tremores perda da força muscular.

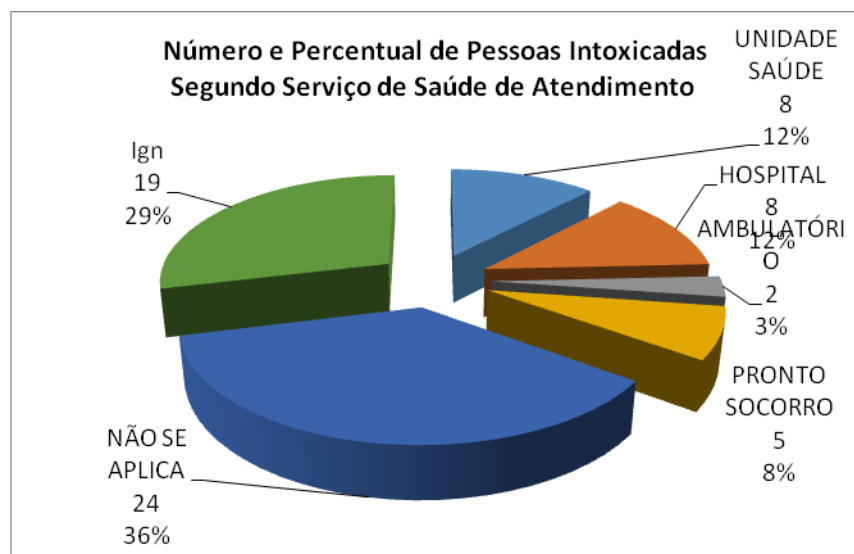
Gráfico 03: Percentual de pessoas com sinais/sintomas no Sistema Nervoso Periférico em relação ao total de entrevistados



Fonte: Plano de Reconversão do Tabaco (2014)

O que se estranha é o baixo índice de pessoas intoxicadas apresentadas no plano de Reconversão do Tabaco, fato este que em geral se evidencia por próprio desconhecimento das pessoas que suas relações com os agrotóxicos causam intoxicação ou doenças.

Gráfico 04: Percentual de pessoas intoxicadas:



Fonte: Plano de Reconversão do Tabaco (2014)

José destaca que sua família nunca ficou doente pelo contato com o fumo ou pelo uso de agrotóxicos, mesmo relatando os problemas de saúde de sua esposa e genro e ainda os vômitos e tonturas constantes, que não associa com a fumicultura:

Da nossa parte, assim de ficar doente, eu até hoje nunca me senti mal por causa do fumo e nem dos venenos. Conosco não aconteceu. Meus filhos todos plantam fumo e tudo normalmente. A minha esposa tem mal de Parkinson e meu genro tem depressão e síndrome do pânico, mas não tem nada a ver com o fumo. Quanto a vômitos e tontura, isso é meio que normal todo mundo ter. (José)

Os gráficos apresentados mostram claramente que as doenças neurológicas são comuns nos municípios de Rio Azul e o índice de crianças com câncer aumentou em 400% de 2000 a 2016, como destaca a Secretaria Municipal de Saúde de Rio Azul.

Vale ressaltar que a produção do fumo é um processo diferenciado que exige esforços contínuos durante o período de plantio e safra, exigindo dessa forma, esforço e trabalho ininterrupto de todos os envolvidos no processo, de toda a família, envolvendo inclusive crianças e adolescentes na forma de sobretrabalho⁵⁵, como destaca Guilherme Eidt de Almeida:

Embora o custo da mão-de-obra infanto-juvenil não seja expresso nos custos operacionais da produção, é desse modo que o trabalho de crianças e adolescentes aparece como “sobretrabalho”, estratégia de sobrevivência da família para atingir a quota contratada, posto que “no custo de produção de fumo, 59,3% seria o valor provável da mão-de-obra e, desta forma, não seria possível ao pequeno produtor assalariar trabalhadores e, ao mesmo tempo, auferir lucro depois de descontados os custos da produção. (ALMEIDA, 2005, p.62)

Para Regina Klein (2009), as relações que se estabelecem no trabalho infanto-juvenil tem uma repercussão deletéria às crianças e adolescentes em desenvolvimento, pois se considera que aspectos negativos na construção destes e a própria deterioração que decorre da atividade laboral concreta realizada de modo repetitivo e intensivo já é manifesta negativamente no adulto, sendo assim antecipada à criança. A autora coloca que o trabalho que deveria ter um caráter emancipador, é determinante na formação. Apenas por via da

⁵⁵ Esforço de trabalho a mais exigido de cada membro do grupo familiar para cumprir as tarefas requeridas pela atividade produtiva desenvolvida; força necessária além do comum esforço empenhado nas tarefas com a atividade produtiva exercida; auto-exploração do trabalho motivada por fatores exógenos.

integração no processo de trabalho os sujeitos são capazes de se apropriar do conjunto mais rico e denso de conhecimentos e habilidades, necessárias ao seu amplo desenvolvimento.

Entendemos que é nesses moldes de trabalho educativo emancipador que as crianças dos povos tradicionais crescem e relatam não compreender o caráter explorador, percebem ao contrário, que este processo faz parte da cultura familiar, do habitus, de sua participação nos serviços, como relata Roberto que só percebe ter sido explorado pelas empresas anos depois, mas não retrata ter sido explorado pela família, que segundo ele sofria na fumicultura:

Trabalhei desde os seis anos de idade. Nunca me senti explorado, a gente não tinha a noção de exploração. Eu via meu pai e meus irmãos sofrendo e ia ajudar. Depois, anos mais tarde, pela educação que tive a oportunidade de ter é que percebi que fui uma criança explorada pela fumicultura, pois meu pai morreu na pobreza, mas a empresa a qual ajudei ficou milionária, à custa do meu trabalho e de meus irmãos. (Roberto)

Roberto ainda expõe que ele entende hoje ter sido explorado, mas que seus irmãos não conseguem ter esta visão e continuam reproduzindo em seus filhos o que aprenderam com seu pai: “Eu sei que fui explorado, mas meus irmãos continuam educando os filhos deles da mesma forma que nosso pai nos educou, trabalhando na fumicultura” (Roberto).

Segundo Bernardete Wrublewski Aued e Célia Regina Vendramini, o envolvimento das crianças e adolescentes no plantio do fumo se caracteriza por uma forte exploração dos mesmos, no entanto é vista como uma cultura local, onde os pais e o poder público são favoráveis ao mesmo sem observar qualquer exploração nem trabalho escravo, as crianças estão aprendendo um ofício e são muito bem alimentadas (AUED E VENDRAMINI, 2009, p. 107).

Pelo relato de Roberto, pode-se pensar em como o trabalho infantil deixou de ser educativo, ligado às tradições culturais dos povos tradicionais e se tornou exploratório conforme se agregaram suas relações com as empresas integradoras, o que foi se associando com o gosto que as crianças tinham pelo trabalho, por realizarem com suas famílias.

Marta destaca que sempre gostou de trabalhar desde criança: “Eu gostava muito de trabalhar quando criança, mas não era só o trabalho no fumo, né! Aquele tempo não tinha.” Sofia também lembra do tempo antes do fumo quando ficavam a semana toda trabalhando na roça, colhendo milho, batatinha: “Nós ia a semana inteira plantar, a gente pegava a carrocinha, o arado, e ficava semana inteira, colher milho, arrancar batatinha, comer milho verde milho...” complementa Tereza sobre como era bom o “tempo de antigamente” e a relação entre nada mais nascer na terra, hoje, sem associar a situação do solo pelo uso de

agrotóxico: “Comer milho verde assado, trabalhar na roça... hoje não atura mais nada, não se nasce nada mais, a gente tem que comprar muda de fruta.” Já Rosa, que quando criança trabalhava na época do fumo, não demonstra essa memória à época do trabalho em que não havia o fumo declara: “Nunca gostei porque tinha serviço que era muito pesado, tinha coisa que o corpo da gente não agüentava, às vezes tinha que levantar muita folha de fumo e pesava”.

Observando estas narrativas pode-se de acordo com Guilherme Eidt de Almeida: “O próprio sentido cultural do trabalho de crianças e adolescentes no contexto da agricultura camponesa, lidando na terra em regime familiar, se altera” (ALMEIDA, 2005, p.74). Perde-se a noção da educação para o trabalho no campo, da necessidade do repasse cultural do valor do trabalho dos povos tradicionais, da perpetuação do grupo familiar na posse da terra, por pensar em atender aos interesses das empresas integradoras que cobram sem piedade dos fumicultores o cumprimento contratual nem que para isso seus filhos sejam submetidos a exploração enquanto crianças e adolescentes. Guilherme Almeida ainda afirma que a rentabilidade do fumo apesar de alta para a pequena propriedade “(...) não garante aos pequenos agricultores a devida autonomia econômico-financeira para prescindirem da exploração do trabalho infanto-juvenil” (ALMEIDA, 2005, p. 77)

Sabemos que a visão que se tinha no município de Rio Azul sobre colocar as crianças e adolescentes ao trabalho desde muito cedo era concebida pelas legislações que se vinculavam em cada época. A visualização de orgulho ao ter filhos que trabalhavam desde crianças é claramente expressa no Livro Rio Azul: 1918-1988 – Setenta anos de emancipação política de Rio Azul, que é um das fontes deste estudo.

Observamos na forma como os autores Reynaldo Valascki e Ceslau Wzorek se referem aos pioneiros do município de Rio Azul exaltando suas características como trabalhadores desde crianças, como quando se refere ao Sr. Abílio Moura, trazendo que o mesmo veio a residir com seus três filhos na localidade de Marumbi dos Ribeiros e “em toda sua existência se dedicou à agricultura, pecuária e ao pequeno comércio” (p. 103). A exaltação aos trabalhos desde pequenas crianças é retratada na parte da biografia do senhor José Kava, que “sempre se dedicou à lavoura, extração da erva-mate e pecuária. Educou todos seus filhos trabalhando na lavoura, sendo pioneiro da localidade de faxinal dos Paulas, onde sempre residiu” (p. 114). Também pioneiro da Localidade de Faxinal do São Pedro, o homônimo José Kava, que nasceu em 03 de março de 1923, “estudou pouco tempo em escola particular na localidade de Faxinal dos Paulas. Desde criança ajudou seus queridos pais no trabalho da lavoura. Casou-se em 1946 e teve dez filhos. (p. 115). Da mesma forma se

referindo senhor José Batista, relata que este era filho do Senhor Matias e que “O senhor Matias era comerciante de erva-mate e o filho lhe ajudava em seus negócios, sendo um garoto muito ativo.” (p. 137). O abandono escolar de José Alírio Vieira que nasceu em 03 de outubro de 1946 é destacado: “Natural de Rio Azul, fez o primário no Grupo escolar Afonso Alves de Camargo. Deixou seus estudos para se dedicar à agricultura, ajudando a seu pai. (VALASCKI e WZOREK, 1988, p. 202). Quando se referem à Paulo Baran, nascido em 1927. Reynado e Ceslau citam:

[...] iniciou seus estudos aos sete anos. Quando criança ia à escola de manhã e à tarde trabalhava com seus pais na lavoura. Com a idade de dezesseis anos sai de casa e vai trabalhar e aprender o ofício de alfaiate (...) na época tinha que pagar, trabalhou três longos anos sem ganhar nada, aprende a profissão e vai trabalhar por conta própria. (VALASCKI e WZOREK, 1988, p. 138).

Considerando que o livro Rio Azul – 1918 – 1988, Setenta anos de emancipação política de Rio Azul foi escrito em 1988, podemos perceber que a visão predominante do fim da década de 1980 era a do trabalho como referencial de orgulho e dignidade aos cidadãos e que quanto mais cedo se inicia-se o processo de trabalho na vida das pessoas mais dignificante ele era.

Assim, podemos entender a forma como as narrativas que descrevem o trabalho infantil na fomicultura nesse período são tão marcantes como quando se colocam como a necessidade imperiosa de trabalhar desde pequenos e a forma como este trabalho se torna penoso, deixando marcas psicológicas profundas, como no caso de José, ao falar de seu pai, com o qual não conseguiu manter uma relação afetiva positiva, pois o considerou sempre como uma pessoa de convivência pouco harmoniosa com a família e que o sofrimento e os castigos físicos constantes: “Quando eu era criança, eu sofri demais. Meu pai era um homem de difícil convivência. Me batia, me xingava e não era só comigo, fazia assim com minha mãe e com meus irmãos. (Paulo).

A narrativa de uma relação familiar onde o pai mandava e todos obedeciam, onde o próprio José se comparava a um animal açoitado, que acabou por gerar um grande distanciamento familiar, onde o ódio substituiu o sentimento filial:

Obrigava a gente trabalhar que nem um cavalo, é... que nem um cavalo mesmo, porque a custas de chicote que a gente fazia o serviço e desde criança. Era o pai que mandava e pronto, então tinha que trabalhar! Quanto apanhei daquele homem, peguei ódio dele, tudo por causa do fumo. (José)

Mas acabou por aproximar da mãe, que era pessoa com quem se compartilhavam os momentos de sofrimento e trabalho, e pela qual os sentimentos são de quem sofreu e nunca se distanciou da família e nem do trabalho, inclusive entrando em óbito a caminho do mesmo. As relações familiares com o pai se distanciaram ao ponto de não haver visitas e de os filhos saírem de casa para procurar por suas vidas:

A minha mãe era uma santa, acho que morreu de tanta tristeza e judiação, foi, sim, porque deu infarto, doença do coração. Do coração só morre quem é triste, quem é judiado e ela era uma mulher judiada. Assim que eu pude, casei e saí de casa. Por último ficou só minha mãezinha, com aquele homem. Aí ela morreu, de tanto sofrer, de tanto apanhar. Morreu um dia, estavam indo pra roça, enfartou e morreu. Aquele foi o último dia que eu fui na casa do meu pai. Depois, só vi ele no caixão. (José)

Da mesma forma com os castigos corporais sofridos descritos por Paulo, mas realizados pelo tio: “Cresci plantando fumo, abaixo de pancada do meu tio que quando a gente não conseguia fazer as coisas direito, até pedrada jogava na gente, mas não tinha como, eu era pequeno...” (Paulo).

O sentimento familiar de afastamento e abandono também aparece na narrativa de João que se decepcionou com a família que sempre ajudou no trabalho e que sentiu-se deixado de lado quando também precisava de apoio na época de seu casamento, cita também novamente a afirmação de que atualmente se dão pés de fumo para os filhos ajudarem no trabalho:

Minha família nunca me ajudou em nada. Só tiraram meu couro, desde criança. Pense no que foi uma vida de serviço, desde criança eu estava na roça. Quando cresci e achei uma namorada, essa minha companheira aqui... e resolvi casar com ela. Pensei... agora é hora de meu pai pagar tanto esforço, tanta ajuda... que nada. Me sentou os pés e disse que enquanto ele fosse vivo, eu que me virasse, que me ensinou a trabalhar pra não ter que me sustentar a vida inteira e que fumo dava dinheiro, então era só eu me virar, comprar um terreno e pronto. Mas me virar com o que? Pensa que naquela época tinha essa de dar pés de fumo pros filhos ajudar? Nada. (João)

A relação familiar nem sempre é negativa, pode também ser positiva gerando laços profundos, como no caso de Lucinda que até hoje convive numa relação harmoniosa com sua mãe, mas que teve que assumir a vida adulta ainda muito cedo. Sentada segurando seu andador, que Lucinda chama de “suas pernas”, pois o envenenamento pelo fumo que evoluiu para uma Infecção Colinérgica reduz pouco a pouco os movimentos, ela fala sobre como foi o

início de sua vida e o contato com o fumo, deixa claro que não quer uma entrevista formal, mas que quer falar sobre sua realidade, sobre o que viveu. Destaca que cresceu no meio do fumo desde a gravidez de sua mãe e que ficavam acampando nos paios de fumo, pois não tinham onde ficar.

Eu sempre conto a historia real, não é você fazer uma entrevista formal, mas sim a realidade vivida. Então eu vou começar dizendo assim que eu nasci e cresci no meio do fumo, os meus pais eram agricultores, então desde que minha mãe tava grávida eu já estava na roça. Eu cresci na roça, no meio dos ranchos de fumo, naquele tempo meu pai era meeiro ainda, então nós íamos acampar nos ranhos de fumo, ficava lá. (Lucinda)

Lucinda lembra que sua mãe também adaptava a vida no acampamento improvisando, cozinhando no mesmo espaço de trabalho e que durante a noite as camas eram preparadas nas pilhas de fumo ou nos sacos de veneno, sendo que nunca souberam que isso poderia provocar danos à sua saúde: “A mãe cozinhava na varanda e de noite a gente dormia em cima das pilhas de fumo, ou mesmo em cima dos sacos de veneno, ninguém falava que fazia mal, na época ninguém dizia nada, infelizmente entregavam as coisas tudo junto e ninguém falava nada.” (Lucinda).

Ao falar de “entregar as coisas tudo junto”, Lucinda se refere aos instrutores das empresas integradoras, que ao receberem o pedido de compra da família, realizavam a entrega de todo o mesmo sem discriminar ou explicar como deveria ser armazenado ou utilizado cada produto, principalmente os agrotóxicos. A mesma empresa que quando descobriu o início da enfermidade de Lucinda simplesmente extinguiu seu contrato e deixou de procurar por ela para renovar os acordos de compra e venda de fumo e a deixaram sem nenhuma assistência médica, o que a levou a abrir uma ação judicial contra a mesma: “A empresa integradora, quando descobriu que eu tive a paralisia, nunca mais me procurou pra plantar fumo pra eles, me excluíram da empresa. Não me deram assistência médica nenhuma. Eu entrei com processo contra a empresa”

Na atualidade, Lucinda se mantém através de um benefício por acidente de trabalho, que não é reconhecido como aposentadoria e nem Benefício de Prestação Continuada (BPC), mas que a obriga a passar regularmente por perícia, fato que causa a ela muita dificuldade, devido ao fato de ser cadeirante. Para manter seu tratamento e a utilização de medicamentos, sendo alguns inclusive importados, ela precisou entrar com uma ação judicial contra o Estado e o Município, e relata que a empresa integradora jamais pagou sequer uma consulta ao neurologista, sendo que Lucinda gastou todos seus recursos, procurando por uma cura.

Hoje eu recebo um auxílio doença que leva a perícia em perícia, não é pra vida toda. Hoje eu tenho o ganho de uma ação judicial que o município e o estado me ajudam, por que o preço dos remédios são muito caros e eu não consigo manter. A empresa nunca teve um seguro nem assistência médica, nem uma consulta sequer. Enquanto eu tinha o que gastar, gastei procurando cura, mas agora não tenho mais dinheiro e nem cura. (Lucinda)

Lucinda afirma que a empresa integradora deveria ter explicado que a utilização dos agrotóxicos no fumo poderia ser prejudicial para as pessoas, para dar a estas a opção de trabalhar ou não com o fumo, como ela fez desde menina e que as empresas fazem vítimas do próprio sistema de integração, descreve que nunca houve por parte de ninguém, nem dos instrutores, orientação que o uso dos agrotóxicos a atingiria que condenaria sua vida:

Ninguém me deu orientação, nem os instrutores, nem a empresa. Para mim, eles causaram o dano, porque aí eu poderia escolher se queria ou não plantar fumo. Mas como não havia uma orientação uma indicação de que faz mal, eu plantei sem opção nenhuma, nem minha família teve opção, e não é pelo fato de começar a plantar desde criança, não. Eu nunca imaginei que condenaria minha vida a isso, eles tem que pagar ou vão continuar fazendo vítimas e vítimas e nunca vão fazer nada pra eles. (Lucinda)

Cleide Ferreira da Silva e Mario de Souza Martins destacam que o mercado fumageiro tem uma apresentação característica, por se tratar das relações do Sistema Integrado de Produção, sendo uma forma de economia onde a empresa oferece subsídios e implementos para que o produtor possa realizar toda a produção anual, os instrutores de fumo que atendem cada família fumicultora são responsáveis por toda a orientação técnica das famílias e pelo acompanhamento durante o período decorrente do plantio até a venda. Ao final, no momento da colheita ou safra, a empresa compra toda a produção, descontando do produtor o gasto anterior. Detalhe: é a empresa quem faz o preço e o produtor só pode vender sua mercadoria para a mesma, devido ao contrato. Assim, colocar seus filhos para trabalhar é diminuir os custos da produção. (SILVA E MARTINS, 2013)

Lucinda coloca que apenas o fato de acompanhar os pais na agricultura já leva a criança a aprender, como no caso dela que com nove anos de idade já precisou assumir os trabalhos com a mãe e já estava pronta para realizar todas as atividades da lavoura:

Meu pai era vivo ainda, nem nove anos eu tinha, não lembro bem de sete, oito, não sei direito, hoje estou com 41. Meu pai morreu já comecei trabalhar

com a mãe, porque os pais antigamente ensinavam o serviço pros filhos, você sabia fazer tudo, mesmo porque a gente só de ver trabalhando no fumo já aprendia a fazer tudo, direto junto. Ainda mais a gente interessado já aprendia. (Lucinda)

Daiana Cristina Kohn e Luciane Maria Schmidt Alves entendem que a atuação das crianças e adolescentes no trabalho infantil podem estar associadas às necessidades inerentes de sobrevivência de famílias fumicultoras, pelo preço com que o fumo é vendido e a forma como a renda pode aumentar pela participação da criança ou do adolescente:

Em relação às causas do trabalho infantil, estas podem também estar relacionadas com as dificuldades no processo de trabalho dos fumicultores. Entre os motivos que levam ao trabalho infantil, relatam à necessidade financeira, que pode estar relacionada ao baixo preço na compra do fumo e o alto custo de produção, bem como à falta de mão-de-obra especializada, que é cara e mal qualificada, estimulando as famílias a colocarem os filhos para ajudar. (KOHN e ALVES, 2011, p.261)

O Estatuto da Criança e do adolescente (ECA) em seu Artigo 60 declara: “é proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos” (PARANÁ, 2010, p. 48). Na fumicultura observamos crianças em contato com o trabalho infantil desde muito jovens, mesmo com apenas três ou quatro anos “ajudando” a mãe e o pai a classificar o fumo. Como no momento em que fazíamos a entrevista a João e seu filho de apenas três anos que “brincava” na prensa de fardo, repetindo os gestos do pai ao enfardar o fumo em pleno contato com as folhas e embonecando o fumo com a mãe:

Pensa que eu sei o que é ter uma vida que nem desse piazinho aí (apontando pro filho de três anos que estava pulando em cima da prensa de fumo), nunca! Ele está aqui brincando. Deus me livre de verem aqui e acharem que está fazendo mais que isso, olhá lá... Deus me livre o problema que dá, porque ele fica aqui brincando, aí no meio do fumo, com as bonecas, né filho, que você gosta de brincar com a bonequinha? (aponta pro filho, que assinala que sim com a cabeça). (João)

Brincar com a boneca, para Lucinda tem uma conotação muito forte, pois eram apenas as bonecas de milho (espigas mais jovens, com cabelos coloridos) ou de fumo (conjunto de folhas secas de fumos que unidas por outra folha e amarradas parecem levemente com uma saia de boneca ou brinquedo) que fizeram parte de sua infância, que foi marcada pelo

trabalho, que ela aponta como o brincar trabalhando. Ela destaca que brincar com as bonecas era sempre desejo dela e que achava que era por esse motivo que se chamavam bonecas.

Brincar então era mais difícil a gente ia pra roça e fazia os brinquedos da própria lavoura, fazia muitas vezes as bonecas das espigas de milho para brincar. Quando não era mais época de milho a gente brincava com as bonecas de fumo, por isso mesmo que era esse nome de boneca, aí a gente brincava, colocava pra dormir. (Lucinda)

Gostava tanto das bonecas de fumo que sonhava quando aprenderia a amarrar a boneca sozinha. Lucinda relata que fazia os macinhos de fumo e eram outros que amarravam e que apenas quando aprendeu a fazer sozinha sentiu-se feliz: “Eu lembro que eu sempre queria aprender a fazer a boneca, porque as vezes eu fazia macinho e eram os outros que amarravam, daí quando eu aprendi amarrar, foi a maior alegria da minha vida, agora eu já sei.” (Lucinda).

É também Lucinda que traz a referência ao trabalho infantil doméstico que é realizada pelas mulheres na fumicultura, que cuidam da casa, dos irmãos mais novos e ainda vão para a roça. Relata também que mesmo aos domingos as brincadeiras se restringiam à estufa:

Eu cuidava dos irmãos mais pequenos, cuidava da casa e da roça e ainda tinha que achar o momento de brincar trabalhando, porque tempo para brincar por brincar, não tinha. Assim, nos domingos quando os pais não estavam trabalhando na estufa até dava pra brincar um pouco mas era difícil. (Lucinda)

Rosa também destacou que quando chegava o sábado era ainda pior a questão de trabalhar, pois era dia de faxina na casa e depois que fazia a faxina ainda tinha que ir para a roça ajudar os pais, isso quando o serviço no fumo não estava “apurado”. Quando apurava o serviço do fumo, a faxina ficava para o domingo, além disso, como irmã mais nova, foi criada pela irmã mais velha, indo desde cedo para a roça, pois a irmã limpava a casa, fazia almoço e depois iam todos para a roça, inclusive ela, que era bebê.

Também nas palavras de Marta o tempo em que crianças podiam trabalhar sem a preocupação com o Conselho Tutelar era bom, pois eles tinham liberdade para trazer seus filhos ao trabalho sem nenhuma interferência de ninguém, que na atualidade as ações do Conselho Tutelar acabam por não permitir que esta liberdade ocorra como antes.

A professora Ana também enfatiza ter vivenciado diversas situações vinculadas ao trabalho infantil feminino ser presente entre as filhas de fumicultores, o que já procurava de certo modo estimular às duplas jornadas de trabalho das mulheres. A professora Ana fala sobre as meninas que tinha como estudantes em sua escola serem crianças habituadas aos

afazeres domésticos e da roça e as ausências na escola ocorrerem próximas ao fim de semana, quando as meninas precisavam fazer os serviços domésticos.

Nas sextas feiras, as alunas faltavam muito na escola, porque ficavam fazendo a faxina de casa, ato que era apenas seu, independente da idade, pois era dever feminino proporcionar aos homens da casa um fim de semana com a casa limpa e poderem ajudar no fumo para que todos viessem para casa mais cedo. Os meninos não faltavam na sexta feira, porque o trabalho doméstico era obrigação das meninas. Ana

A questão de gênero é facilmente observada no cultivo do fumo o papel da mulher não é decisivo, ela apenas trabalha, não tomando parte das decisões tomando várias responsabilidades para si, desde crianças e seguindo este caminho para quando assumem um casamento. É responsabilidade das mulheres, os serviços na casa, a criação dos filhos e irmãos menores e ainda como elas destacam realizar o mesmo trabalho que o homem no fumo, desde o plantio, colheita e enfardamento. A venda é responsabilidade do homem, assim como saber em que investir, em como gerir os recursos e como utilizar o dinheiro.

Para Adriana Gregolin, essa atuação da mulher ocorre em todas as áreas da fumicultura, fortemente alicerçada pela discriminação de gênero. É o trabalho da mulher visto como uma extensão do seu papel de mãe/esposa/dona-de-casa e é este papel que se sobrepõe às atividades que realiza na fumicultura, restando-lhes que assuma o quintal ou a horta. Juntas, as atividades da casa, dos cuidados familiares e da horta são majoritariamente exercidas pelas mulheres e marcam a principal diferenciação no mundo rural dos gêneros feminino e masculino (GREGOLIN, 1998).

Adriana Gregolin coloca que no plano simbólico o trabalho da mulher no fumo é caracterizado, como trabalho complementar, como uma ajuda da mulher, embora além das atividades que exerça na casa ainda trabalhe igual ao homem no campo, essa atuação é reflexo da existência de uma ideologia patriarcal, onde permanece uma supremacia masculina sobre o feminino como uma marca profunda na sociedade (GREGOLIN, 1998). Desse modo, podemos conceber que o trabalho da mulher é invisibilizado na fumicultura e praticamente entre todo o setor agrícola, sendo esta percebida como a pessoa que ocupa-se dos cuidados com os outros, mas cuja atuação não é contabilizada economia de mercado.

Para Letícia Chimini, o trabalho da mulher é invisibilizado pelos homens por ser visto como “obrigações de mulher”, atrela-se este fato pelas mulheres delegarem ao homem o papel de ser o chefe da família e conseqüentemente ser ele o proprietário das terras, agindo como se também fosse dos seus filhos e de sua mulher. Nesta discussão, se agrega à mulher uma carga

de incapacidades que a deixa em desvantagem em relação aos homens, com relação ao capital cultural⁵⁶ (CHIMINI, 2015).

Segundo Leticia Chimini, tal situação coloca a mulher em uma posição de extrema dependência financeira, mesmo quando ela é co-responsável pela geração da renda da família. Ainda assim, a invisibilidade em que o trabalho feminino se encontra deixa clara a precedência hierárquica, que fazem distinções por sexo e idade, tais como a organização do trabalho familiar e a construção dos espaços de trabalho, sendo que o trabalho familiar tem uma lógica diferente para o trabalho do campo e espaços culturalmente construídos (CHIMINI, 2015).

O trabalho familiar é elemento central de uma lógica econômica própria da economia camponesa. Baseia-se numa divisão sexual de tarefas extremamente variadas, assim como variam a extensão da separação entre as tarefas consideradas próprias aos homens e/ou às mulheres [...] e o lugar ocupado por cada membro da família — pai, mãe, filhos. Vários estudos sobre o campesinato apontam para uma oposição/complementaridade entre a unidade de produção — roçado — e a unidade de consumo — casa —, espaços culturalmente construídos como masculino ou feminino por excelência. (CHIMINI, 2015, p. 39)

Na atualidade, percebemos que o conceito hierárquico patriarcal começa a apontar mudanças dados às contradições que começam a ocorrer e a posição que muitas mulheres vem tomando na fumicultura, de, da mesma forma que se faz com as crianças e adolescentes, assumirem certo número de pés de fumo que serão das mulheres na colheita.

Vale ressaltar ainda que se o trabalho da mulher é invisibilizado, quando associado o trabalho infantil ao gênero feminino apresenta-s como uma situação devastadora. Além de realizar todos os trabalhos do homem no fumo, as meninas ainda precisam fazer as obrigações da mulher na casa ou “ajudar” às mães.

Para Cleide Ferreira da Silva e Mario de Souza Martins ainda é necessário considerar a própria exploração do adulto na fumicultura, que é submetido ao excesso de trabalho decorrente desta forma de produção e das metas que precisa cumprir o que acabam por induzir os agricultores a colocarem seus filhos no trabalho, para minimizar seu custo e aumentar seus

⁵⁶ Capital cultural é entendido tanto como a incorporação intransferível de capacidades cognitivas quanto a posse de bens e certificados que garantem vantagens àqueles que os detêm. Esse novo capital transfigura-se como inato, encobre seu longo processo de aquisição e atua por legitimar privilégios sociais herdados. Para que os processos de reprodução social se realizem, acirram-se os modos de dominação. A forma como a sociedade organiza-se tende a manter uma relação entre dominantes e dominados, em que estes últimos submetem-se à ordem social percebida de modo pré- reflexivo como ordem das coisas. (BOURDIEU, 1976, p. 86)

lucros, assim, o trabalho infantil não é visto por estes como exploração e sim identificado como uma ajuda das crianças para subsistência de todos, mesmo que por vezes os coloquem no trabalho, entendendo o mesmo como educativo, sem perceber que os prejudicam, ao contrário acreditando que lhes ensinam um ofício. (SILVA e MARTINS, 2013).

É sempre conveniente lembrar que se é verdade que a realidade social e econômica leva crianças e adolescentes para o mercado de trabalho em condições precárias, é também verdade que esta situação é mantida por causa dos interesses do capital. Estes trabalhadores (crianças e adolescentes) se tornam mão-de-obra barata, portanto, reduzem os custos da produção e, além disso, produzem, em termos quantitativos e até qualitativos, tanto quanto um trabalhador adulto. (HILLESHEM, SILVA, 2003, p. 6)

Consideramos ainda que existem certas atividades na fumicultura que são vistas pelos adultos como mais fácil de serem realizadas por crianças, o que percebemos nas narrativas, quando falam do “baixeiro” que é o primeiro fumo a ser colhido, e que para se realizar a colheita é necessário se abaixar até o solo sendo muito comum que as crianças realizassem este trabalho por serem menores, como relata José, que fazia esse trabalho com seus irmãos e sua mãe, desde a madrugada até o anoitecer:

Pense... a gente levantava, ainda estava escuro e quando era escuro que gente parava de trabalhar. Na época de colher baixeiro... então, era só a gente, porque criança não tem que se arcar tanto, ele (o pai) não queria saber e a mãe, coitadinha, pegava e ia junto, a felicidade dela era estar com a gente. (José).

João também não gostava desse serviço, que fazia juntamente com seus irmãos e que ao fim do dia também sentia muitas dores no corpo:

O que eu mais detestava era época de colher baixeiro chegava de tarde, parece que nem costas eu tinha mais... e era por ser pequeno que o pai mandava eu e meus irmãos ir. Acho que por isso que fiquei miudinho... (risos) de tanto viver agachado. (João).

Quanto à Lucinda, esta apresenta uma forma de trabalho que realizava e que destaca ser uma das maiores realizadas para o trabalho infantil que era alcançar as folhas de fumo para serem amarradas, por tratar-se de um serviço mais leve, era realizado pelas crianças, roubando-lhes o tempo de brincar e ter uma infância mais alegre:

Ao invés de brincar e estudar tinha que alcançar as folhas de fumo para amarrarem e como era um serviço leve, sempre é criança que faz. Porque

você pega de uma, duas três folhas de fumo e entregava pro adulto. Eles não precisavam se abaixar pra pegar, aí é sempre a criança que alcança. tinha que alcançar as folhas de fumo para amarrarem e como era um serviço leve, sempre é criança que faz. (Lucinda).

Acreditamos que esta forma de trabalho prejudicial às crianças e adolescentes da época, mesmo por provocar danos em seu desenvolvimento psíquico e corporal, o que torna essa prática ilegal quando assinalada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que define os limites de idade mínima estabelecida para o trabalho na atual legislação, fundamentado em algumas normas:

- a) a garantia do desenvolvimento pleno de crianças e adolescentes que não podem ser prejudicados pelas consequências provocadas pelo trabalho infantil;
- b) a garantia de conclusão de escolaridade obrigatória no nível básico com tempo livre para estudar, brincar, acessar as variadas formas de lazer, arte, cultura e esporte, bem como a proteção contra as vulnerabilidades sociais (BRASIL, 2010, p. 21).

A escolaridade obrigatória não era a mesma nas décadas anteriores, não havia, por exemplo, o Conselho Tutelar para coibir as violações de direitos de crianças e adolescentes, como coloca José: “O que... eu estou agora com cinquenta anos, não tinha essa de Conselho Tutelar”, então a evasão da escola era uma situação naturalizada, permitida, mas que fazia falta posteriormente, bem como o acesso ao brincar para seu pleno desenvolvimento, para uma infância feliz, como observamos nas narrativas de José que afirma que até ia para a escola, mas para brincar não havia tempo e nem brinquedo:

Ir pra escola a gente não podia, eu tirei mal e mal a terceira série, só aprendi a escrever e ler e aquele tempo, acho que nunca tive um brinquedo que prestasse, um carrinho, um caminhãozinho, tudo! Era só o que a gente imaginava de brincar, mas isso longe do pai, porque o nosso era só serviço. (José).

A Narrativa de João, também trata da questão de ter abandonado a escola assim que aprendeu a ler e escrever, tanto pela distância do campo da cidade e pelos serviços da roça: “Escola não tinha só até aprender a ler e escrever, acho que tirei o quarto ano, aquele

tempo....daí tinha que estudar na cidade e não tinha ônibus, pense uns trinta anos atrás como que era... então, roça desde cedo mesmo”. (João)

Paulo relata que ele e seus irmãos precisaram abandonar os estudos para poder sobreviver. Esse trabalho acabou privando Paulo de seu processo de escolarização, o que até hoje não realizou, pois agora não mais se encontra à vontade para o fazer, rememora quando as outras crianças passavam e ele olhava, enquanto sua escola era outra e seu professor também era diferente:

Eu tinha seis anos, meu irmão tinha dez e o outro tinha catorze. Aí o tio mandava e a gente obedecia. Todo mundo saiu da escola, eu nem entrei. Minha escola foi o cabo da enxada e o meu professor foi o instrutor de fumo, porque foi com ele que a gente tinha orientação de como plantar, na verdade, para produzir e poder continuar sobrevivendo. Eu via as crianças indo pra escola, tinha vontade de aprender a ler, coisa que até hoje não sei. (Paulo)

Para Lucinda, abandonar a escola foi abandonar seus sonhos, pois ela gostava muito de estudar, como morava no campo, já começava a estudar mais tarde, porque o acesso à escola era mais difícil, conta que tinha seus cadernos e materiais escolares, mas que sempre acabava apanhando para ajudar os pais e deixar de lado a lição de casa, ou seja precisava trabalhar e tinha que deixar o estudo de lado.

Eu comecei estudar tarde, porque aquele tempo na escola era difícil ir. Mas eu sempre adorei estudar, mas também era difícil, porque eu tinha meus caderno e meus livros e era coisa que eu mais sonhei pra minha vida, mas a noite levava umas palmadas, porque queria estudar, mas tinha que alcançar as folhas de fumo para amarrarem e como era um serviço leve, sempre é criança que faz. Então trabalhava o fumo e não ia estudar. (Lucinda)

Um sonho que além de não se realizar, acabou mais cedo que Lucinda imaginava, pois com o falecimento de seu pai, ela teve que abandonar os estudos e se dedicar ao auxílio de sua mãe e irmãos e assumir as responsabilidades de sustento da família por ser a mais velha: “Aí quando meu pai morreu, minha mãe ficou com três filhos pra criar e eu tive que largar a escola e ajudar ela, por que eu tinha nove anos e era a mais velha” (Lucinda).

O retorno aos estudos desses adolescentes e crianças que sofreram com o trabalho infantil tem sido tentado através da função reparado do Ensino de Jovens e Adultos (EJA), mas este nem sempre consegue atender as expectativas, como para Paulo que viveu uma experiência negativa com esta modalidade de ensino, pois a professora precisava cumprir a meta de alfabetização em seis meses e ele não conseguiu se alfabetizar nesse período, tendo agora que freqüentar com os alunos menores:

Tentei entrar no EJA, mas agora a gente já estava velho, estava com 35 anos, fica até feio no meio daquela piaçada. Mas mesmo assim, fui, fiquei seis meses, mas não consegui aprender a ler, aí a professora me deu o certificado assim mesmo porque tinha uma tal meta a cumprir. Agora eu tenho um certificado, mas não consigo ler o que está escrito, só sei que diz que sou alfabetizado.

Para Lucinda o EJA, contribui, mas ela não tem firmeza nas mãos e a locomoção até a escola também é difícil. Pelas constantes crises que apresenta estava recebendo um professor pelo atendimento domiciliar, mas segundo ela foi cortado para minimizar os gastos com profissionais pelo governo estadual.

Voltei a estudar o ensino fundamental no EJA, é mais difícil, a mão não ajuda mais, não tem mais força e como vivo doente estava perdendo muitas aulas, aí lá na escola tinham conseguido uma professora para vir aqui em casa. Mas o governador quer cortar gastos e cancelaram o contrato dela. Agora eu estudo na asa e vou lá para fazer prova, aí eles vêem se eu aprendi ou não. Depois que eu terminar o fundamental quero ver se faço o ensino médio, se tiver viva até lá.

O abandono dos estudos trouxe para Lucinda uma reflexão de não levar seus filhos para o fumo, pois tinha outros planos para elas: “Eu nunca levei minhas filhas no fumo porque tinha sonhos diferentes pra elas” (Lucinda). Entretanto, nem todas as pessoas conseguem se desvencilhar dos laços do trabalho infantil e provavelmente, não fosse a doença de Lucinda, talvez ainda tivesse no fumo e reproduzisse em suas filhas o que aprendeu com seus pais e avós.

Sabemos que a inserção de crianças e adolescentes no trabalho é prejudicial ao seu desenvolvimento tanto físico quanto mental. A jornada de trabalho as impede de participar de atividades de acordo com a sua faixa etária, o que compromete irremediavelmente o seu futuro, implicando em graves prejuízos para a formação escolar destes, com altos índices de analfabetismo, evasão e repetência escolar.

Esta tendência de considerar o trabalho infantil como uma ajuda, minimiza a extensão do fenômeno do trabalho infantil e torna menores as preocupações que se tem com a sua erradicação, sendo que a escolarização é ponto fundamental.

No que se refere aos efeitos do trabalho infantil sobre a escolarização, os principais prejuízos são a repetência e a evasão, ambas situações que se percebem neste estudo na fala dos entrevistados pois, apenas Marta e Roberto concluíram uma graduação, sendo que em todas as outras situações o fracasso escolar esteve presente. Percebe-se que as longas jornadas

de trabalho resultam e resultavam em cansaço e falta de tempo para estudar, levando à repetência, ou ainda o descaso pela educação e a necessidade de produzir renda fazem com que a evasão ocorra totalmente, pois se torna imperativo o trabalho.

Segundo Alda Mazzoti, é muito provável que trabalho infanto-juvenil e “fracasso escolar” sejam relacionados não porque o primeiro seja causa do segundo e sim porque ambos são conseqüências de mecanismos excludentes que perpetuam a pobreza e a desigualdade social. Necessariamente não se afirma que a pobreza seja a única explicação para o trabalho infanto-juvenil, pois outras razões, como auto-afirmação, independência econômica e ideologia familiar, têm sido apontadas como motivos que levam os adolescentes a trabalhar (MAZZOTI, 2002).

Para Alda Mazzoti, é importante ressaltar que a constatação da inegável ligação entre trabalho precoce e pobreza não deve induzir à conclusão de que este é um problema familiar, mascarando a responsabilidade social e pública que o trabalho infantil é um fenômeno determinado pelos mecanismos de reprodução das estruturas de classe.

Para Renata Paparelli, as relações entre trabalho precoce e “fracasso escolar” existem pelas marcas que os estudantes que trabalharam e acabaram repetindo de ano apresentam: “as marcas deixadas nos adolescentes pelas suas histórias de fracasso escolar são motivadoras não só do desejo de abandonar os estudos, como de começar a trabalhar” (PAPARELLI, 2001, p. 166). Ainda sobre isso, a autora destaca essas marcas como a convivência humilhante com colegas de classe muito mais novos, as práticas agressivas de disciplinamento, as relações conflituosas com os professores, o cotidiano escolar destituído de sentido, além do que Renata Paparelli destaca como o mecanismo de “eliminação brutal” em que as formas de exclusão do sistema regular de ensino conduz a inúmeras reprovações e passa a “eliminação suave” que conduz os com idade avançada e ensino defasado são conduzidos ao Ensino de Jovens e Adultos, que nem sempre oferece a melhor qualidade (PAPARELLI, 2001), exatamente como foi observado no decorrer desta dissertação.

Para Ana Lúcia Sícoli Petty e Norimar Christ Passos destacam que quanto a falta do brincar enquanto crianças é necessário observarmos que através das brincadeiras, a criança desenvolve sua atenção, concentração e várias habilidades, pois a brincadeira surge da vontade que a criança sente como ato voluntário, sem horário e com a duração do que a criança determina através do seu interesse, sendo o ato de brincar não dotado de cobranças e nem provido de tensão, pois não é competitivo e sim livre e espontâneo. Acerca disso, afirma-se:

O brincar é agradável por si mesmo, aqui e agora. Na perspectiva da criança, brinca-se pelo prazer de brincar não porque suas conseqüências sejam eventualmente positivas ou preparadoras de alguma outra coisa. No brincar, objetivos, meios e resultados tornam-se indissociáveis e enredam a criança em uma atividade gostosa por si mesma, pelo que proporciona no momento de sua realização. (PETTY & PASSOS, 2005, p.10)

Lev Vigotski estabelece estreitas relações entre o brincar e a capacidade de aprender distintas habilidades, considerando que uma de suas principais ideias acerca do desenvolvimento cognitivo da criança resulta da interação que esta mantém com o contexto histórico e social em que está inserida e o contato com o brincar traz-lhe benefícios consideráveis ao seu amplo desenvolvimento. Para o autor, o exercício no plano da imaginação da capacidade de planejar, imaginar situações diversas, representar papéis e situações do cotidiano, bem como, o caráter social das situações lúdicas, os seus conteúdos e as regras inerentes à cada situação (VIGOTSKI, 1998).

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) (BRASIL, 2010, p. 23), em 2004 eram 5,3 milhões de crianças e adolescentes entre cinco e 17 anos trabalhavam no Brasil. Em 2008 este número foi reduzido para 4,3 milhões e em 2009, caiu para 4,3 milhões. Apesar da redução, o número ainda é expressivo. Segundo a mesma pesquisa foram observados os reflexos do trabalho infantil nas taxas na própria frequência à escola. Basta que se analise as taxas de escolarização de crianças e adolescentes ocupados e daqueles não ocupados, sendo mais significativas para os adolescentes que já para aqueles com 16 e 17 anos, os quais correspondem à faixa com maior nível de ocupação (BRASIL, 2010, p. 25), esse números sobressaem-se quando em 2014 ainda segundo o IBGE o Brasil tem 554 mil crianças de cinco a treze anos trabalhando, sendo que o mesmo levantamento apontou ainda que, em 2014, havia 3,3 milhões de brasileiros entre 5 e 17 anos trabalhando no país.

A Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) definiu as piores formas de trabalho infantil e recomendou ações urgentes e imediatas para sua eliminação. De acordo com essa convenção, as piores formas de trabalho infantil, são as que envolvem:

- a) Todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão e o trabalho forçado ou obrigatório de crianças (menores de 18 anos) em conflitos armados;
- b) A utilização, o recrutamento ou a oferta de crianças para a prostituição, a produção de pornografia ou atuações pornográficas;
- c) A utilização, recrutamento ou a oferta de crianças para a realização de atividades ilícitas, em particular a produção e o tráfico de entorpecentes;
- d) O trabalho que, por sua natureza ou pelas condições em que é

realizado, seja suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças (OIT, 2002, p.14).

No Brasil, o Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008, definiu a lista das piores formas de trabalho infantil e constam nesta lista 90 formas de trabalho infantil. Milhares de crianças brasileiras estão expostas e esta exploração, sendo que para Corrêa e Gomes (2003, p.111): “se não conseguirmos erradicar o trabalho infantil colocando estas crianças na escola, não teremos verdadeiramente um país justo e desenvolvido”. O trabalho na fumicultura é enquadrado em diferentes itens entre as piores formas de trabalho infantil, sendo estas apontadas no quadro:

Quadro 03: Piores formas de trabalho infantil relacionadas ao fumo

Descrição dos trabalhos	Prováveis riscos ocupacionais	Prováveis repercussões à saúde
Na direção e operação de tratores, máquinas agrícolas e esmeris, quando motorizados e em movimento	Acidentes com máquinas, instrumentos ou ferramentas perigosas	Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites), mutilações, esmagamentos e fraturas.
No processo produtivo do fumo	Esforço físicos e posturas viciosas, exposição a poeiras orgânicas e seus contaminantes como fungos e agrotóxicos, contato com substâncias tóxicas da própria planta, acidentes m animais peçonhentos, exposição sem proteção adequada à radiação solar, calor, umidade, chuva ee frio, acidentes com instrumentos perfuro cortantes	Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites), pneumoconioses, intoxicações exógenas, cânceres, bissinose, hantaviruses, urticárias, envenenamentos, intermações, queimaduras na pele, envelhecimento precoce, câncer de pele, desidratação, doenças respiratórias, ceratose actínicas, ferimentos e mutilações, apagamento de digitais.
No beneficiamento do fumo	Esforço físico, levantamento e transporte de peso, exposição a poeiras orgânicas, ácidos e substâncias tóxicas	Fadiga física, afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites), intoxicações agudas e crônicas, rinite, bronquite, vômitos, dermatites ocupacionais, apagamento das

		digitais.
Na pulverização, manuseio e aplicação de agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins, incluindo limpeza de equipamento, descontaminação, disposição e retorno de recipientes vazios.	Exposição a substâncias químicas, tais como pesticidas e fertilizantes, absorvidos por via oral, cutânea e respiratória	Intoxicações agudas ou crônicas, polineuropatias,, dermatite alérgicas, osteomalácias do adulto, induzida por drogas, cânceres, arritmias cardíacas, leucemias e episódios depressivos.

Fonte: quadro organizado pela autora. PARANÁ (2010, p.180)

São nestas condições que temos observado o trabalho infantil na fumicultura de Rio Azul, um município onde a saúde das pessoas está em constante risco devido à grande utilização de agrotóxicos que espalham-se pelas águas e pelo ar e que acometem uma grande parte da população (SMS, 2015).

Como bem coloca Lucinda ao falar que se o trabalhar no fumo, em meio a tantos venenos, prejudica o adulto, imagina o que pode fazer para uma criança e que ela mesma saiu do campo para fugir destes males, pois não há imunidade:

Eu já me afastei do interior mas sempre vi os pais levarem os filhos pra lavoura, e se em mim que sou adulta, aconteceu de ficar numa cadeira de rodas, imagina pras crianças, porque nem que não faça mal agora no inicio mais é um cumulativo, que mais tarde vai prejudicar, porque não tem como escapar do efeito do agrotóxico, porque ele não é seguro, já vem avisando no rótulo que ele não é seguro. As crianças não precisam pegar no agrotóxico e nem nas folhas de fumo, elas já carregam o mal do agrotóxico nelas mesmas, porque o pés de fumo era na janela, as bandejas de fumo sempre perto da casa e ninguém é imune. (Lucinda)

Assim como não podemos ser imunes ao uso do agrotóxico, não há como observarmos o trabalho infantil e termos um olhar imune às suas práticas e ao que ocorre, simplesmente pelo medo da represália ou polêmica. O trabalho infantil na fumicultura no município de Rio Azul existe e está vitimando o futuro de nossas crianças e adolescentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação considerou as fontes consultadas e o referencial bibliográfico de modo a buscar o entendimento sobre como ocorreu o trabalho infantil no município de Rio Azul, Estado do Paraná, no período entre 1950 a 2015 no município em foco.

Iniciamos contextualizando o histórico do município de Rio Azul, buscando compreender como a fumicultura tornou-se o principal produto agrícola, deste modo reconstruímos todo o desenvolvimento econômico do município, desde sua gênese até a década de 2010, para contemplar passo a passo a introdução e manutenção da fumicultura como centro da economia. Assim, pudemos conceber como os pais começaram a precisar da ajuda dos filhos para o cultivo do fumo e estabelecer de que maneira esta “ajuda” começou a ser vivenciada na forma de trabalho infantil.

Pensando sobre como o trabalho infantil na fumicultura se manifestou Rio Azul, sentimos a necessidade de aprofundar o tema e construímos um histórico do próprio trabalho infantil no Brasil, delineando como o mesmo foi sendo concebido nos diversos períodos históricos, inclusive no âmbito legal. Também discutimos diferentes formas de trabalho infantil para demonstrar que este fenômeno não ocorre apenas na fumicultura, nem é uma prática exclusiva do município de Rio Azul, ao contrário, existem distintas formas de trabalho infantil e nos mais diferentes lugares. Sabemos ainda que estudos nesta área são rodeados por polêmicas visto a forma como a sociedade visualiza o trabalho infantil, assim passamos a descrever uma revisão de literatura para verificarmos se os estudos sobre trabalho infantil tem sido realizados no meio acadêmico. Realizamos uma revisão de literatura na base de dados Scielo, a qual descrevemos nesta dissertação e verificamos que poucos são os estudos sobre o trabalho de crianças e adolescentes.

Finalmente, trouxemos a discussão sobre a forma que o trabalho infantil na fumicultura desenvolveu-se no recorte temporal de 1950 a 2015, apontando através das fontes orais, quais as influências do mesmo em suas vidas, seja de ordem pessoal ou profissional, como era nas décadas anteriores e como estes sujeitos estão na atualidade, em relação à formação, saúde e qualidade de vida.

Procuramos nesta dissertação, conseguir compreender que apesar do trabalho infantil ser alvo de estudos, críticas e mesmo de intervenções governamentais, seu entendimento no município de Rio Azul, ainda está muito obscurecido pelo posicionamento da sociedade que não consegue se desvencilhar das atividades laborais com sentido educativo e as situações de exploração do trabalho, o que acaba por naturalizar uma situação contraditória. Evidenciamos

que os valores de trabalho educativo com sentido de emancipação do ser e mantenedor no homem no campo, tem em muitos casos se desviado desta função e se colocado de forma a gerar danos psicológicos e físicos às crianças e adolescentes que o praticam, muitas vezes com o consentimento familiar, que, reproduzido pelo habitus, sequer entende o problema.

Também apontamos os estigmas produzidos nas pessoas que trabalham desde crianças com a fumicultura e que muitas vezes toleram preconceito pelo produto final de seu trabalho, estigmas que estas pessoas carregam em si pelo preconceito que sofrem por serem produtores de fumo, como na expressão destacada por Paulo: “Chegaram a me dizer se eu não tinha vergonha de ser tão burro a ponto de plantar o único produto que mata o produtor!” (Paulo), e os ataques constantes que sofrem, culpabilizando-os pela tentativa de sua própria sobrevivência, quando na maioria das vezes pouco sobra para o agricultor, pois toda a produção é destinada à empresa integradora e não se tem como fugir dessa amarra tão cuidadosa concebida pelos termos contratuais. Além disso, a perpetuação de uma cadeia de ligações que a empresa integradora oferece, articulada pelos técnicos de assistência técnica que estão sempre presentes nas propriedades e mesmo nas famílias fumicultoras, difundindo a ideologia das empresas.

Através das fontes compreendemos como o fumo começou a ser plantado no município, num momento em que não restava muita esperança à população, pois enfrentava diversas situações em que a sobrevivência no campo estava ameaçada, eis que então surge a possibilidade de uma produção inovadora, que fortaleceria o campo e traria riqueza ao produtor e sua família. A família, habituada aos trabalhos do campo, pois como já estava acostumada a trabalhar em regime de solidariedade nos puxirões dos faxinais, acredita que será apenas mais uma participação de todos no trabalho, não exitando de colocar nesta forma de produção seus filhos menores, ou seja, suas crianças e adolescentes.

Mas a produção do fumo é uma das mais agressivas formas de cultivo, com intensiva utilização de agrotóxicos que demanda uma grande quantidade de trabalho e ainda a necessidade de um grande número de pessoas envolvidas. Nesse misto de necessidade e vontade, o trabalho antes com viés educativo para as crianças e adolescentes se torna exploratório, manifestando-se negativamente no desenvolvimento das mesmas, marcando seus corpos, suas vidas e ceifando-lhes a infância, o brincar e o estudar, tirando-lhes a possibilidade de olhar um futuro distinto e mantendo-se não no campo, como sujeito emancipado, mas atrelado às amarras das empresas integradoras que lhes tira a possibilidade de ascensão social e mudança.

Historicamente sabemos que o trabalho infantil não era concebido como ilegal até alguns anos com o Estatuto da criança e do adolescente, assim, o trabalho de crianças e adolescentes na fumicultura era considerado como uma prática comum entre as famílias, sem quaisquer preocupações com a saúde e qualidade de vida. Também, o importante era conseguir atender os prazos e assim, as famílias precisavam contar com toda a “ajuda” possível, mesmo que viesse de seus próprios filhos. Muitos abandonaram a escola para poder contribuir com o trabalho e sobrevivência da família, outros sofreram danos psíquicos e físicos irreversíveis, mas continuaram a trabalhar, sem olhar para um projeto de vida diferente, ou como destaca Lucinda: “sonhos diferentes”.

No município de Rio Azul, o trabalho infantil continuou a ser exercido, muitas vezes mascarado pelo controle do instrutor de fumo ou pelas decisões familiares que entendem o mesmo como reprodutor de aprendizagem, sem entender que o mesmo pode prejudicar os envolvidos em toda sua formação. A criança que trabalha quase sempre o faz em detrimento à escola, o que ocasionará um adulto sem qualificação ao mercado de trabalho, com escassas oportunidades de ascensão social, vivendo na reprodução do trabalho dos pais ou no desemprego ou subemprego.

Finalmente entendemos que de todas as entrevistas realizadas, de todas as fontes consultadas, não encontramos em Rio Azul, nenhum fumicultor que tenha ficado rico por trabalhar desde criança e nem por reproduzir em seus filhos as situações de trabalho, ao contrário, as empresas enriqueceram, mas as famílias continuam no círculo vicioso do trabalho infantil, que explora e escraviza cada vez mais aqueles que poderiam ser emancipados através do trabalho de suas mãos.

Finalmente podemos afirmar que ao iniciar este estudo tínhamos em nosso pensamento que pais e mães eram os responsáveis pela reprodução cíclica do trabalho infantil na fumicultura, mas atualmente, após tantas pesquisas, leituras e reflexões podemos compreender que pais, mães e filhos são vitimados, todos explorados pelo Sistema Integrado de Produção e pelas grandes empresas do capital que enriquecem, tirando destes a saúde, a qualidade de vida, as possibilidades de um futuro e a infância de suas crianças.

LISTA DE FONTES

1. A ata de instalação do município de Roxo Roiz de 14 de julho de 1918;
2. As atas das sessões da Câmara de Marumby: de 18 de setembro de 1924 a 7 de outubro de 1930, o livro da administração de Nestor Martynetz, que trazem elucidações sobre a economia do município desde o início de seu povoamento esclarecendo de que maneira a economia se estabeleceu em Rio Azul antes da chegada da fumicultura.
3. A edição comemorativa de 50 anos da AFUBRA (1955 – 1995) que indica pormenorizadamente como era concebido o plantio do fumo e a negociação entre as empresas fumageiras e as famílias produtoras.
4. O livro “Rio Azul: 80 anos de emancipação política – 1918/1988 – de braços abertos para o Paraná”.

LISTA DE FONTES ORAIS

Marcos - Entrevista concedida a Cleide Ferreira da Silva em 03 de junho de 2016.

Ana - Entrevista concedida a Cleide Ferreira da Silva em 03 de setembro de 2015

Antonio - Entrevista concedida a Cleide Ferreira da Silva em 03 de novembro de 2015.

Sofia - Entrevista concedida a Cleide Ferreira da Silva em 03 de novembro de 2015.

Rosa - Entrevista concedida a Cleide Ferreira da Silva em 03 de novembro de 2015.

Paulo - Entrevista concedida a Cleide Ferreira da Silva em 17 de novembro de 2015.

João - Entrevista concedida a Cleide Ferreira da Silva em 02 de março de 2016.

Lucinda - Entrevista concedida a Cleide Ferreira da Silva em 30 de junho de 2016.

Pedro - Entrevista concedida a Cleide Ferreira da Silva em 26 de julho de 2015.

José - Entrevista concedida a Cleide Ferreira da Silva em 02 de fevereiro de 2016.

Catarina - Entrevista concedida a Cleide Ferreira da Silva em 02 de fevereiro de 2016.

Roberto - Entrevista concedida a Cleide Ferreira da Silva em 04 de setembro de 2015.

Marta - Entrevista concedida a Cleide Ferreira da Silva em 02 de março de 2016.

REFERÊNCIAS

ABRINQ. **Trabalho infantil**. 2015. Disponível em: <https://www.fadc.org.br/programas-institucionais/protacao-empresa-amiga-da-crianca>. acesso em 12 de dez 2015.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALMEIDA, Guilherme Eidt Gonçalves de. **Fumo: servidão moderna e violação de direitos humanos**. Curitiba: Terra de Direitos, 2005.

AUED, Bernardete Wrublevski e VENDRAMINI, Célia Regina. **A persistência do Trabalho Infantil na Indústria e na agricultura**. Florianópolis: Insular, 2009.

ARIÈS, Philipe. **História social da infância e da família**. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

BEZERRA, Waldeilson. **O trabalho infantil e o crime organizado**. Pernambuco: Recanto das letras, 2012.

Brasil. **Constituição Federal**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL, MDS. **Orientações Técnicas Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS**. Brasília: MDS, 2010.

BRASIL, MDS. **Orientações técnicas sobre o serviço de fortalecimento de vínculos para crianças de 6 a 15 anos**. Brasília: MDS, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. Cap. 1, 2 e 3, pp.7-16.

CAMPIGOTO, J. A.; SOCHODOLAK, H. **Os faxinais da região das araucárias**. In: OLINTO, B. A.; MOTTA M. M.; OLIVEIRA, O. História agrária: propriedade e conflito. Irati: Editora UNICENTRO, 2008.

CARDOSO, Luis Fernando; CUNHA, Jaime Luiz. **Viver, aprender e trabalhar: habitus e socialização de crianças em uma comunidade de pescadores da Amazônia**. Pará: UFP, 2011.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. **Trabalho infantil no Brasil contemporâneo**. Caderno CRH, Dez 2008, Volume 21 N° 54 Páginas 551 – 569.

CARVALHO, Rosenaldo. **O desejo, o poder, a sedução: a introdução da fumicultura nos faxinais de Rio Azul, Rebouças e Imbituva - 1950-1970**. Irati: Unicentro, 2015.

CAVALCANTE, Sandra Regina. **Trabalho Infantil artístico: do deslumbramento à ilegalidade**. São Paulo: LTr, 2011.

CERTEAU, Michel: **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2008

CHANG, M. Y. **Sistema faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná**. Londrina: IAPAR, 1988.

CHIMINI, Letícia. **Gênero no meio rural: a mulher na diversificação produtiva, no contexto da monocultura do tabaco, no município de Agudo/RS Brasil.** Santa Cruz do Sul: UNISC, 2015.

CIPOLA, Ari. **O trabalho Infantil.** São Paulo: Pubfolha, 2001.

CUSTÓDIO, André Viana. **Direito da criança e do adolescente.** Criciúma: UNESC, 2009.

DALL'AGNOLI, Marinel Mór; FASSA, Anaclaudia Gastal; FACCHINI, Luiz Augusto; BENEVEGNÚ, Luís Antônio. **Associação do trabalho infantil com transtornos de comportamento do tipo introversão e extroversão: um estudo transversal no Sul do Brasil.** Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, Dez 2015, Volume 40 Nº 132 Páginas 206 - 218

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidades.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ETGES, V. E. (coord.). **Impacto da Cultura do Tabaco no Ecosistema e na Saúde Humana.** Santa Cruz do Sul: UNISC, 2001.

FEITOSA, Elizeu. **Prostituição infantil no Brasil: causas e consequências.** São Paulo: Recanto das letras, 2011.

FONSECA, Laura Souza. **Trabalho infanto-juvenil e formação humana: limites na potência ontológica e banalização do sujeito de direitos.** Trabalho, Educação e Saúde, Jun 2010, Volume 8 Nº 1 Páginas 137 – 153.

FURLANI, Paulo Roberto. **Instruções para o cultivo de hortaliças de folhas pela técnica de Hidroponia NFT.** Campinas: Instituto Agrônomo, 1998.

FRANZONI, Soraya. **As medidas de enfrentamento à exploração do trabalho infantil no Brasil: forças em luta.** Revista Katálysis, Dez 2013, Volume 16 Nº 2 Páginas 241 – 247.

FRÉMONT, Armand. **A região, espaço vivido.** Coimbra: FC, 1980.

GREGOLIN, Adriana. C.; **Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco: uma ação de Ater necessária.** In: 4º Congresso Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural - Conbater "Reconversão da agricultura: busca de novos modelos, 2008, Londrina-PR. Reconversão da agricultura: busca de novos modelos. Londrina-PR: AEA-LD, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HARRES, Marluza Marques. **Aproximações entre história de vida e autobiografia: os desafios da memória.** História UNISINOS. vol. 8 nº 10 jul.-dez./2004.

HILLESHEIM, J., SILVA, J. **As marcas do trabalho: acidentes envolvendo adolescentes em Blumenau, Relatório Final de Pesquisa, II Fórum Anual de Iniciação Científica, Blumenau, Universidade Regional de Blumenau, set. 2003.**

KLEIN, Regina. **O embate pelas leis fabris do século XIX e a definição das idades do trabalho: um estudo sobre a constituição das noções de infância e adolescência.** Curitiba: UFPR, 2009.

Kohn C.D., Schmidt Alves L.M. **A percepção dos fumicultores em relação ao trabalho infantil.** J Nurs Health, Pelotas (RS) 2011 jul-dez;1(2):255-264.

LACORTE, Luis Eduardo Cobra; VILELA, Rodolfo Andrade Gouveia; SILVA, Reginalice da Cera; CHIESA, Anna Maria; TULIO, Elisa Sartori; FRANCO, Robson Ramalho; **Os nós da rede para erradicação do trabalho infanto-juvenil na produção de joias e bijuterias em Limeira - SP** / Rev. bras. saúde ocup; 38(128): 199-215, jul.-dez. 2013. illus, tab

LUCENA, Célia Toledo. **Artes de lembrar e de inventar: (re)lembranças de migrantes.** São Paulo: Arte e Ciência, 1999.

MACEDO, Adriana Gomes Medeiros de, **Trabalho Infantil em atividades artísticas: direitos humanos violados?** Natal: Faculdade Estácio de Natal, 2013.

MARCHI, Rita de Cassia. **Trabalho infantil: representações sociais de sua instituição em Blumenau/SC.** Educar em Revista, Mar 2013, Nº 47 Páginas 249 – 265.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. O agronegócio e o problema do trabalho infantil. Revista de Sociologia e Política, Fev 2010, Volume 18 Nº 35 Páginas 189 – 206

MAZZOTTI, Alda. **Repensando algumas questões sobre o trabalho infanto-juvenil.** Revista Brasileira de Educação Jan/Fev/Mar/Abr 2002 Nº 19.

MEDEIROS NETO, Xisto Tiago de. **Trabalho Infantil: atuação do Ministério Público.** Revista do Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Norte, 1.0 ed. Natal, 2011. p. 34-82.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. *In: PRIORE, Mary Del (Org). História das Crianças no Brasil.* São Paulo: Contexto, 1999.

NEVES, Luis José. **Pesquisa qualitativa** - características, usos e possibilidades. Caderno de pesquisas em Administração, São Paulo, vol. I, nº 3, 2º sem./1996.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Combatendo o trabalho infantil: guia para educadores.** Brasília: OIT, 2001.

PAPARELLI, Renata. **Trabalho precoce e escolarização.** Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2001.

PARANÁ, SECJ. **20 anos do ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente.** Curitiba: SECJ, 2010.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. *In: PRIORE, Mary Del (Org). História das Crianças no Brasil.* São Paulo: Contexto, 1999.

PAULILO, Maria Ângela. **A Pesquisa Qualitativa e a História de vida.** 2010. Disponível em <http://www.ssrevista.uel.br/c_v2n1_pesquisa.htm> Acesso em 19 de maio de 2016.

PEREIRA, Maria de Fatima ; PESSOA, Manuella Castelo Branco; COSTA, Rafaela Rocha da; BELÉM, Kássia Kiss Grangeiro; SILVA, Suzany Ludimila Gadelha e. **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil: Concepções de Educandos e Famílias.** Psicologia: Ciência e Profissão, Jun 2016, Volume 36 Nº 2 Páginas 458 - 470

PETTY, A. L. S. e PASSOS, N. C. **Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar.** Porto Alegre: Artmed, 2005.

PINHEIRO, Silvio. e LUZ, Darci. **Ladrões de Natureza: uma reflexão sobre a biotecnologia e o futuro do planeta.** Porto Alegre: Fundação Juquira-Candiru, 1998.

PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto.1999.

RAMOS, Fábio Pestana. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. *In:* PRIORE, Mary Del (Org). **História das Crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1999.

RAUSKY, María Eugenia. Infância **sem trabalho infantil ou infância trabalhadora?** Perspectivas sobre o trabalho infantil. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, Jul 2009, Volume 7 Nº 2 Páginas 681 – 706

RICOUER, Paul. **Tempo e narrativa.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

RIO AZUL. **Plano Diretor.** Rio Azul: PMRA, 2009.

RIO AZUL. **Plano Municipal de Educação.** Rio Azul: PMRA, 2015.

RIO AZUL. **Relatório do Fumo.** Rio Azul: Secretaria de agricultura, 2014.

SARTORI, Elisiane. **Trabalho infantil em Franca: um laboratório das lutas sociais em defesa da criança e do adolescente.** Cadernos Pagu, Jun 2006, Nº 26 Páginas 253 – 278.

SARTORI, Elisiane; GARCIA, Carlos Henrique Menezes. **Políticas compensatórias versus emancipatórias: desafios para implementação de programas de geração de renda às famílias em situação de risco.** Revista de Administração Pública, Abr 2012, Volume 46 Nº 2 Páginas 425 - 452

SEAB, Secretaria Estadual de Abastecimento. **Agrotóxicos no fumo.** 2015.

SEFFRIN, Guido. **AFUBRA Associação dos fumicultores do Brasil: O fumo no Brasil e no mundo.**(1955 – 1995). Santa Cruz do Sul: Afubra, 1995.

SETTON, Maria Graça Jacintho. **Teorias da socialização: um estudo sobre as relações entre indivíduo e sociedade.** São Paulo, Universidade de São Paulo, 2009.

SILVA, C. F.; MARTINS, M. S. (a) **Trabalho infantil na fumicultura: reflexões sobre seus mitos e verdades.** In: 5º Congresso Internacional de Educação: Educação Inclusiva, Desafios e Possibilidades. Ponta Grossa: CIEPG, 2013.

SILVA, C. F.; MARTINS, M. S. (b) **O Trabalho Infantil na Fumicultura em um Município do Estado do Paraná.** In: VI Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo. Goiânia: UFG, 2013.

SILVA, C. F.; MARTINS, M. S. **O trabalho infantil no município de Rio Azul, Estado do Paraná e os programas de atendimento.** In: 4º Congresso internacional de Educação: Políticas e práticas de trabalho. Ponta Grossa: CIEPG, 2012.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima e DORNELLES, Mizael. A produção de tabaco no sul do Brasil: um olhar geográfico sobre a sua dinâmica produtiva e organização territorial. In: SILVEIRA, Rogério Leandro Lima (org) **Tabaco, sociedade e território: relações e contradições no sul do Brasil.** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2013.

SMS, Secretaria Municipal de Saúde de Rio Azul. **Dados oncologia.** Rio Azul: SMS, 2015.

SOARES, Joélcio Gonçalves. **Comunidades faxinalenses no município de Rio Azul-Pr: gênese, características e transformações nos padrões espaciais de povoamento.** Ponta Grossa: UEPG, 2012.

SOBRINHO, José Kauling. Trabalho infantil na produção de cebola. In. : AUED, Bernardete Wrublewski e VENDRAMINI, Célia Regina. **A persistência do Trabalho Infantil na Indústria e na agricultura.** Florianópolis: Insular, 2009.

SPINDOLA, Thelma e SANTOS, Rosangela da Silva. **Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?).** *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, nº 37, vol. 2, pp. 119-126, 2003.

TERENCE, Ana Claudia Fernandes. **Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais.** XXVI ENEGEP – Fortaleza, CE, Brasil, 9 a 11 de outubro de 2006.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Os direitos da criança e do adolescente.** São Paulo: LTR, 1999.


VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Artes Médicas, 1998.

VILANI, Jane A. S. **A questão do trabalho infantil: mitos e verdades.** *Revista Inclusão Social*, Brasília, v. 2, n. 1, p. 83-92, out. 2006/mar 2007.

Autorizo a divulgação integral deste trabalho no banco de dados do
PPGH/ UNICENTRO

Autorizo apenas a divulgação do resumo e do *abstract* no banco de dados
do PPGH/ UNICENTRO

Irati (PR), 06 de junho de 2017.



Cleide Ferreira da Silva